n. 9 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial.....03

A Alfabetização e Letramento em Jovens e Adultos - EJA.
Alcantara, Adrimária Custódio de. Págs. 04 - 16.....04

Manguezal: O ensino Prático como Ferramenta para Conscientização de Gerações Futuras.
Rosa, Aline Silva de Carvalho. Págs. 17 – 25.....17

A Educação a Distância (EAD) e a Relevância do Tutor Intervindo no Processo de Ensino e Aprendizagem.
Prado, Aline Tatyane do. Págs. 26 - 37..... 26

Bibliotecas Escolares: Espaços de Aprendizagem e Inclusão
Gularte, Amanda de Abreu. Págs. 38 – 46.....38

Deficiência Intelectual e a Formação do Professor
Antunes, Andreia Patente Avelar. Págs. 47 – 58.....52

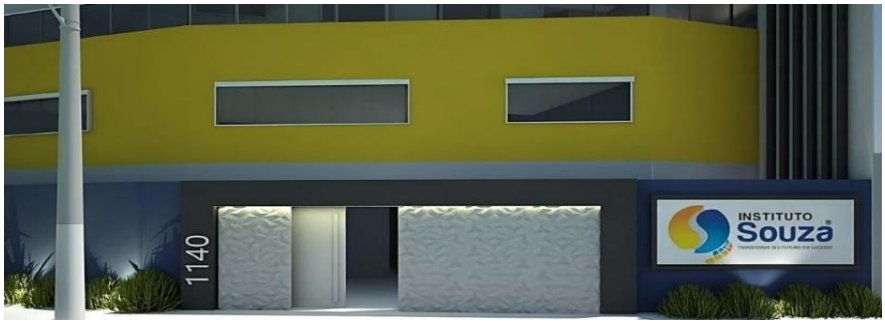
O Processo de Ensino e Apreendizagem da Matemática na Educação de Jovens a Adultos - EJA.
Santos, Antonio Firmino dos.
Págs. 53 – 68.....68

Avaliação do Impacto Ambiental na Construção e Operação de uma Fábrica de Cimento.
D'Aquino, Antonio Francisco Michael Anderson Gomes. Págs. 69 - 81.....69

A Inserção da Tecnologia da Informação e Comunicação como Ferramenta Auxiliadora na Qualidade da Gestão Pública na Área da Saúde.
Coldebella, Fábio. 70 – 96.....70

A Teologia Pastoral na Vida Paroquial.
Santos, Givaldo Dantas dos. Págs. 97 – 114.....97

Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thays. Págs. 115 – 125.....126



EDITORIAL

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA COMO FERRAMENTA PARA MANTER A COMPETITIVIDADE NO MERCADO PROFISSIONAL.

Um dos maiores desafios do mercado laboral na atualidade é a capacidade do profissional manter a sua condição de competitividade, pois a cada dia o número de pessoas qualificadas cresce, aumentando assim a dificuldade para que se consiga um lugar no mercado de trabalho.
Outro desafio, ainda maior, é se manter no mercado dentro da sua área de formação, é fato o aumento do número de profissionais atuando em outra área que não a sua, por falta de oportunidades e pela alta competitividade.
Diante dessa realidade, o investimento na formação continuada se apresenta como uma possibilidade real de qualificação e consequentemente de maior viabilidade de competir e garantir uma colocação profissional em sua área de formação.
Dentro desse cenário apresentado, as instituições EAD (Educação á Distância), são cada vez mais uma possibilidade acertada para enfrentar as dificuldades no mercado laboral. Sobretudo as instituições de qualidade, ou seja, aquelas que primam por oferecer cursos de capacitação, pós-graduação, com material atualizado, fruto de pesquisas recentes e que de fato irão contribuir para a qualificação exigida.
Os cursos oferecidos por nossa instituição vão ao encontro dessa realidade uma vez que todo o nosso material foi pensado para que o aluno tenha contato com artigos científicos atuais, frutos de pesquisas recentes, aprovadas pela comunidade acadêmica, constando assim, como trabalhos que fazem parte de livrarias eletrônicas renomadas na contemporaneidade.
Fica claro que a oferta de material EAD de qualidade é uma ferramenta atual importante para o profissional que deseja se qualificar, manter uma formação continuada e garantir maior possibilidade de competir para conseguir uma colocação em sua área de formação e também uma remuneração mais justa e digna. Além do que na EAD, o aluno aproveita o seu tempo, fazendo o próprio cronograma de estudos, consegue autonomia diante da flexibilidade de horários propostos pela plataforma.

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO EM JOVENS E ADULTOS - EJA

Alcantara, Adrimária Custódio de[1]

RESUMO

O artigo em estudo teve como objetivo pesquisar o que tende a ser a alfabetização e o letramento para jovens e adultos – EJA, partindo conceito de sua história até chegar de forma sucinta e breve, onde para os resultados e discussões utilizou-se textos de Esteves (2012), Xavier (2011), Pereira (2005) e Soares (2006), além de outros autores que ainda citaram e comentaram sobre a metodologia de Paulo Freire neste processo, porém de forma breve e com pouca ênfase, pois a ideologia esteve voltada para o que vem a ser a alfabetização e o letramento na EJA, onde observou-se que há muita dificuldade por parte em entendimento a eles ligados em especial porque para o adulto e o jovem, este método requer uma outra avaliação e análise por parte do docente que é a questão da sociedade e a forma com que esta pessoa chega para a sala de aula, pois por algum motivo houve a interrupção de forma brusca e, além disso tem-se a dificuldade em relação a timidez que esta pessoa enfrenta ao retornar para a escola em relação aos demais alunos. Desta forma adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e chegou-se ao resultado e discussão de que muitas foram as informações ligadas ao método, mas que, além de alfabetizar, o letramento é algo que avaliará não apenas os processos educacionais, mas a socialização do aluno do EJA. É com esta visão inicial, que se apresenta o artigo abaixo e suas teorias, apontando um interessante estudo que merece cada vez mais destaque e estudos.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Jovens e Adultos. Pesquisas.

INTRODUÇÃO

Buscar definições para a alfabetização e o letramento na educação infantil é algo que leva a constantes debates, porém fazer com que ocorram novas estratégias de alfabetização e letramento para Jovens e Adultos, em especial, é algo que requer outras estratégias, afinal há várias

[1] Solteira, Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio de Catanduva - SP - UNISEB (2016); cursando Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica e em Alfabetização e Letramento pelo Instituto Souza; cursando Técnico em Administração no CETEC Catanduva; e-mail: adrimaria.alcantara@hotmail.com.

considerações, em especial, que, neste caso, os jovens e adultos já possuem muito conhecimento, porém, na maioria dos casos, falta-lhes apenas conhecimentos em aprendizagem de leitura e escrita.

Cabe, inicialmente entender que a alfabetização e letramento para jovens e adultos (EJA), é algo muito importante, pois visa a construção de saberes para aqueles que, por algum motivo, tiveram seu processo educacional negado, ou seja, perderam o direito a educação durante a infância ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, inadequações do sistema de ensino, localização da pessoa, ou até mesmo devido a sua condição socioeconômica desfavorável.

Em um país onde a educação tem se tornado algo cada vez mais necessário e direito de todos, a EJA tem se tornado algo fundamental para a construir uma sociedade que seja cada vez mais democrática, inclusiva e participativa. Isso ocorre quando se passa a pensar na educação como um direito de todos e feita para todos, afinal, sabe-se que, no Brasil, várias são as condições de desigualdade que não permitiram e ainda não permitem que todos tenham acesso à educação desde a idade considerada mínima para o acesso à escola.

Mas como favorecer essas pessoas e permitir que a educação ocorra de forma global, prevalecendo os valores e conceitos, não permitindo que, essas pessoas, após retornarem à escola, não desistam da mesma e, realizem seus sonhos de ler uma receita de bolo, ler um trecho da Bíblia Sagrada e, principalmente, poderem retirar seus documentos pessoais e assinarem nos mesmos seus devidos nomes, com letra legível e sem medo de errar.

Dessa forma, este trabalho traz como objetivo tratar sobre algumas definições ligadas ao processo de alfabetização e letramento de Jovens e Adultos e como a mesma ainda é um desafio, procurando responder à pergunta voltada a, como promover a Alfabetização e o Letramento no EJA de forma a garantir a qualidade? E ainda tendo como resposta a cultura crucial do respeito e da valorização do trabalho destas pessoas. Para achegar a metodologia que estará descrita nas próximas fases deste artigo.

BREVE HISTÓRICO DA EJA

Considerando que alfabetizar não é algo simples de se fazer, ou até mesmo que não se constrói da noite para o dia, algumas informações que devem ser levadas em consideração é que, no decorrer da mesma, alguns percursos podem atravessar a vida do sujeito e, com isso, várias situações acabam por ocorrer.

Pensando nisso Esteves (2012, p. 1), informa que:

> A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe e atender um público ao qual foi negado o direito à educação, durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. É uma oportunidade para que esses cidadãos possam se alfabetizar e se tornar letrados, atuando na rede escolar pública.

Essa conceituação inicial leva a reflexão de que o processo pode ter sido interrompido por algum motivo e, sendo assim, necessita de uma visão inovadora e inclusiva sendo que, incluir passa a significar levar a pessoa a ter outro acesso à educação e, por ser considerada mais velha que outros, pode até receber alguns tratamentos errôneos.
Sendo assim, a EJA foi uma metodologia criada como forma de reverter a situação de milhares de pessoas que estão dentro do quadro do analfabetismo e, com isso, acabam por perder vários tipos de acesso. O capítulo II, Seção V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN 9394/96), regulamenta que:

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1° Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2° O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (LDB, 1996, p.13).

Ainda se tem que:

> A EJA é uma temática de grande relevância visto os grandes descasos que existe na história e atualmente com essa modalidade de ensino. Essa realidade vem mudando, mesmo que a passos lentos, está surgindo leis que amparam a EJA, tentando acabar com a exclusão social característico desse ensino. Os jovens e adultos que voltam ou começam a frequentar a escola, geralmente é com o objetivo de aprender a ler e escrever, ou seja, ser "alfabetizados" (ESTEVES, 2012, p.2).

Xavier (2011, p. 123) informa que:

> A história da Educação de Jovens e Adultos se assemelha à história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Teve início na década de 1980 através de campanhas contra o analfabetismo, pois naquela época, o mesmo representava uns dos grandes problemas sociais do país. Referente ao processo de alfabetização, a EJA tem passado para várias modificações.

Pereira (2005, p. 22), cita que:

> Na busca de fazer uma alfabetização de adultos que leve, efetivamente, ao domínio da linguagem escrita e não só de

> tecnologias e buscando inserir, de modo mais completo, o jovem o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas.

Tais informações acabam fazendo com que seja avaliada a forma como o jovem e o adulto recebem sua inclusão social mediante a definição e conceituação sobre o que é o EJA e como os mesmos devem ser tratados dentro do sistema educacional, isso sem levar em consideração que este tipo de ensino requer ainda um trabalho de elevação da autoestima do aluno, pois muitas vezes, a simplicidade dele e da turma que compõe a sala de aula, ainda dificulta mais o trabalho, ou melhor, leva o docente a pensar nos seus métodos de ensino.

> Sendo assim, de acordo com esse modelo de educação (EJA), deve-se falar não em letramento, mas em letramentos, porque, dadas as condições políticas, sociais, culturais, econômicas e pessoais diferenciadas de aquisição e de uso da língua escrita, o estado ou condição das pessoas também será diferente (PEREIRA, 2005, p. 24).

Sobre a questão da educação, ainda temos no EJA alguns conceitos importantes como a questão da quantidade de pessoas que ainda não foram alfabetizadas e, o Portal do Ministério da Educação informa que:

> Infelizmente o Brasil ainda tem 13,1 milhões de analfabetos, com 15 anos de idade ou mais. É um drama que temos de enfrentar com programas como o Brasil Alfabetizado, que será ampliado, e novas ações, que venham a somar esforços no sentido de reverter esse quadro, afirmou o ministro da Educação, Mendonça Filho (BRASIL, 2017, p. 1).

Essa triste informação leva a várias informações complementares que necessitam de várias manifestações para que a EJA ocorra em sua plenitude, pois ainda para Rondina (2008, p. 1):

> Podemos dizer que a Educação **de Jovens e Adultos** (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), para quem não se lembra é o **novo nome do antigo supletivo**, quer garantir que os recém-alfabetizados não voltem a ser analfabetos. São pessoas que, geralmente, tiveram problemas passados no sistema escolar, já com histórias de vida, com conhecimentos próprios e que têm pressa para aprende

Este mesmo autor traz informações importantes sobre a EJA, sendo os objetivos desta modalidade de ensino:

- Proporcionar a conclusão do Ensino Médio aos Jovens e Adultos que estão afastados da escola e desejam retomar os seus estudos;

- Garantir ao aluno, através da modalidade de Educação à Distância, a flexibilidade entre tempo e espaço e a economia de tempo e dinheiro gerada pelo não deslocamento diário até a escola;
- Oferecer a inclusão digital pelo uso da tecnologia na educação;
- Propor a democratização do ensino por todos os cantos do Brasil;
- Quebrar barreiras territoriais de um país de extensão continental com a utilização da tecnologia de transmissão via satélite de última geração;
- Participar da mudança na concepção do educar tradicional, que mantém os mesmos moldes do século XIX (RONDINA, 2008, p.1).

Ainda, segundo o autor acima citado, o EJA tem possuído diversos avanços, sendo que, há, atualmente, programas como o Educa mais Brasil, que ainda permite que estudantes da modalidade EJA, consigam, após concluírem o terceiro ano do ensino médio, ingressarem em uma Universidade, tendo bolsas de estudo de até 70% em caso das particulares.

Assim, entende-se que esta modalidade de ensino visa diversas mudanças no comportamento da educação do país, em especial no que diz respeito a jovens e adultos, visando auxiliar na redução do quadro lastimável de pessoas que precisam ser alfabetizadas e letradas nesta classe social.

CONCEITUANDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

Pensando em uma metodologia de ensino que auxilie e modifique o pensamento da educação para jovens e adultos, sente-se a necessidade de conceituar alfabetização e letramentos para que, posteriormente, saiba como chegar a um ponto de partida ou, até mesmo, como criar didáticas diferenciadas.

Xavier, informa que:

> A definição do termo Letramento requisita uma compreensão que vai além do aprender a ler e a escrever, pois este processo é longo e precisa ser aprofundado. A alfabetização e o letramento têm o seu papel na formação de cidadãos. Essas práticas são mais usadas na Educação de Jovens e Adultos que, se valem de métodos de ensino que valorizam o que o aluno já sabe e o contexto no qual vai utilizar o seu aprendizado (XAVIER, 2011, p. 126).

Analisando esta informação inicial, parte-se do pressuposto que a educação para jovens e adultos existe porque estes passaram por alguma dificuldade social e, por este motivo merecem um cuidado e atenção redobrados quando resolvem retornar à escola e, partindo deste pressuposto entende-se que:

> A Educação de Jovens e Adultos tem contribuído muito com o processo de alfabetização e letramento no país. Para este público, a escola não realizou sua função social ou foi negada por diversos motivos: a necessidade de trabalho para manter o sustento da família, a falta de escolas no campo, migração forçada, entre outros. O estudo abre portas para novas oportunidades, mesmo mediante a um mercado competitivo

> e exigente. A EJA foi e está sendo uma oportunidade para muitos, porém é preciso repensar novas metodologias (XAVIER, 2011, p. 127).

O campo da EJA é amplo e com muita coisa a ser feita, por isso merece todo o cuidado e colaboração possível, pois com ele em crescimento, além de resolver a questão do analfabetismo em uma parcela significativa da população, ainda poderemos ter vários profissionais capacitados e que, antes não possuíam o acesso a informação de forma geral.

> A alfabetização é a aquisição do código da escrita e da leitura, a codificação através da escrita e decodificação através da leitura. É um processo especifico de apropriação do código escrito; em suma, em seu sentido mais restrito, alfabetizar-se é aprender a ler e a escrever. É um processo ativo por meio do qual a crianças, os jovens ou os adultos nos primeiros contatos com a escrita constroem e reconstroem hipóteses sobre a natureza e funcionamento da língua escrita. A partir das hipóteses, errando o aluno vai compreendendo o código escrito. Deve se levar em conta como ponto de partida a realidade do aluno que tem um meio de vivencias e conhecimentos (ESTEVES, 2012, p. 3)

É com essa visão sobre alfabetização que se acredita na potencialidade do trabalho que precisa ser exercido dentro da escola onde os jovens e adultos estão inseridos, ou seja, levar esses sujeitos a adquirirem a leitura e a escrita através de pensamentos que estejam decodificando o conhecimento de mundo deles.

De nada adianta, por exemplo, em matemática, o professor trazer um problema que não esteja relacionado a realidade do seu aluno, ou, em Língua Portuguesa, iniciar a sua aula falando que certas palavras estão erradas na forma de falar e escrever, esquecendo-se que a linguística existe e que, é através dela que os valores e conceitos perduram.

Cada aluno traz a sua história e é com ela que a aula deve ser iniciada. Uma boa roda de conversa, ouvir o aluno, deixar que ele conte suas histórias e "causos" pode proporcionar mais aprendizagem do que levar uma gramática para a sala de aula e cobrar somente regras destes alunos.

> A prender a ler e escrever é muito mais do que saber transcrever, você só aprende a ler e escrever, lendo e escrevendo como diz Piaget que conhecimento é construído através da interação do sujeito com seu meio, a partir de estruturas existentes. Assim sendo, a aquisição de conhecimentos depende tanto das estruturas cognitivas do sujeito como da relação dele, sujeito, com o objeto. O aluno deve praticar a leitura e a escrita para conseguir assim se apropriar de sua codificação e decodificação. Os conhecimentos precisam se abordados de forma sistemática na escola, pois tem conhecimento que são iniciados e consolidados na alfabetização e outros são iniciados e vão se consolidando em outras etapas de ensino. Sendo assim não basta levar texto para sala de aula, mais se deve conduzir, orientar, ensinar vogais consoantes e outros

> conhecimentos específicos do processo de alfabetização de forma contextualizada se baseando no texto (ESTEVES, 2012, p. 8).

Conforme já mencionado acima, a forma que o aluno for estimulado a ler e escrever será a melhor maneira de leva-lo a gostar do que está aprendendo e isso chegará ao letramento. "Letramento é um vocábulo novo, que surgiu da necessidade de se nomear um novo fato social. A palavra tem sua origem do inglês: literacy, que significa em linhas gerais, o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever" (SOARES, 2006, p.17).

> No fim do século XIX, na Grã-Bretanha, com o fenômeno da "Revolução Industrial" e ampliação do direito ao voto, surge o termo literacy pelo fato de representar mudanças históricas das práticas sociais. Daí pode-se constatar que houve e está ocorrendo mudanças no processo de alfabetização e do letramento. Esse novo estado que grupos e indivíduos passam a ter quando se apropriam da língua escrita que é o denominamos de letramento.

Tal informação ainda ganha força com outro conceito, sendo,

> O termo letramento é o uso das práticas sociais da leitura e da escrita e difundiu-se rapidamente no meio acadêmico; porém, anteriormente, transitou pela mídia e nas escolas na tentativa de produzir algum sentido para além do termo alfabetização, que já não era suficiente para explicar o processo de aquisição do código escrito. O letramento diferentemente da alfabetização é tido como um processo social e não apenas individual, ele vai além das habilidades de leitura e escrita, abrangendo toda a demanda social da leitura e da escrita e produzindo gêneros textuais (ESTEVES, 2012, p. 9).

Para Tfouni (2002, p.9):

> O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócios históricos da aquisição da escrita, entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escrita de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas "letradas" em sociedades ágrafas. Desse modo, o letramento tem por objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social.

Desta forma, o letramento pode ser compreendido como o significado de introdução em uma sociedade de práticas de leitura e escrita de forma diversificada, onde o aluno mais velho seja capaz de utilizar ambas as técnicas como forma de integração e contato social.

Soares (2001, p. 47) informa que:

> Assim, teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Isso viria ainda ao encontro de outra informação,

> Uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever apenas, já a pessoa letrada consegue ir além, atende as demandas sociais da leitura e da escrita, por isso consegue fazer uma carta, um bilhete, escritas de sua própria autoria, enfim, produzem gêneros textuais, ao contrário da pessoa alfabetizada que lê textos prontos, a pessoa muda seu lugar na sociedade, até mesmo modo de falar com os outros (SOARES, 2001, p. 48).

Com essas informações chega-se à conclusão de:

> Sabemos que não pode haver desenvolvimento tecnológico, econômico ou cultural, por parte da sociedade, se não priorizarmos o processo de aquisição do saber. O analfabetismo compromete o crescimento equitativo de um país. Entretanto, apenas a aquisição da leitura e da escrita não garante o desenvolvimento social (XAVIER, 2011, p. 129).

Isso nos leva a entender que, quanto mais uma pessoa focar a questão da alfabetização e do letramento no EJA, maior será seu comprometimento não apenas como a forma com que esta pessoa analisa os fatos, mas a forma como seu aluno está inserido na sociedade, afinal não pode ser descartada a questão de que este sujeito normalmente advém de uma classe social mais carente.

METODOLOGIA

Dentro de diversos conceitos e com base no material cujo fora fornecido pela mantenedora ligada ao estudo desta especialização, almejando utilizar este artigo não apenas como forma de entrega de uma conclusão de curso, mas como forma de refletir a conduta moral, ética, social e profissional do educador frente a alfabetização e ao letramento de jovens e adultos, inicialmente a metodologia utilizada foi apenas uma leitura acerca do assunto.

No decorrer do curso, as leituras foram se intensificando e, passou-se a utilizar como metodologia pesquisas em sites de internet, arquivos da scielo, bibliotecas virtuais como UFSCAR, UNICAMP e UNESP, sendo ainda livros e outros meios de comunicação fatores elementares para a conclusão da coleta de material para a pesquisa, sendo uma metodologia totalmente voltada a fontes de informação coerentes e com solidez e veracidade em suas laudas escritas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS LIGADOS AS PESQUISAS E AUTORES QUE ANALISAM A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NO EJA.

A educação para jovens e adultos é um tema de diversas discussões e pesquisas, mas algo que traz por base um grande estudioso: Paulo Freire e, com base em algumas de suas avaliações e, também dentro dos autores estudados e outros que se consideram importantes temos algumas orientações a serem colocadas neste artigo.

> Paulo Freire, o mais célebre educador brasileiro, tinha o pensamento de que a escola tinha que ensinar o aluno a "ler o mundo" para obter transformações, tendo em vista que se o aluno não saber a realidade do mundo em que vive não é possível lutar em busca de melhorias; para que haja transformação é essencial a conscientização, por isso Paulo Freire criou o seu método de ensino, pois não acreditava que uma pessoa adulta dor nordeste por exemplo que não conhecia "uva" pudesse aprender a ler e escrever apenas utilizando cartilhas com frases: EVA VIU UVA, pensou em aproximar os alunos a sua própria realidade, à sua rotina do dia a dia com as palavras geradoras (BRANDÃO, 1981, p. 35).

A educação para jovens e adultos é algo que merece uma grande divulgação e, com isso, merece ainda atenção redobradas, pois é assegurada e necessita ser organização por estar ainda em constituição.

> É especialmente importante, no trabalho com jovens e adultos, favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-lo a avaliar constantemente seus progressos e suas carências, ajudá-los a tomar consciência de como a aprendizagem se realiza. Compreendendo seu próprio processo de aprendizagem, os jovens e adultos estão mais aptos a ajudar outras pessoas a aprender, e isso é essencial para pessoas que, como muitos deles já desempenham o papel de educadores na família, no trabalho e na comunidade (BRASIL 1997, p.46)

Ainda se encontrou outra informação

> Isso significa que, do ponto de vista da educação como um ato de conhecimento, nós, educadores, devemos sempre partir – 'partir', é este o verbo; não 'ficar' – sempre dos níveis de compreensão dos educandos, da compreensão de seu meio, da observação de sua realidade, da expressão que as próprias massas populares têm de sua realidade. É a partir do lugar em que se encontram as massas populares que os educadores revolucionários, no meu entender, têm de começar a superação de uma compreensão inexata da realidade e chegar a uma compreensão cada vez mais exata, cada vez mais objetiva dela. (FREIRE, p. 79 In: TORRES, R., 2002)

Tal discussão ainda vem ao encontro das teorias ligadas a um dos maiores teóricos ligados ao contexto da alfabetização e do letramento para jovens e adultos, sendo que, sempre que se fala neste tipo de pedagogia, sabe-se que Paulo Freire é o precursor do método, mesmo porque esse processo ainda acaba ligado a outros, em especial a questão de que, Soares (2006, p. 24) vem informar:

> [...] Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais, feita por um alfabetizado, se recebe cartas. Que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (...) se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da

> mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda „analfabeta“ (...), mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada (SOARES, 2006, p.24).

Outra discussão gira em torno da dúvida ligada a questão sobre os indivíduos não alfabetizados apresentarem níveis de letramento, principalmente quando se fala em uma sociedade onde a leitura não está incutida em seu processo social e, sobre isso Tfouni vai informar que:

> [...] a explicação (...) não está em ser, ou não alfabetizado, enquanto indivíduo. Está sim, em ser, ou não, letrada a sociedade nas quais esses indivíduos vivem. Mais que isso: está na sofisticação das comunicações, dos modos de produção, das demandas cognitivas pelas quais passa uma sociedade como um todo quando se torna letrada, e que irão inevitavelmente influenciar aqueles que nela vivem alfabetizados ou não. (TFOUNI, 2004, p.27).

Sobre o assunto em dúvida da alfabetização e do letramento, temos:

> Uma pessoa analfabeta pode ser de certo ponto letrado, de modo que se interesse pelo mundo da leitura e da escrita, ouvindo alguém ler uma notícia de jornal ou até mesmo ditando algo para uma pessoa alfabetizada escrever. O aluno de EJA já teve contato com vários textos escritos, o professor em sala de aula não pode excluir essa vivencia mediante que pode podar a aprendizagem dos alunos. Sendo assim os professores de jovens e adultos tem a missão de levar em conta os conhecimentos de letramento do aluno e desenvolver atividades que proporcionem a esse aluno enriquecer ainda mais seus conhecimentos, aprofundando as características dessas escritas e tendo assim uma integração social satisfatória (SOARES, 2001, p. 23).

Esteves ainda informa que

> Freire elaborou o método de Alfabetização de Jovens e Adultos, a partir do diálogo, principalmente, do diálogo entre educador e educando, um ouvindo e respeitando o outro, visto que "o papel de homem que é o de sujeito e não de simples objeto" (FREIRE, 2001, p. 53 apud ESTEVES, 2012, p. 9).

Pensando neste tipo de diálogo, observa-se que diversos foram os resultados e discussões, sendo que ainda se tem a seguinte informação:

> Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um "fazedor de cultura" e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método

> Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra (ARANHA, 1996, p. 209).

Para finalizar este capítulo, Esteves ainda coloca a seguinte informação:

> A história da Educação de jovens e adultos é muito recente, durante muitos anos as escolas noturnas eram a única forma de alfabetizá–los após um dia árduo de serviço, e muitas dessas escolas na verdade eram grupos informais, onde poucos que já dominavam o ato de ler e escrever o transferia a outros; no começo do século XX com o desenvolvimento industrial é possível perceber uma lenta valorização da EJA (ESTEVES, 2012, p. 9).

Desta forma, entende-se que, os resultados apresentados e as discussões a eles relacionados, trazem uma vasta informação que vem ao encontro de projetos que se fazem necessários, mas, acima de tudo, tudo o que for ligado a alfabetização e letramento para jovens e adultos necessita de muitos cuidados, pois o processo não envolve apenas a pedagógica, mas a inclusão ética, moral e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfabetização e letramento são fatores pedagógicos que necessitam de muito estudo, principalmente quando o ator principal desta metodologia é algo que está ligado a jovens e adultos – EJA. Sendo assim, as pesquisas ligadas a este processo requerem muitos cuidados, pois observou-se várias situações que levam destaque nestas considerações finais.

Primeiramente alfabetizar é algo que pode ser entendido para a EJA como algo que vai além de ensinar letras, códigos e seus significantes e significados, mas quando jovens e adultos entram em cena, o principal elemento a ser destacado é que o conhecimento de mundo dos mesmos deve ser o principal elemento linguístico a ser trabalhado em sala de aula.

Entendeu-se que um indivíduo não é alguém que aprende apenas na escola, ou só nela e com o professor, principalmente se pensarmos que o professor apenas deve ser o mediador do saber e, o resto compete aos demais.

A questão do letramento observou-se que, nem sempre este está incutido no processo de ensino, pois ele dependerá exclusivamente do método o qual o professor utilizará para discutir, pois o muitos já vêm para a escola com várias competências ligadas ao letramento, mas esse precisa se completar com várias ações de leitura.

Outro fator que merece destaque é que, quando estudou-se sobre a história da EJA, entendeu-se que ela está ligada a normas e legislações, mas, acima de estar ligada a vida que estas pessoas tiveram, pois normalmente quem chega a fase da educação é uma pessoa que passou por algumas dificuldades pessoais que interromperam sua educação no período correto

e, quando vão para a sala de aula para se readaptarem ao ensino, surgem ainda fatores como a sociedade, a timidez e outras situações que devem ser trabalhadas, em especial a autoestima.
Assim, educar, alfabetizar e letrar na EJA é algo que deve ser muito analisado e avaliado para que nada saia fora do controle, mas acima de tudo, esse tema é algo que necessita ser muito pesquisado e explorado por todos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Constituição: 1988: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94.** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996/1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996...** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire** / Carlos Rodrigues Brandão – 1.ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981. – (coleção primeiros passos).

ESTEVES, Maria Mara T. **A alfabetização e o letramento na educação de jovens e adultos.** Artigo publicado para a revista da Universidade Federal do Piauí. 2012.

PERREIRA, M. L. C. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos.** 1. ed., 1 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica/FHC –FUMEC, 2005.

RONDINA, José. **Educação de Jovens e Adultos – EJA: Como funciona.** Disponível em: http://educamaisbrasil.blog.br/eja-educacao-de-jovens-e-adultos/. Acesso em 10. Abr. 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte:
autêntica, 2001.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. 11. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões de Nossa Época, v. 47).

TORRES, Rosa Maria (Org.). **Educação Popular: um encontro com Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

XAVIER, João Fábio Davi. **Educação de jovens e adultos: alfabetizar letrando.** *Revista Lugares de Educação*, Bananeiras, v. 1, n. 1, p. 123-132, jan.-jun. 2011 ISSN 2237-1451 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>

MANGUEZAL: O ENSINO PRÁTICO COMO FERRAMENTA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DE GERAÇÕES FUTURAS

Rosa, Aline Silva de Carvalho[2]

RESUMO

Muito se discute acerca da degradação do meio ambiente em decorrência da evolução populacional, extrativismo desenfreado, crescimento demográfico e exploração turística, além da poluição descontrolada dos ecossistemas. Partindo disso esse trabalho tem como objetivo geral analisar de que forma o ensino prático sobre os manguezais pode contribuir para a educação ambiental e preservação dessa área de grande importância geográfica, social, econômica, ambiental e cultural. O manguezal é um ecossistema costeiro que pertence à mata atlântica e abrange quase todo o litoral brasileiro, é considerado um berçário desse bioma por fornecer condições naturais para muitas espécies se reproduzirem e evoluírem, além de ser considerado um filtro de transição entre o mar e a terra. O manguezal é de grande importância para manutenção da vida aquática e terrestre, além de proporcionar a sobrevivência para milhares de comunidades ribeirinhas que retiram seu sustento de lá e acredita-se que só por meio da educação que se conseguirá conscientizar a geração futura para a devida preservação de áreas tão importantes como essa. Utilizando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica desenvolvida através do método qualitativo descritivo, baseando-se na realidade dos municípios de Itaparica e Vera Cruz esse trabalho buscou ser prático e objetivo na abordagem do bioma Manguezal.

PALAVRAS – CHAVE: Manguezal. Educação. Ensino Prático. Preservação.

INTRODUÇÃO

Atualmente é comum ver notícias que tratam sobre o aquecimento global, degradação do meio ambiente, desmatamentos, exploração descontrolada e principalmente crescimento demográfico desordenado, tudo isso acaba contribuindo para que, de alguma forma, gere uma discussão em sala de aula sobre as consequências dessas situações.

Um dos ecossistemas mais importantes do planeta é o manguezal porque proporciona condições naturais ideais para a reprodução e alimentação de muitas espécies de animais marinhos e terrestres, além de garantir o sustento de grande parte das populações situadas na costa de diversos países, principalmente no Brasil que toma quase toda a sua costa e pertence ao bioma mata atlântica que é o de maior diversidade animal e vegetal quando comparado aos demais.

[2] Licenciada em Biologia; Pós Graduada em Educação Ambiental; Pós Graduanda do Curso de Ensino da Biologia pelo Instituto Souza de Pós-Graduação; Professora do Ensino Fundamental 2(6º ao 9º ano).

Dentro do abordado observou-se que um grande problema atrelado ao bioma mata atlântica que é a exploração descontrolada do ecossistema manguezal, logo esse trabalho se justifica por causa da importância que o mesmo possui para grande parte dos animais aquáticos e marinhos que necessitam dele para sua sobrevivência e principalmente por garantir a sobrevivência de milhares de seres humanos que retiram seu sustento dessa região.

Por causa dessa situação o objetivo geral desse trabalho é analisar de que forma o ensino prático de biologia no ensino fundamental pode contribuir para conscientizar as gerações futuras da importância de preservar o manguezal que é o principal ecossistema do bioma que rodeia a região que vivem, neste caso em específico a Ilha de Itaparica que é onde atuo como professora.

Para isso é necessário Discutir sobre o conceito e principais características dos manguezais, avaliar qual a melhor forma de abordar sobre esse assunto em turmas do ensino fundamental, associar o manguezal à realidade das crianças que vivem na ilha de Itaparica e por fim avaliar de que forma uma abordagem prática pode contribuir para a preservação desse ecossistema.

A metodologia escolhida para a realização desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica que será desenvolvida utilizando-se o método qualitativo descritivo, baseando-se na realidade exposta por alguns autores da área, além de abordar a realidade da região observada. De forma geral esse trabalho busca informações que visam explicar as influencias que as aulas práticas podem gerar para influenciar as docentes do ensino fundamental a preservar o meio ambiente e em particular o manguezal.

As aulas práticas nesse caso visam mostrar as crianças que residem próximo aos manguezais as coisas que esse ecossistema proporciona, a ideia é levar as crianças para locais que possuem mangues e estimulá-los a observar a diversidade ali presente, a ação do homem promovendo degradação do ambiente e principalmente deixar claro que eles podem fazer a diferença na preservação e futuro do local.

A ilha de Itaparica está localizada na Baía de Todos os Santos, abriga dois municípios (Itaparica e Vera Cruz) e possui aproximadamente 45% de sua costa preenchida por manguezal, essa realidade que despertou a origem do tema proposto, além da necessidade de despertar nas crianças do ensino fundamental a responsabilidade de proteção da área que provém o sustento de grande parte dos moradores desses municípios.

Dessa forma pretende-se mostrar que aulas dinâmicas contribuem de forma positiva para o aprendizado dessas crianças, além de fixar mais a atenção delas para aspectos sociais, econômicos e culturais que estão intrínsecos em suas realidades e contribuindo para a preservação do meio ambiente e garantindo o futuro das próximas gerações.

MANGUEZAL

O manguezal é um ecossistema que está presente em quase toda a costa brasileira e é responsável pela manutenção de diversas espécies da fauna

e flora da Mata Atlântica, principalmente espécies aquáticas que aproveitam o difícil acesso, a abundancia de alimentos e a temperatura das águas param se reproduzirem e se alimentarem.

> O **manguezal** é um ecossistema costeiro que ocorre na transição entre a terra e o mar em regiões tropicais e subtropicais do mundo, ocupando ambientes inundados por marés, tais como: estuários, lagoas costeiras, baías e deltas. Esses ambientes são caracterizados, não obrigatoriamente, pela mistura entre as águas doce e salgada. As plantas que compõem o manguezal e dominam a paisagem desse ecossistema são os **mangues, (**KJERFVE e LACERDA, 1993).

Segundo Kjerfve e Lacerda (1993), esse tipo de ecossistema é muito comum em regiões tropicais e subtropicais e ocupam locais inundados por marés, são ambientes caracterizados pela mistura de alga salgada e doce, mas nem sempre é assim, sua flora é composta por uma espécie dominante chamada de mangue e a fauna possui imensa diversidade entre peixes, crustáceos, insetos e outros seres pertencentes à mata atlântica.

Na concepção de Benfield et al. (2005) os manguezais possuem importância relacionada a funções fundamentais como a manutenção da qualidade da água, fixação do sedimento do solo, fornecimento de produção primária para o entorno e manutenção da biodiversidade. Sendo considerado berçário e área de refugio para espécies marinhas de interesse comercial e artesanal e um dos ambientes costeiros mais produtivos do mundo.

Boa parte da costa da Ilha de Itaparica possui manguezais que proporcionam o sustento de pelo menos 40% da população dos municípios de Itaparica e Vera Cruz, os mangues geram rendas para essas famílias pelo extrativismo de animais e crustáceos para alimentação e venda, pela exploração turística e até mesmo pela retirada de madeira.

De acordo com Grasso et al. (1995) os manguezais se destacam entre os demais ecossistemas por causa de sua elevada produtividade que representa rica fonte de alimento de alto valor calórico e proteico para inúmeros organismos aquáticos, como peixes, crustáceos e moluscos, constituindo-se de habitat de criação e alimentação para várias espécies estuarinas e marinhas, inclusive aquelas de importância econômica; assegurando a produtividade pesqueira nas áreas estuarinas e costeiras adjacentes, sendo a produção de pescados fortemente influenciada pela manutenção desse ecossistema.

Para Mendonça (2013) o manguezal possui uma enorme variedade de nichos ecológicos, por isso abriga uma fauna diversificada representada por anelídeos, moluscos, crustáceos, aracnídeos, insetos, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Além disso, esse ecossistema funciona como o verdadeiro "berçário da natureza", pois apresenta condições ideais para reprodução e desenvolvimento de formas juvenis de várias espécies, principalmente crustáceos e peixes. Dentre outras importantes funções dessa vegetação, destaca-se a proteção da linha costeira contra ações erosivas e o fato de ser fonte de renda e alimentos para as pessoas que vivem em seu entorno.

O manguezal funciona como meio provedor para populações costeiras, porém com o crescimento populacional e exploração desenfreada dos recursos naturais escassos provenientes dessa localidade muitas espécies que eram abundantes estão entrando em extinção e a flora está desaparecendo em muitos locais para produção de carvão, casas e muitas vezes para dar lugar a áreas de exploração turística. Tal situação já vem assolando a Ilha de Itaparica há muito tempo de forma que muitas localidades onde possuíam mangues foi substituída por uma grande faixa de areia e segmentos ou por construções.

Por outro lado os impactos já estão surtindo efeito, principalmente para as famílias de pescadores que enfrentam dificuldades para exercer seus trabalhos e se queixam da falta de peixes e crustáceos que alimentavam suas casas e ainda geravam renda para sua família. Tais impactos podem ser observados também no avanço das marés que atingem diversas localidades da ilha destruindo contenções, casas e paisagens inteiras que antes eram filtradas pela presença dos manguezais.

PROTEÇÃO LEGAL DOS MANGUEZAIS

Atualmente os manguezais constituem áreas de proteção permanente protegidos pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 225, códigos florestais e resoluções que tentam garantir a preservação dessa área de grande importância para o litoral brasileiro, segundo Schaeffer (1994) essa área ainda sobrevive nos dias atuais por causa desses diversos dispositivos legais visa sua proteção.

> O manguezal, ecossistema bem representado ao longo do litoral brasileiro, é considerado, no Brasil, como área de preservação permanente, incluído em diversos dispositivos constitucionais (Constituição Federal e Constituições Estaduais) e infraconstitucionais (leis, decretos, resoluções, convenções). A observação desses instrumentos legais impõe uma série de ordenações do uso e/ou de ações em áreas de manguezal (SCHAEFFER-NOVELLI,1994).

A Lei Federal nº 12.651/2012 – Código Florestal Brasileiro vigente (BRASIL, 2012a) - em seu artigo 4º, inciso VI, apresenta como Áreas de Preservação Permanente (APPs) as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de manguezais, em que se entende que há a proteção da vegetação associada, mas sem a proteção explícita das demais feições naturais ocorrentes no ecossistema manguezal.

Apesar de todo esse aparato legal que protege o manguezal ainda é possível ver pessoas causando a degradação desse ecossistema pela falta de fiscalização, nos municípios de Vera Cruz e Itaparica, é comum encontrar pessoas desmatando o mangue para construir e para retirada da madeira, jogando lixo e causando incêndios que de alguma forma atingem fauna e flora prejudicando sua preservação.

ENSINO FUNDAMENTAL 2

O Ensino Fundamental é a etapa da Educação Básica destinada a crianças e adolescentes com idade primordial entre 6 e 14 anos. No decorrer dela o

educando deve desenvolver a sua capacidade de aprendizagem, por meio do domínio da leitura, da escrita e do cálculo matemático. Até o final do Ensino Fundamental, o estudante deve construir as competências de modo a compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família. A Lei nº 11.274/2006 institui o Ensino Fundamental de nove anos, considerando o 1º ano como o início do processo de alfabetização que deverá se estender até o 3º ano de escolaridade, quando todos os estudantes devem ter desenvolvido um conjunto de conhecimentos e habilidades consideradas fundamentais para o processo de alfabetização e letramento.

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil, obrigatório, gratuito (nas escolas públicas), e atende crianças a partir dos 6 anos de idade, além de ter por objetivo a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário:

> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
>
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
>
> III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
>
> IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
>
> Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.

O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma:
Fundamental I – compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade.
Fundamental II – compreende do 6º ao 9º ano.

O ensino fundamental 2 é responsável por preparar as crianças para receber conhecimentos de diversas áreas, para isso os educandos precisam dominar a leitura e escrita, aprender a se posicionarem de forma crítica diante das diferentes situações sociais, deve questionar a realidade e principalmente aprender a utilizar suas capacidades físicas, afetivas, cognitivas e críticas em favor do seu desenvolvimento emocional, social, econômico, afetivo, ético e estético.

Do ponto de vista de Kramer (2006, p.805) o planejamento e o acompanhamento pelos adultos que atuam na educação infantil e no ensino

fundamental devem levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural, na educação infantil e no ensino fundamental. Nesse sentido é que se resolveu empregar atividades de campo, consideradas como aulas práticas, para tentar desenvolver, através da realidade social da Ilha de Itaparica, o senso crítico e a conscientização das crianças para a necessidade de preservar o meio ambiente para que sua geração e gerações futuras possam usufruir o que ele tem a oferecer.

ENSINO PRÁTICO COMO MEIO DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA GERAÇÕES FUTURAS

O ensino prático tem igual importância que o ensino teórico por ter a missão de apresentar os conhecimentos através da vivência de situações que retratam a realidade social embasada nos aspectos educacionais das crianças abordados em sala de aula. Para Freire (1997, p. 89) [...] Não somos apenas objeto da História, mas seus sujeitos igualmente. A partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógico.

Para Gil-Pérez & Carvalho (2000) a crítica ao Ensino Tradicional, efetuada por professores em formação, virou senso comum. Geralmente, professores em formação rejeitam a prática do Ensino Tradicional (transmissão de conhecimentos já elaborados), mas há evidências de que apesar de todas as repulsas, continuam-se ainda hoje se fazendo aulas praticamente Idênticas que as aulas dos anos 60.

É justamente a partir das críticas e da identificação de dificuldades de aprendizagem das crianças do ensino fundamental que buscou-se maneiras diferentes de aguçar as características necessárias para o desenvolvimento dessas crianças, daí surge o lúdico na educação e principalmente as atividades que tendem a relacionar os conhecimentos teóricos a atividades práticas.

> "Os jogos educativos ou didáticos estão orientados para estimular o desenvolvimento cognitivo e são importantes para o desenvolvimento do conhecimento escolar mais elaborado: calcular, ler e escrever. São jogos fundamentais para a criança deficiente mental por iniciá-la em conhecimentos e favorecer o desenvolvimento de funções mentais superiores prejudicadas, (IDE, 2008, p. 100)".

Para Silva (2006, p. 67) o lúdico deve permear a prática escolar, fluindo e manifestando-se na criatividade. Portanto, é necessário que os adultos, pais e educadores tenham convicção e levem a sério a importância do brincar, pois a criança em idade pré-escolar começa a experimentar necessidades, em que os desejos não realizáveis podem ser realizados por meio do brinquedo, como um mundo imaginário, no qual a criança cria e imagina, e ao imaginar ela brinca, pois o brinquedo proporciona a mediação entre o real e o imaginário.

Por muito tempo o lúdico foi objeto de discursão entre muitos pesquisadores em decorrência da sua importância para a criança e da afirmação de que é uma prática que auxilia o desenvolvimento infantil, contribuindo para

superar as dificuldades de aprendizagem, concentração, atenção, raciocínio e promovendo a construção ou potencialização de conhecimentos. Atualmente ainda se fala sobre o lúdico, porém as atividades práticas estão ganhando cada vez mais espaço nas escolas do ensino fundamental, o contato das crianças com a realidade que rodeia a escola, com os aspectos culturais e com as características econômicas e sociais é muito importante para o desenvolvimento dessas crianças diante das mais diversas situações. Inserir a realidade no contexto da aprendizagem das crianças é muito importante porque pode contribuir de maneira positiva para a evolução social das localidades onde residem, para tal pode-se mostrar através de aulas de campo, brincadeiras e vídeos todas as coisas boas e ruins que influenciam nas condições financeiras, econômicas e de saneamento de suas cidades.

Mais do que influenciar, o emprego do lúdico e de atividades práticas, visa conscientizar as crianças através do contato com as situações reais das comunidades que convivem. Em uma aula de campo, por exemplo, pode-se estimular a observação, o estado emotivo e principalmente despertar a vontade de modificar o cenário visto, além de conseguir prender a atenção das crianças e fixar melhor todo o conteúdo apresentado.

Nas brincadeiras o professor tem o poder de mostrar e dar exemplos de posturas positivas mostrando a importância de preservar o meio ambiente para que possam usufruir mais tarde e para que seus filhos, netos e todas as gerações futuras possam ter contato com as maravilhas da natureza.

Tapia e Fita (2003), afirmam que a aprendizagem implica uma interação do/a aluno/a com o meio, propiciando-lhe condições de captar e processar os estímulos provenientes do exterior, os quais, por sua vez, foram selecionados, organizados e sequenciados pelo/a professor/a. Assim, por meio da aprendizagem, o/a aluno/a altera seu estado inicial, tornando-se capaz de manter uma conduta com vistas a realizar algo que antes não podia ou não sabia fazer.

> A aprendizagem escolar tem um vínculo direto com o meio social que circunscreve não só as condições de vida das crianças, mas também a sua relação com a escola e estudo, sua percepção e compreensão das matérias. A consolidação dos conhecimentos depende do significado que eles carregam em relação à experiência social das crianças e jovens na família, no meio social, no trabalho, (LIBÂNEO, 1994, p. 87).

É importante observar que vários autores convergem no sentido de mostrar o quanto é importante o contato das crianças com a realidade social que as cercam e por isso a necessidade de aulas de campos, do lúdico e principalmente de tarefas que busquem aguçar a observação, conscientização e interesse de mudança desses educandos para que o futuro possa ser pautado em uma sociedade consciente.

Na Ilha de Itaparica muitas escolas já utilizam aulas de campo para mostrar as crianças as consequências do mau uso dos recursos naturais, para mostrar todos os aspectos sociais, culturais e econômicos que cercam a

escola, para mostrar a importância de se preservar o meio ambiente que fornece tudo o que eles precisam para viverem e se sustentarem.
Toda essa abordagem prática tem como objetivo facilitar o aprendizado das crianças, reduzir as dificuldades intrínsecas no processo ensino-aprendizagem e principalmente tentar conscientizar as gerações futuras quanto a importância de manter aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais para seus descendentes consigam aproveitar tudo o que a sociedade, de forma geral, pode lhes proporcionar.
Por se tratar de uma região de muito contato com os biomas mata atlântica e marinho a conscientização é muito importante para garantir a sobrevivência de todas as espécies que ali vivem, inclusive os próprios seres humanos que dependem de todos os recursos para se manter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da biologia nos primeiros de aprendizagem das crianças é muito importante porque consegue mostrar os aspectos físicos, as espécies de vegetais, animais, insetos e outros com os quais convivem, além de mostrar qual o papel de cada um no local onde moram.
A abordagem prática dos assuntos voltados para a sociedade é de grande importância para preservar um ecossistema de onde tiram todos os recursos para sua sobrevivência. O manguezal é um ecossistema presente na parte costeira da mata atlântica e é de extrema importância para a manutenção de muitas espécies terrestres e aquáticas.
O ensino fundamental 2 é um período onde as crianças estão em fase transição para adquirir novos conhecimentos e se torna o período ideal para inserir atividades práticas que contribuem de forma positiva para a conscientização em preservar o meio ambiente, principalmente por ser uma região que depende desse ecossistema para extrair seus alimentos, matérias primas, inclusive recursos que podem ser vendidos e garantir o sustento financeiro da família.
Nos municípios de Itaparica e Vera Cruz tenho atuação como professora de biologia do ensino fundamental 2 e aulas práticas, visitações, passeios, brincadeiras e vídeos são experiências que contribuem positivamente para o desenvolvimento das crianças que fixam com mais facilidades os conhecimentos repassados, se assustam e se incomodam com mais facilidade aos pontos negativos mostrados e possuem uma vontade sem fim de mudar aquela realidade.
Em resumo pode-se afirmar que aulas dinâmicas em que a prática é empregada em conjunto com lúdico os resultados são muitos mais satisfatórios que em turmas onde se dissemina o conhecimento pelo método tradicional de ensino. Através do método de ensino mais dinâmico se torna mais fácil conscientizar as crianças em relação à preservação dos manguezais que rodeiam grande parte da costa da Baia de Todos os Santos e é a principal fonte de recursos para as comunidades costeiras do Brasil e em particular dos municípios dessa Ilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1965). Decreto-lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro e dá outras providências. Diário Oficial da União - DOU de 16 de setembro de 1965. Brasília DF. BRASIL. (2012a). Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre o Código Florestal.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.

IDE, Sahda Marta. **O jogo e o fracasso escolar**. In: KISHIMOTO, Tisuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2008.

Kjerfve, B., Lacerda, L.D., 1993. Mangroves of Brazil. In: Lacerda L.D. (Ed.),**Conservation and sustainable utilization of mangrove forest in Latin America and Africa regions. I. Latin America, Mangrove Ecosystem Technical Report No. 2**. ITTO/ISME, Okinawa, pp.245-272.
KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental**. Educ. Soc., v. 27, n. 96, p.797-818, out. 2006.

Mendonça, V. L. **Biologia: ecologia, origem da vida e biologia celular, embriologia e histologia.** v. 1, 2ª ed. São Paulo: Editora AJS, 2013.

SILVA, A. P. L. C. **O lúdico na educação infantil: concepções e práticas dos professores na rede municipal de Campo Grande – MS**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, MS: UCDB, 2006.

<http://escolas.educacao.ba.gov.br/ensinofundamental>, Acesso em 29/09/2018.

<https://www.infoescola.com/geografia/mangues-manguezal/>, Acesso em 07/10/2018.

<http://projetodomanguezal.blogspot.com/2010/04/mangue.html>, Acesso em 09/10/2018.

<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/549/528>, Acesso em 07/10/2018.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>, Acesso em 07/10/2018.

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/atividades-ludicas>, Acesso em 08/10/2018.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E A RELEVÂNCIA DO TUTOR INTERVINDO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Prado, Aline Tatyane do[3]

RESUMO
Este estudo teve como objetivo abordar sobre a educação à distância e a relevância do tutor intervindo no processo de ensino e aprendizagem. A Educação a Distância (EAD) começou sua evolução no início da década de 1990, com a Internet que trouxe oportunidades a todas as pessoas que necessitam estudar, ou seja, sem precisar de se deslocar ao local de estudo todos os dias e ter que frequentar as salas de aula de forma presencial. Neste contexto, o tutor como mediador no processo de ensino e aprendizagem se torna relevante, pois é ele que realizará as intervenções ou interações com os alunos, transmitindo aos mesmos, informações, conhecimentos, orientando-os a seguir o caminho certo. A metodologia aplicada a este estudo foi a pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que o tutor atua como um mediador em cursos online, assumindo papéis de extrema relevância no processo de orientação aos alunos, visando à melhor compreensão e procurando sempre estar ao lado do aluno nas orientações, favorecendo a aprendizagem de forma mais significativa. Mesmo com as diversificações dos modelos de tutoria existentes, o objetivo do tutor é avaliar a aprendizagem de seus alunos, orientá-los, motivá-los. Fazer com que este se adeque a esta modalidade de ensino, assim como ele também a esta nova realidade, não esquecendo que serão necessárias habilidades e conhecimentos de várias disciplinas. Portanto, o papel que este profissional tem neste contexto se torna muito relevante neste ambiente, pois irá direcionar seus alunos nos caminhos a serem seguidos.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino a Distância. Tutor. Mediador. Processo ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Segundo a literatura, a procura pelos cursos de Educação a Distância tem demonstrado um aumento significativo, ou seja, são cursos superiores que vêm apresentando uma grande adesão das pessoas pela facilidade e flexibilidade.

São várias as pessoas que não conseguem frequentar uma faculdade onde tenham que estar presente todos os dias, pois vários fatores interferem para que não consigam dar continuidade aos estudos como trabalhar o dia todo, ter filhos pequenos, ou mesmo os horários.

Nesse contexto, percebe-se que a Educação a Distância vem colaborando, de forma relevante, com as novas metodologias de ensino e das organizações de trabalho nos sistemas convencionais, pois adequa-se às tecnologias de mediação da educação.

[3] Aline Tatyane do Prado. Graduada no curso de tecnologia em negócios imobiliários.

Além disso, o saber e a experiência desenvolvem-se no campo da Educação a Distância, contribuindo com a expansão e com a melhoria dos sistemas de ensino superior, centralizado e defendido pela maioria dos especialistas, entre as modalidades de educação, de maneira que o cenário mais provável no atual século XXI será o de sistemas de ensino superior misto ou integrado, que oferecem oportunidades com diversidades de formação, tendo em vista que são de acordo com as habilidades do aluno.

Esse tema se justifica pela sua importância na atualidade, pela facilidade de as pessoas poderem adquirir conhecimentos teóricos e também de transmitir alguns conhecimentos ao leitor. Atualmente, tem se verificado que muitas pessoas não dispõem de tempo para um deslocamento até uma instituição de ensino todos os dias. Porém, ao optar por ingressar na Educação a Distância, este se torna um instrumento útil de ensino, oportunizando para que estas pessoas com problema de tempo possam ter acesso ao estudo.

Em vista de esta modalidade ter evoluído de forma significativa, este avanço se deve ao desempenho do tutor que deve ser reconhecido neste processo que se consolida cada vez mais (MENDONÇA, 2016). Neste sentido, questiona-se como problema de pesquisa: Para que este estudo a distância se consolide cada vez mais, qual seria o papel mais indicado do tutor na orientação dos alunos? Por que sua participação se torna tão relevante neste contexto? Para responder a esta questão, foi proposto como objetivo geral abordar sobre a educação a distância e a relevância do tutor intervindo no processo de ensino e aprendizagem.

Metodologicamente, a pesquisa foi exploratória, conduzida e fundamentada por meio de pesquisa bibliográfica.

Com relação à estruturação deste estudo, este se inicia com uma breve síntese do seu desenvolvimento na introdução; no item dois, fundamentação teórica, é apresentado todo o desfecho deste estudo, baseando-se na literatura pertinente dando a devida relevância ao estudo, se iniciando com um breve conceito e histórico da Educação a Distância. No mesmo item, no tópico a seguir, foram apresentadas as diferenças entre o ensino presencial regular e o ensino a distância. E para fechar este item, foi comentado sobre a relevância do tutor e de sua intervenção no processo de ensino e aprendizagem.

BREVE CONCEITO E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Iniciando a abordagem deste tema, tem-se como finalidade comentar sobre o tutor que tem como responsabilidade intervir no processo de ensino e aprendizagem. Mas, antes, é importante comentar um pouco sobre a Educação a Distância, sua evolução histórica e como ela tem sido importante para muitos que precisam desta opção de estudo. Mencionando também as diferenças apresentadas tanto no ensino presencial regular como no ensino a distância, para, em seguida, abordar sobre o tutor e sua importância de sua interação com o aluno neste ambiente virtual.

A EAD é uma realidade, que vêm fazendo parte da vida de muitas pessoas que precisam ter o curso superior, ou terminar mais rápido este estudo sem

ter que frequentar uma sala de aula todos os dias. Neste sentido se torna relevante apresentar os conceitos e sua evolução histórica.
Alguns estudos vêm demonstrando a importância desta pesquisa, ao serem mencionadas sobre as várias transformações que estão ocorrendo no ensino, ou seja, na educação no Brasil (SILVA; TABOSA & SILVA, 2015). Neste contexto de transformações, os autores observam que a EAD passou a ser vista como uma modalidade nova, sendo que, para a transmissão dos conhecimentos, é necessária a utilização de tecnologias como os computadores e ter acesso à Internet.
Em questão de números, ou seja, de pessoas estudando, Silva, Tabosa & Silva (2015) comentam que levantamentos realizados pelo Ministério da Educação demonstrou o elevado número de pessoas matriculadas atualmente nestes cursos de EA: "quase um milhão de pessoas" estão frequentando os cursos a distância. Compreende-se, com este levantamento, que o elevado número é resultado de motivos como não ter condições financeiras de pagar um curso superior presencial que as vezes sai mais caro que o EAD, ou que muitas não tiveram oportunidade de estudar em uma faculdade quando eram jovens, ou é exigido um curso superior pelo mercado de trabalho atualmente, melhor qualificação destes profissionais (SILVA; TABOSA & SILVA, 2015).
Moran (2013) conceitua a Educação a Distância como um processo em que ocorre o ensino-aprendizagem, mas que os alunos se encontram separados do professor/tutor, tanto no espaço como no tempo, e que estes são mediados por tecnologias que facilitam esta intervenção, ou seja, existe a conexão, mas não a presença.
A Educação a Distância, de acordo com a literatura, é vista por dois aspectos, pode ser complementar e também alternativa, mas ela não deve ser considerada "substitutiva", segundo explica Mill (2012) apud Grützmann (2013, p. 220), pois a EAD é "para a formação do cidadão (brasileiro e do mundo), com ricas possibilidades pedagógicas e grande potencial para a democratização do conhecimento, decorrentes de seu princípio de flexibilidade temporal, espacial e pedagógico" (p. 221).
De acordo com a literatura, a Educação a Distância iniciou sua história, partindo do século XV, quando foi inventada a imprensa, por Johannes Guttenberg, em Mogúncia, na Alemanha: "com composição de palavras com caracteres móveis", e, partindo desta criação, as pessoas não precisavam mais frequentar as escolas (ALVES, 2010, p. 1).
O autor explica que, em uma versão moderna, alguns países registraram suas primeiras experiências como a Suécia, em 1883; a Inglaterra, em 1840; a Alemanha implementou a educação a distância, em 1856; e os Estados Unidos, em 1874, mas, no Brasil, de acordo com o autor, não existem registros sobre uma data exata, ficando o ano de 1904 marcado como início do ensino a distância, se expandindo de uma forma que, atualmente, está presente em vários países (ALVES, 2010).
A Educação a Distância começou, portanto, num momento bastante conturbado da educação brasileira, pelo fato de não ser dado a ela a devida importância, bem como as alegações quanto às dificuldades enfrentadas e

o pouco incentivo que recebeu o ensino por parte das autoridades educacionais. Mas, com o passar dos tempos, no século XX, a visão do EAD mudou.

Nos estudos apresentados por Mugnol (2009, p. 336), sobre a EAD, ele observa que houve avanços e retrocessos na trajetória deste sistema de ensino no Brasil, mas, no século passado, ela apresentou uma evolução simbólica, conseguindo atender a vários níveis, inclusive os programas formais (com direito ao diploma) e também os não formais de ensino que proporcionam melhor capacitação das atividades realizadas pelos profissionais.

A EAD recebeu grandes contribuições ou pode-se dizer expansão no início da década de 1990, a partir de tecnologias como a Internet. Mendonça (2016) confirma sobre esta contribuição, observando que a Internet proporcionou, para muitas pessoas, grandes oportunidades com o acesso às várias formas de conhecimentos que oferece, independentemente do nível de conhecimentos que estas pessoas possuam e também sem precisar de professores presenciais.

No contexto histórico evolutivo, é importante comentar sobre como alguns equipamentos como o telefone, o rádio e o telégrafo contribuíram nesta evolução de ensino, caracterizando, desta forma, a comunicação como meio moderno de transmissão dos conhecimentos (MUGNOL, 2009).

Gomes (2011), ao observar sobre esta evolução, comenta que, por meio do rádio, foi possível transmitir conhecimento para milhares de pessoas por intermédio de programas educativos. A televisão foi utilizada para fins educativos na dedada de 1961, com a finalidade de alfabetizar. Somente a partir da década de 1967, foi criado pelo governo militar vários programas educativos a distância; um deles foi denominado Telecurso. Em 1990, com a informatização, abriram-se várias possibilidades para as pessoas fazerem o EAD, principalmente os ensinos superiores.

Mugnol (2009, p. 337) comenta que a EAD é uma metodologia que recebeu impulso de vários países como a "Suécia, Inglaterra, França, bem como, Canadá e EUA" e o Brasil que atualmente vem fazer parte deste contexto evolutivo, demonstrando a importância do EAD, apesar de que, mesmo iniciando o século XXI, sendo alvo de debates, ela continua evoluindo e marcando sua presença em várias faculdades, juntamente com o curso presencial.

Para melhor entendimento da atuação do tutor, que é visto como pivô neste contexto, fazendo parte desta metodologia de ensino a distância, é necessário que sejam explicadas as diferenças existentes entre os dois ensinos, o ensino presencial e o ensino a distância, por meio do embasamento teórico da literatura relacionada ao tema escolhido.

DIFERENÇAS ENTRE O ENSINO PRESENCIAL REGULAR E O ENSINO A DISTÂNCIA

Existe uma diferença entre os cursos superiores, à distância e o presencial, neste sentido, torna-se importante explicar esta diferença baseando-se na literatura pertinente.

De acordo com Andrade (2010), a educação presencial, como o próprio nome diz, é um tipo de educação em que o aluno e o professor devem estar presentes; para ele, é uma forma de ensinar considerada tradicional, que vê como modalidade antiga e que traz resultados positivos, mas as várias mudanças ocorridas no ensino com as novas tecnologias fizeram com que as escolas se atualizassem diante deste processo evolutivo.

Na opinião de Martins (2010, p. 14), "o espaço da sala de aula deixa de ser apenas o único local em que ocorre o encontro presencial entre alunos e professores e se expande para outros espaços, rompendo com tempo e o espaço físico da universidade". Para Moran (2013) este rompimento se deu com a interatividade, o espaço virtual que se tornou cada vez mais flexível enriquecendo-se por meio das tecnologias interativas que favorecem os alunos transmitindo os conhecimentos onde ele estiver.

Surge desta forma, o Ensino a Distância por meio de tecnologias como a Internet, trazendo consigo "um conjunto de ferramentas colaborativas, que tem o objetivo de promover a interação entre os usuários" (MAIA & MEIRELLES, 2003 apud KLOZOVSKI, 2013, p. 19).

Segundo o Portal de Ensino a Distância (2014), os meios de comunicações se tornaram extremamente importantes para que ocorra a integração entre os alunos e os professores. A inserção deste ensino em outras faculdades já é comprovada. Muitas faculdades que têm o curso superior presencial, atualmente já estão também incluindo em suas grades curriculares alguns cursos que podem ser realizados a distância.

Essa modalidade de ensino vem conquistando seu público e seu espaço cada vez mais, pela comodidade oferecida em poder acessar conhecimentos pela Internet, sem precisar se deslocar para a sala de aula todos os dias (PORTAL EAD, 2014).

Vieira e Abreu (2016) explicam sobre como foi importante o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), aliando-se ao saber no processo educativo:

> O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ampliou as novas formas de relações com o saber e com os integrantes dos processos de ensino-aprendizagem, as relações colaborativas, interativas, comunicativas e contextualizadas. As TIC possibilitam que os sujeitos aprendam cada vez mais fora do espaço acadêmico e, dessa forma, as instituições de ensino não podem ignorar, também, os saberes adquiridos na vida profissional e social. Dessa forma, surge uma nova dinâmica na geração do conhecimento coletivo entre os envolvidos no processo educativo. (VIEIRA & ABREU, 2016, p. 294).

Para Klozovski (2013, p. 19), esta metodologia se apresenta como uma novidade em estudo, "a qual o aluno não tem uma delimitação geográfica e nem uma sala de aula presencial para buscar sua qualificação". O autor complementa que os dois estudos, a distância e presencial se distinguem pela existência de uma distância física ente professor e aluno, e salienta que, apesar de o aluno frequentar todos os dia a sala de aula de forma presencial, não quer dizer que não exista uma distância entre ele e o

professor, mas existe, sim, de forma diferente nesta relação; ele cita como exemplos os fatores, metas, linguagem e objetivos que podem apresentar uma distância ou até inexistência de aproximação entre eles (KLOZOVSKI, 2013, p. 20 e 21).

Para o autor, na educação presencial, o professor pode acompanhar seus alunos, olhar de frente e acompanhar seu desenvolvimento e sua participação na aula, trocando opinião e informações transmitidas pelo professor naquele instante, apesar de ainda ser considerado um modo de ensino tradicional (KLOZOVSKI, 2013).

Mas, como Silva, Tabosa & Silva (2015) observaram, a EAD tem seus pontos favoráveis, pois não apresenta limitações do tipo espaciais e também temporais, um exemplo são as aulas por videoconferência, em que o professor está em um lugar ou cidade, e seus alunos estão reunidos em outro lugar ou cidade.

Nessa forma de ensino, compreende-se que tanto os alunos como o professor ficam sujeitos ao aprendizado e ao ensino padronizado, não apresentando, portanto, nenhuma autonomia. E, no EAD, o cenário é visto de forma diferenciada, como aponta Andrade (2010, p. 1), a Internet é uma rede utilizada por todos, seja qual for a profissão destes usuários e a idade também, pois as crianças, hoje em dia, já possuem alguns conhecimentos de como navegar. Compreende-se, desta forma, a verdadeira realidade, a educação virtual vem dividir espaço com a presencial, favorecendo a comunicação entre alunos e as instituições, independente da distância existente entre eles, tudo via Internet (ANDRADE, 2010).

Algumas diferenças são citadas por Maia e Meirelles (2003) apud Klozovski, (2013, p. 20 e 21): No presencial existe o contato do professor/aluno, no EAD o contato é virtual na maior parte do tempo; com relação às dúvidas, no presencial, "podem ser respondidas pelo professor de imediato", já no EAD é necessário "possuir um suporte pautado no planejamento"; no presencial o aluno tem que se deslocar para a sala de aula, enquanto que no virtual ele não precisa, pois tem a "flexibilidade de horários".

Ao interpretar as diferenças, pode-se observar que os paradigmas estão sendo quebrados, no que diz respeito à educação tradicional, e podem ser percebidos ao serem utilizadas as novas tecnologias oferecidas, deixando os livros que não serão mais necessários, para terem ensino-aprendizagem mediado pelos computadores.

Entende-se que a educação tradicional foi, por muito tempo, e é ainda a única forma de se aprender. Mas, percebe-se, aos poucos e com o passar dos tempos, que, as novas tecnologias presentes mostraram a possibilidade de que as novas formas de aprender foram ganhando espaço, sendo utilizadas hoje como recursos auxiliares importantes para a educação, desafiando o professor a utilizar estes recursos midiáticos na promoção do ensino a distância.

Pode-se perceber que a vantagem trazida por esta metodologia para as pessoas é com relação à flexibilidade que favorece o aluno, dando a eles opções de escolher horários e locais de estudo (SILVA; TABOSA & SILVA, 2015).

Alguns pontos negativos demonstrados pelos autores são citados como em relação à socialização entre os alunos e o professor que se torna reduzida, pois estes não têm o mesmo contato que a modalidade presencial, e também o preconceito verificado, por ser um estudo que proporciona facilidades ao aluno, no caso a flexibilidade de escolha relacionada ao tempo e local, o que torna esta metodologia de ensino desacreditada. (SILVA; TABOSA & SILVA, 2015).

Na EAD, a tecnologia se torna um fator determinante no que diz respeito às diferenças relacionadas ao desenvolvimento do aluno e também na organização, pelo fato de exigir sempre novas posturas na interação entre tutor e aluno (ALVES; NOVA, 2003 apud MACHADO; MACHADO, 2004).

Conclui-se, portanto, que, na educação presencial, não existe intermediários ou tutor, o professor está presente, tendo contado com os alunos em uma rotina diária, transmitindo conhecimentos face a face. E, na EAD, é diferente, a presença do tutor se faz muito necessária para interagir com os alunos via Internet, orientando-os para que consigam realizar as atividades, sem ter que frequentar todos os dias uma faculdade de forma presencial. A seguir, será abordada a relevância do tutor neste contexto, demonstrando como a presença dele, mesmo sendo online, é importantíssima para os alunos que optaram por estudar a EAD.

A RELEVÂNCIA DO TUTOR NOS CURSOS *ONLINE*

No ensino a distância, os conhecimentos são transmitidos pelo tutor que tem papel relevante no contexto do ensino-aprendizagem.

E, nas instituições que oferecem a Educação a Distância, o tutor assume novas significações, uma delas é estar sempre atualizado sobre as novidades que surgem relacionadas a esta modalidade de ensino. Para alguns professores, pode ser um desafio, mas sua formação dependerá dos conhecimentos que deverá ter sobre os recursos tecnológicos existentes para poder aplicá-los na EAD (SILVA; TABOSA & SILVA, 2015).

Na visão de Mendonça (2016), o tutor da EAD é uma pessoa que transmite e direciona todos os conteúdos relacionados ao curso, via online, além de corrigir as atividades realizadas pelos alunos. O que o torna o pivô dessa construção de conhecimentos, ao estabelecer o contato com os alunos.

Neste sentido, compreende-se que as atividades realizadas pelo tutor, no contexto do ensino a distância, ganha sentido e relevância, pelo fato de estar comprometido e principalmente ter conhecimento do que está fazendo e das tecnologias existentes, ou seja, saber como lidar com este processo que é o de ensinar os alunos a distância por meio das ferramentas oferecidas (COSTA, 2013).

Rodrigues (2012) afirma que o professor passa a assumir, na sociedade do conhecimento, um papel diferente, o de facilitar a aprendizagem, e o aluno também se reveste de uma nova postura de aprendiz autônomo; o aprendiz assume que é responsável por sua aprendizagem, e seu desempenho no processo desenvolve-se e valoriza ação colaborativa, ou seja, o tutor deve ser incentivador, motivador.

Para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a missão assumida pelo tutor do EAD é muito importante e necessária, tornando-se até mesmo

"fundamental" neste processo que é de educar a distância em uma instituição, exercendo suas atribuições e procurando atender às necessidades dos alunos (BRASIL, 2007, p. 21).

O MEC explica ainda sobre o porquê desta relevância, mencionando que o tutor tem sua função de mediar, interagindo juntamente com os alunos "geograficamente distantes", ou seja, que moram distantes de uma instituição de apoio presencial. Neste sentido, ele vai orientar estes alunos, esclarecendo alguns pontos e tirando dúvidas das atividades a serem realizadas por meio de "fóruns de discussão" e de "videoconferências" por meio da Internet (BRASIL, 2007, p. 21).

Belloni (2001, p. 1) declara que "as tendências fortes apontam para uma EAD centrada no estudante e apropriada às novas exigências dos mercados capitalistas". Segundo a autora, a sociedade contemporânea vem demonstrando características importantes relacionadas à educação frente aos impactos que vem recebendo, e devido às tecnologias, são exigidos das pessoas maiores conhecimentos que os tornem competentes para realizarem o trabalho, ou seja, um trabalhador que possua maior conhecimento e, ao mesmo tempo, seja ou apresente maior autonomia.

A EAD se apresenta como uma realidade que já faz parte da vida de muitas pessoas atualmente torna-se relevante, neste estudo, portanto, citar as palavras de Pierre Lévy que se referem à aplicação desta forma de ensino na educação, demonstrando como é importante essa inovação tecnológica:

> [...] peço apenas que permaneçamos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade. Que tentemos compreendê-la, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (LÈVY, 1999, p.12).

Belloni (2001) conclui que, ao demonstrar todas estas características positivas, a EAD e sua tutoria podem contribuir muito na formação inicial e continuada das pessoas que buscam nela a flexibilidade e autonomia.

De acordo com Preti (2009), pode-se dizer que o "ponto fraco" na Educação a Distância é o problema da aprendizagem "individual". O desafio é estudar, sem a presença regular de colegas e professores; o cursista tende a superar suas limitações pessoais e desenvolver seu potencial de aprender autonomamente, aprender a aprender.

O autor menciona que é preciso um compartilhamento entre os educadores, seja a educação na presença do professor ou na distância mesmo, pois essa união garantirá que a educação se torne uma realidade para todos que necessitam dela. Os educadores precisam fazer educação, que é o que mais sabem, mas precisam querer também, mesmo com as limitações que o sistema impõe (PRETI, 2009).

Mas, frisa-se, no estudo de Vieira e Abreu (2016, p. 288), que o tutor deve ser entendido como "mediador pedagógico", com capacidade para assumir sua docência, pois é um professor-tutor que pode e deve intervir no

processo, permitindo ao aluno maior integração e motivação durante o ensino-aprendizagem.

É importante mencionar, também, que os alunos que frequentam este estudo a distância são, em sua maioria, adultos que trabalham e que necessitam de motivação, que precisam sentir a necessidade de aprender e de entender que o que os conhecimentos adquiridos vão servir de base em algum momento de suas vidas, ajudando-os a enfrentar e a resolver problemas que possam surgir (VIEIRA & ABREU, 2016).

Complementando a ideia dos autores acima, citam-se as palavras de Vygotsky (1991, p. 101), ao se referenciar à motivação e à necessidade de aprender, "o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções".

Nesse contexto, algumas atribuições relevantes que competem ao tutor, são citadas pelo MEC (BRASIL, 2007), tais como, interagir com os alunos, comunicar os conteúdos, bem como avaliar as atividades, responder às solicitações dos alunos que apresentam dúvidas, apresentar regularidade no acesso ao AVA, emitir relatórios de acompanhamento dos alunos, colaborar nos trabalhos em grupo, entre outras.

Guarezi e Matos (2009), citados nos estudo de Vieira e Abreu (2016), apontam que as avaliações relativas à competência destes tutores devem ser realizadas, baseando-se em três fatores, conhecimentos dos conteúdos a serem ministrados por ele; habilidades que envolvem os conhecimentos tecnológicos e a forma de comunicação; e por fim, as atitudes que envolvem o relacionamento, a postura e a flexibilidade.

A missão é muito importante para o tutor, e mesmo que seja considerada um tanto complexa, é um desafio para os tutores enfrentarem e superarem, pois a partir do momento em que assumiram este compromisso, é dever dele cumpri-lo, visto que o sucesso dos alunos em suas jornadas no ambiente virtual depende deste professor. Mas, se já dominarem os conhecimentos que são necessários aplicar no curso de EAD, será bem mais fácil intervir junto aos alunos por meio das ferramentas conforme que o curso oferece (SILVA, TABOSA & SILVA, 2016).

Frente a essas atribuições e avaliações, chega-se à conclusão de que a EAD, modalidade de estudo da atualidade, se apresenta como uma possibilidade e também alternativa para pessoas que não podem estudar, por conta de horários ou de locais de difícil acesso. Evidencia-se, desta forma, a presença do tutor como um ser invisível que transmite seus conhecimentos virtualmente aos alunos que necessitam obter conhecimentos por intermédio da Internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em poucas palavras, pode-se concluir que o tutor EAD atua como um mediador via online, demonstrando como é de extrema relevância o seu papel de orientador, intérprete, engajando e motivando neste processo de aprendizagem dos alunos.

Mesmo que sejam diferentes os modelos de tutoria EAD, o objetivo do tutor é de avaliar a aprendizagem de seus alunos, orientá-los, motivá-los e fazer com que este se adéque a esta modalidade de ensino, bem como ele próprio a esta realidade, não esquecendo que serão necessárias habilidades, conhecimentos de várias disciplinas.

A EAD se trata de uma modalidade de ensino embasada em teorias, concepções e metodologias que também dá sustentação à educação "presencial". Nesta teoria, o aluno emerge como o centro do processo de aprendizagem e surge um professor novo, que deixa de ser somente o transmissor para ser também um auxiliador do processo de transmissão dos conhecimentos. Portanto, o papel do tutor é de extrema relevância no ambiente online, pois é ele quem irá indicar os caminhos as serem seguidos pelos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. **Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem**. 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/INFORMACAO.PDF>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. **Educação a distância**: Uma nova concepção de
aprendizagem e interatividade. São Paulo, Futura, 2003.

ANDRADE, Flavio. **Educação à distância x educação presencial**: algumas diferenças encontradas. Jul. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/ tecnologia/educacao-a-distancia-x-educacao-presencial-algumas-diferencas-encontradas/46318/>. Acesso em: 5 nov. 2016.

BELLONI, M. L.**Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispões sobre a Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2005.

COSTA, Maria Luisa Furlan. **Educação a distância no Brasil**. Maringá: Eduem, 2013.

GOMES, Silvane Guimarães Silva. **História da EAD no Brasil**. Aula 3. 2011. Disponível em: <http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/anexos/ Eventos_modulo_I/topico_ead/Aula_03.pdf. Acesso em: 01 fev. 2017.

GUAREZI, Rita de Cássia; MATOS, Márcia Maria de. **Educação a distância em segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

GRÜTZMANN, Thaís Philipsen. O ser tutor na educação a distância e sua participação na equipe docente. **V Seminário Internacional de Educação a Distância**. CAED, UFMG. Set. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/ead/seminario/anais/pdf/Eixo_2.pdf.> Acesso em: 01 fev. 2017.

KLOZOVSKI, Marcel Luciano. **Um estudo comparativo entre estudantes do ensino presencial e do ensino a distância sobre percepção de valor e satisfação na disciplina de contabilidade geral**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/05/D082.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016

LÈVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MACHADO, Liliana Dias; MACHADO, Elian de Castro. **O papel da tutoria em ambientes de EAD**. Abril/2004.

MAIA, M. C.; MEIRELLES, F. S. Information Technology applied to Distance Education in Business Administration courses in Brazil. In: BUSINESS ASSOCIATION OF LATIN AMERICA, 2003. **Anais**. São Paulo: BALAS, 2003. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2463/74603.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MARTINS, Onilza Borges. **Formação do orientador acadêmico (tutor)**: teoria e prática. Curitiba, Uninter, 2010. Disponível em: <http://ava.grupouninter.com.br/claroline176/claroline/learnPath/navigation/viewer.php>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MENDONÇA, Bruno. **Tutor EAD e o seu papel na educação a distância**. 2016. Disponível em: <http://www.edools.com/tutor-ead/>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MILL, Daniel Ribeiro Silva. **Docência virtual**: uma visão crítica. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

MORAN, José. **O que é educação a distância**. 2013. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Rev. Diálogo Educ**., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://campus.educadium.com/avaeduc/file.php/1/Educacao_a_Distancia_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

PORTAL EAD de Educação à Distância**. Como funcionam as aulas ministradas no EAD?** Disponível em: <http://www.ead.com.br/como-funcionam-aulas-ead/. Acesso em: 05 nov. 2016.

PRETI, Oreste. **Educação à distância fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009. 171 p.

RODRIGUES, Elisangela Campos. **Desenvolvendo autonomia nos estudos à distância.** IESDE, 2012. 76 p.

SILVA, Wardelane Holanda da; TABOSA , Karlus Douglas da Silva; SILVA, Maria Simone da. Educação a distância: história, análise e conceito. **14º Congresso de História da Educação no Ceará: História de mulheres: Amor, Educação e Violência**. Jun. 2015, Crato, Ceará. Disponível em: <http://fedathi.multimeios.ufc. br/chec/ 2015/anais/Eixo3/ EDUCA%C7%C3O%20A%20DIST%C2NCIA%20-%20HIST% D3RIA,%20AN% C1LISE%20E%20CONCEITO.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

VIEIRA, Celuta Maria Santos; ABREU, Roberta Melo de Andrade. Educação a distância: uma reflexão sobre a relação professor-tutor e estudante no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Intersaberes**, v. 11, n. 23, p.284-303, maio.ago. 2016. 1809-7286. Disponível em: <file:///C:/Users/Micro/Downloads/905-2583-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

BIBLIOTECAS ESCOLARES: ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Gularte, Amanda de Abreu[4]

RESUMO

Apresenta as bibliotecas escolares como apoiadoras da escola no processo de inclusão de alunos com deficiência, trazendo-as como centro de interação entre os alunos e local de quebra de preconceitos. Tendo como objetivo específico verificar na literatura de que maneira as bibliotecas escolares podem realizar o apoio à inclusão dos alunos com deficiência. A metodologia aplicada é de pesquisa de natureza básica; abordagem quali-quantitativa, analisando quantitativamente o universo da base de dados SciELO em língua portuguesa, e qualitativamente cada artigo encontrado; quanto aos objetivos é caracterizada como exploratória; realizada através do procedimento bibliográfico. Na coleta dos dados é realizada busca na literatura recente, da área da Biblioteconomia, soluções encontradas por pesquisadores para a questão da acessibilidade física e informacional. Traz a análise e tabulação das informações encontradas. O resultado da pesquisa aponta a necessidade de transpor as barreiras da acessibilidade física e, principalmente a preocupação dos autores em tornar o acervo mais acessível, com enfoque nas pessoas não videntes ou com visão subnormal, expondo, além da adaptação das obras através de audiobooks e livros em Braille, a adaptação de mídias como computadores e notebooks, facilitando o acesso à internet com o uso de softwares leitores de tela. É destacada a baixa produção artigos científicos na área sugerindo nova pesquisa em bases de Trabalhos de Conclusão de Curso.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Escolar. Inclusão Educacional. Inclusão Informacional. Pessoa com Deficiência. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência têm ocupado a cada dia mais seu espaço na sociedade. Através de muita luta por conscientização seus direitos têm sido garantidos para que possam exercer sua cidadania. As crianças com deficiência que eram mantidas apartadas a escola tradicional tiveram seu direito de acesso garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), logo em seu artigo 4º traz:

> O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...)
> III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996)

[4] Bibliotecária formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-graduanda em Educação Especial pelo Instituo Souza – amandabiblio16@gmail.com

A LDBEN cita ainda em seu capítulo V as diretrizes da Educação Especial, definindo que todos alunos devem ter acesso a educação, o apoio especializado aos professores, deve iniciar na educação infantil e se estender por toda vida escolar. É interessante salientar os direitos destes educando com deficiência, transtornos globais e superdotação:

> I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
> II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
> III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
> IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
> V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Tendo a escola de se adaptar para receber estes novos alunos justifica-se o questionamento que emerge como problema desta pesquisa: De que maneira as bibliotecas escolares devem apoiar a inclusão de alunos com deficiência?

Para responder tal questionamento traçamos objetivo específico de verificar na literatura de que maneira as bibliotecas escolares podem realizar o apoio à inclusão dos alunos com deficiência. Para alcançarmos este objetivo geral, foram traçados também, objetivos específicos que visam, não apenas responder a pergunta, como também gerar novas reflexões sobre o assunto tão caro à área da educação e da biblioteconomia, são eles: Apresentar a importância da biblioteca no meio escolar; observar a biblioteca como centro de interação entre os alunos e local de quebra de preconceitos; levantar publicações que tratem as bibliotecas como agentes de inclusão; analisar como as bibliotecas escolares podem realizar seus trabalhos, pautadas nas orientações encontradas na literatura levantada.

A BIBLIOTECONOMIA A SERVIÇO DA INCLUSÃO

Para iniciar a discussão a respeito das bibliotecas escolares e a inclusão dos alunos com deficiência é necessário, primeiramente, trazer ao leitor a definição de bibliotecas escolares e sua importância para a sociedade. Posteriormente é apresentada a pesquisa realizada, trazendo a coleta e a análise dos dados.

BIBLIOTECAS ESCOLARES

As bibliotecas escolares são apoio e suporte pedagógico para o trabalho realizado na escola, sendo fundamental para o trabalho do professor, na aprendizagem e no desenvolvimento da leitura (VERGUEIRO, 1993, p. 19;

DURBAN ROCA, 2012, p. 23). Um espaço para formação do pensamento crítico, do desenvolvimento da capacidade de comunicação e de leitura de mundo.

> A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula. (OEA, 1985, p. 21-22).

Dessa maneira a biblioteca escolar se torna peça fundamental para o desenvolvimento do aluno muito além do intelectual, mas como um cidadão, papel apontado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

> A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (UNESCO, 2000).

Sendo a biblioteca um espaço tão importante no desenvolvimento da criança como futuro cidadão cabe, sem dúvida a preocupação de tornar a biblioteca um espaço tão, ou até mesmo, mais inclusivo que a própria escola. Pois dentro dela os alunos podem interagir com as diferenças convivendo em equidade.

COLETA DOS DADOS

Pensando neste importante papel, foi realizado levantamento na base de dados em acesso aberto Scientific Electronic Library Online (SciELO) onde, de maneira exploratória, buscou-se artigos que versassem sobre a acessibilidade nas bibliotecas, principalmente nas escolares.

Para investigar como os pesquisadores tem levantado o tema da inclusão, deficiência e acessibilidade em bibliotecas. Dessa forma a foram realizadas três pesquisas para coleta dos dados, em todas a palavra-chave biblioteca foi combinada com inclusão, deficiência e acessibilidade respectivamente. Além disso, foi utilizado filtro para o país, Brasil, e para a área do conhecimento do artigo, Ciência da Informação e Biblioteconomia. Após todo este levantamento foram tabelados os dados e apontados a seguir, primeiramente de maneira quantitativa e posteriormente de maneira quantitativa.

ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa realizada na base retornou um total de 19 resultados, destes 5 repetiram-se entre os termos buscados, sendo um total, sem duplicatas de 15 objetos. Os artigos coletados foram analisados primariamente sobre seu conteúdo, conforme seu título, resumo e palavras-chave. Assim, descobriu-se mais da metade das ocorrências serem artigos que não possuíam real envolvimento com a inclusão das pessoas com deficiência e sua acessibilidade aos serviços de uma biblioteca. Restando na amostra cinco

artigos, destes três emergiram tanto na busca com a palavra "deficiência" quanto "acessibilidade", um apenas com a palavra "acessibilidade" e um com as palavras "acessibilidade" e "inclusão".
Muitas das ocorrências com a palavra "inclusão" foram descartadas por referirem-se à inclusão social, de maneira mais abrangente, e não a inclusão da pessoa com deficiência, propriamente dita. Entende-se a importância do tema, porém não cabe nesta pesquisa desviar do tema inicialmente proposto.
Feitas as análises do quantitativo levantado passamos a analise dos artigos em si e de sua contribuição para podermos afirmar como as bibliotecas escolares podem apoiar a comunidade escolar na inclusão dos alunos com deficiência.
É importante salientar que durante a pesquisa descobriu-se um pertinente artigo com análise bibliométrica acerca da produção científica sobre acessibilidade em bibliotecas. O material já previa o que foi percebido na pesquisa, a pouca produção nesta área principalmente nacional (VIANNA; PINTO, 2017).
Outro dos artigos (NOVELLI; HOFFMANN; GRACIOSO, 2014), apesar de não ter como cerne da pesquisa a pessoa com deficiência, cita a importância de disponibilizar material acessível em formato de podcasts[5] o que promove acesso tanto para deficientes visuais quanto para alunos com dificuldades como a dislexia. A grande constante entre os demais artigos foi a preocupação com o deficiente visual, dois deles falando sobre a acessibilidade dentro da biblioteca, e um terceiro sobre a capacitação de profissional com deficiência visual. A partir dos artigos analisados foi elaborado um quadro com as principais sugestões de cada um facilitando, assim, a visualização das informações.

Autor	**Meio**	**Solução**
LAZZARIN; SOUSA, 2015	Digital	"É necessário que haja um planejamento que contemple recomendações para acessibilidade para conteúdos Web [...]"
LAZZARIN; SOUSA, 2015	Digital	"[...]os conteúdos que não forem textuais devem ter alternativas em texto de forma clara e concisa"
LAZZARIN; SOUSA, 2015	Físico	"Leitor Braille seja melhor adequado com equipamentos, mobiliários, acervo e acesso físico."
LAZZARIN; SOUSA, 2015	Digital	"[...]acervo com obras digitais e digitalizadas para pessoas cegas."
FIALHO; SILVA, 2012	Físico/ Digital	"Com a disponibilização de computadores conectados à Internet e o uso do DOSVOX, o deficiente visual consegue acessar as informações da

[5] Arquivo em áudio, em formato digital, normalmente armazenado nas nuvens.

		Internet, e todos os serviços disponíveis na rede mundial de computadores [...]"
FIALHO; SILVA, 2012	Digital	"[...]Boa parte do acervo impresso, em CDs e DVDs pode ser adquirida por doações da Fundação Dorina Nowill para Cegos e do Instituto Benjamin Constant. Tal instituto transcreve, imprime e distribui gratuitamente material impresso no Sistema Braille para todo o país.[...]"
FIALHO; SILVA, 2012	Físico	"[...]O Instituto Benjamin Constant oferece também cursos de curta duração na área da deficiência visual, qualificação de professores e envio de técnicos para oferta de cursos em universidades, secretarias de educação e instituições do país, e proporciona estágio a acadêmicos e profissionais envolvidos com a temática.[...]"
FIALHO; SILVA, 2012	Físico	"[...]Já os livros falados possuem um custo menor de produção e ocupam menos espaço nas prateleiras."
FIALHO; SILVA, 2012	Digital	"[...] Nesse contexto, foi lançado pelo governo federal em 2009, o programa MecDaisy, que possibilita a geração de livros digitais falados, com facilidade de navegação pelo texto, anexo de anotações e exportação do texto para impressão em Braille, dentre outros recursos. O software pode ser baixado gratuitamente na internet, e o programa pode ser rodado em Windows ou Linux10."
ESTABEL; MORO, 2006	Digital	Utilização de softwares Jaws, DosVox, Skype

Quadro 1 Soluções encontradas nos artigos consultados

Os softwares citados, Jaws e Dosvox, têm finalidade de leitura da tela do computador, sendo o primeiro pago e o segundo de distribuição gratuita, já o software Skype é conhecido para comunicação, sendo também gratuito.
Sem dúvida o planejamento da gestão da biblioteca frente ao desafio da acessibilidade é de extrema importância, seguido por investimentos em equipamentos e softwares, mas como os próprios pesquisadores salientam muitas das intervenções podem ser realizadas sem custo, potencializando ainda mais a necessidade de planejamento adequado.

UM ESPAÇO DE TODOS E PARA TODOS

Um espaço democrático que visa ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, um apoio para professores e alunos, ponto de partida para grandes curiosidades, ponto de chegada para as grandes dúvidas. Assim deve ser uma biblioteca escolar, local onde todos os membros da comunidade escolar podem dialogar além de adquirir e transmitir seus conhecimentos com equidade. Emergindo daí a necessidade de adaptar o espaço físico, capacitar os profissionais nela envolvidos, planejar o acervo de maneira que todos sintam-se pertencentes a este espaço.

> A biblioteca escolar é um ambiente de aprendizagem e um espaço de construção de conhecimento tão significativo quanto a sala de aula. Deve possuir materiais que atendam aos seus usuários. Faz-se necessário providenciar um acervo de materiais especiais, como livros em Braille, CDs, DVDs, vídeos, fitas cassetes, entre outros. Os computadores disponíveis para acesso à internet, pesquisa escolar e consulta à base de dados devem estar adaptados com softwares de voz que possibilitem o uso desse equipamento de forma acessível e independente. (ESTABEL; MORO, 2006)

O levantamento bibliográfico realizado nos traz diversas soluções para estes espaços muitos deles sem custo, e outros tantos subsidiados ou em parceria com instituições que possibilitam trazer custos próximos ao zero.

Após a pesquisa fica clara a necessidade de realizar um estudo dentro da biblioteca escolar, levantando as reais necessidades de seu usuário, mas sem esquecer os usuários em potencial que se deseja atingir. Pois, devemos lembrar que, caso a biblioteca ainda não seja acessível, este usuário ainda não é um frequentador.

O planejamento deve incluir, também, uma análise do acervo e dos recursos disponíveis, como computadores, telas multimídia entre outros. Cabe salientar que a comunidade escolar deve ser incluída nessa iniciativa, buscando nela parcerias para que os esforços de adaptações sejam multiplicados. Afinal adaptações no espaço físico, como a construção de rampas, ou a orientação de estantes para a correta circulação de deficientes físicos (ABNT, 2004), pode ser barateada com a participação da comunidade.

A possível aquisição de equipamento com a finalidade de facilitar o acesso à informação por meio digital e democratizar o acesso à internet, também pode ser amparada ela comunidade escolar. Por todos estes motivos o planejamento é a etapa mais importante na adaptação da biblioteca. Além disso, ouvir os professores e suas sugestões torna-se engrandecedor para o processo, pois estes estão diariamente com seus alunos em sala de aula e, possivelmente, conhecem suas necessidades informacionais melhor que eles próprios.

Com a grande revolução informacional dos últimos tempos é imprescindível que os alunos sintam-se incluídos no meio virtual também, esta importância fica evidente nos levantamentos da pesquisa, onde a preocupação com a acessibilidade em meios digitais é maior que a física. Dessa forma vemos que softwares como DosVox que é gratuito e pode ser instalado em qualquer computador pode, facilmente, acolher usuários antes excluídos,

sem qualquer custo, partindo do pressuposto que a biblioteca já possua algum computador.

Do mesmo modo os profissionais alocados na biblioteca devem possuir treinamento para atendimento dos mais diversos tipos de usuários. Como destacado no Quadro 1, o Instituto Benjamin Constant disponibiliza cursos gratuitos para tanto, o que também desonera a instituição à qual pertença a biblioteca. As capacitações são muito importantes até mesmo para abrir os horizontes destes profissionais, que muitas vezes podem, através desses treinamentos, virem a conhecer outros recursos que podem auxiliar o serviço prestado.

Diversas vezes citado o uso de audiobooks, ou livros falados, é muito recomendado, não apenas para portadores de deficiência visual como alunos com dificuldades como a dislexia, pois permite a interpretação sem a leitura dos sinais gráficos que costumam confundir pessoas com tal desordem. Além de possuírem mais fácil armazenamento que os livros em Braille. O lado contrário dos audiobooks se dá por conta do não exercício da ortografia que a leitura Braille, por exemplo pode proporcionar. Entretanto, aplicativos do gênero, que permitem leitura acelerada, facilitam o aprendizado dos estudantes mais velhos, quando o objetivo destes é ler um grande volume de textos.

Mas além de todas as sugestões encontradas é deixada aqui a sugestão de entrar em contato com outras entidades que estejam dispostas a realizarem a adaptação de seus serviços, e também aquelas que já são adaptadas, o compartilhamento do conhecimento com os pares, seja em reuniões seja em encontros da área que tratem do assunto colabora para o fortalecimento de tais atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupar-se com a questão da inclusão das pessoas com deficiência é, também, preocupar-se com a educação de modo geral. Não apenas o aluno com deficiência é beneficiado quando a escola é um ambiente plural, todos os alunos o são, pois todos aprendem a viver com equidade respeitando as diferenças individuais.

De certa forma é preocupante o fato de haver poucas publicações com esta temática tão cara à educação, mas provavelmente isto reflita o descaso atual das políticas públicas com as bibliotecas escolares. Entretanto muito tem evoluído, como a implantação da Lei Federal Nº 12.244/2010 que trata da obrigatoriedade das escolas públicas possuírem bibliotecas, esta legislação deve ser cumprida até o final do ano de 2020 e é possível que a partir deste novo contexto possam emergir novos olhares sob este prisma. Assim sendo, é aconselhado que tal pesquisa venha a ser repetida após a consolidação desta nova realidade. Ainda pensando em novas pesquisas podemos observar em rápidas buscas no Google que o assunto parece surgir com maior frequência em Trabalhos de Conclusão de Curso em graduações, talvez devendo ser realizado um novo olhar em bases de dados específicas.

Ainda assim, com as observações dos pesquisadores, podemos responder a pergunta inicial da pesquisa: De que maneira as bibliotecas escolares

devem apoiar a inclusão de alunos com deficiência? Percebemos que as bibliotecas escolares devem apoiar a inclusão tornando-se lugares acessíveis e acolhedores, adaptando não apenas seu espaço físico, mas também seu acervo e suas mídias.

O espaço físico já possui orientações quanto à acessibilidade conforme a NBR 9050, que estipula largura de portas, rampas de acesso, distância entre estantes, altura da distribuição do acervo entre outras, cabe salientar que o espaço acessível a usuários com deficiência física também o torna confortável para pessoas com dificuldade de locomoção permanente ou temporária.

O acervo foi citado diversas vezes e, claramente, a grande preocupação são os usuários não videntes ou com visão subnormal terem o mesmo acesso que os videntes. Opções como o Braille, os podcasts, os audiobooks, materiais como lupas analógicas ou digitais, facilitam o acesso das pessoas com algumas limitações. Além disso, os materiais em áudio chamam atenção de uma diversa gama de usuário, tanto aqueles que possuem alguma dificuldade com os sinais gráficos, quanto àqueles que por comodidade preferem ouvir algum material enquanto executam outra tarefa.

As mídias presentes na biblioteca como computadores, notebooks, tablets, devem possuir adaptação também, com softwares que permitam a utilização por pessoas não videntes ou com visão subnormal. Muitos destes softwares são gratuitos, e alguns pagos podem ser subsidiados pelo governo com o devido planejamento para a participação de editais que promovam a acessibilidade.

Além de todos estes fatores é muito importante que o profissional bibliotecário responsável pela unidade esteja sempre atento para pesquisar as melhores soluções para as necessidades da comunidade escolar promovendo a equidade de acesso à informação, trabalhando com a equipe da biblioteca e a equipe escolar. Pois com a união da comunidade escolar em prol de um ensino mais inclusivo e diverso o retorno é sentido em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca Escolar Hoje** : recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da informação**. Brasília. Vol. 35, n. 3 (set./dez. 2006), p. 209-217, 2006.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 153-68, 2012.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira del. Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 75-91, 2015.

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; DE SOUZA GRACIOSO, Luciana. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 30-51, 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares/FEBAB, 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar***.* 2000. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de Coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>. Acesso em: 25 set. 2018.

VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Antunes, Andreia Patente Avelar[6]

RESUMO
Este artigo tem por objetivo refletir sobre a deficiência intelectual e a formação dos professores no contexto escolar, para trabalhar com o aluno que apresenta a deficiência intelectual, propiciando a este um ensino de qualidade, a metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica. A caraterização da deficiência intelectual, segundo a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) é o funcionamento intelectual abaixo da média, junto com limitações a duas áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder as demandas da sociedade como: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. Os professores não tem a capacitação necessária para trabalhar com alunos com necessidades especiais, para estes professores o que falta para eles trabalharem com as crianças são conceitos, etiologia, aos prognósticos das deficiências que só precisam aplicar métodos e técnicas prontas para auxiliar o alunos, porém isso não é correto, não existe uma receita pronto, é necessário que o professor conheça as especificidades de cada deficiência e assim proporcione um ensino de qualidade a este. Os resultados encontrados com esta pesquisa foi uma reflexão da importância do professor conhecer a deficiência intelectual e entender como trabalhar com os alunos com esta deficiência, para proporcionar um ensino de qualidade, mas para que o professor possa trabalhar com este aluno é necessário que tenha uma formação continuada, buscando estar sempre pesquisando, estudando e refletindo sobre elas, buscando sempre renovar a sua prática propiciando a estes alunos um ensino de qualidade.

PALAVRA-CHAVE: Deficiência Intelectual. Formação do professor. Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos: o acesso à educação, à participação e à

[6] Pedagoga, formada pela UNISA – Universidade de Santo Amaro, e-mail: andreiaavelarantunes@gmail.com, pós-graduando em neuropsicopedagogia.

Igualdade de deveres e direitos previstos na lei, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos.
A escola deve ser um lugar onde as crianças desenvolvem a sua autoconfiança, para que possam falar sobre seus desejos sozinhas, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.
A deficiência intelectual está frequentemente associada a comprometimentos acadêmico, social e profissional, porém é na escola que se evidencia as características deste transtorno.
O papel da escola é de estar propiciando a aprendizagem a esses alunos e observar o que eles já possuem de experiência, a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem dentro do ambiente escolar. Assim, algumas mudanças na consciência social começam a ser desenvolvidas a partir de atitudes que reivindicam os direitos humanos.
Dentro deste contexto de inclusão escolar encontramos as crianças com deficiência intelectual, assim se faz necessário conhecer um pouco sobre esta deficiência e como trabalhar com as crianças que possuem esta deficiência, propiciando a estas um ensino de qualidade. O objetivo deste artigo será refletir sobre a deficiência intelectual e a formação dos professores no contexto escolar, para trabalhar com o aluno que apresenta a deficiência intelectual, propiciando a este um ensino de qualidade.

DEFICIENCIA INTELECTUAL

Na história da deficiência intelectual Pessoti (1984) e Aranha (1995) apresentam as concepções utilizadas, em cada período, que influenciaram a sociedade em relação à deficiência. As crianças com necessidades especiais eram abandonadas para que morressem isso por causa dos valores que existiam nos séculos XIV e XV.
Morato (1993) coloca que a deficiência intelectual pode ser resumida em três períodos. O primeiro período teve início em 1800, perdurando um século, este período foi marcado pelo desenvolvimento cientifico em nível da biologia e da psicologia, o que propiciou uma proposta de identificação e classificação da deficiência intelectual relativamente a outras deficiências, em particular, na distinção da doença mental
O segundo período, que se estendeu desde os finais do séc. XIX até à segunda guerra, foi marcado por preocupações de definição e classificação da deficiência intelectual, através da qual emergiram posições e contraposições teóricas de conturbadas consequências sociais e educacionais.
O terceiro e último período, com início no pós-guerra, prolongando-se até a atualidade, é caracterizado por uma atitude de mudança marcada pela evolução científica e pelo reforço do movimento humanitário em prol dos direitos pela reivindicação em defesa dos grupos minoritários na sociedade, pelos deficientes de guerra, e pelos movimentos associativos de pais de crianças e jovens com deficiência (MORATO, 1993).
No decorrer dos séculos ocorreram muitas mudanças em relação aos conceitos sobre a deficiência intelectual, como podemos analisar pela colocação dos autores, mas foi no século XIX que ocorreu uma postura de

responsabilidade pública com relação as necessidades das pessoas com necessidades especiais.

A caraterização da deficiência intelectual, segundo a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) é o funcionamento intelectual abaixo da média, junto com limitações as duas áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder as demandas da sociedade como: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho (MENEZES; SANTOS, 2002).

> Os alunos com deficiências intelectuais apresentam várias dificuldades:
> a. Falta de concentração;
> b. Entraves na comunicação;
> c. Não entende a lógica de funcionamento das línguas por não compreender a representação escrita;
> d. Necessita de um sistema de aprendizado diferenciado; (DIAN, 2013, p. 4)

Para estes alunos, segundo Mantoan (2010) "Não adianta insistir em falar várias vezes, ele não necessita de reforço, mas sim desenvolver a habilidade de prestar atenção com estratégias diferenciadas para, depois, entender o conteúdo" .

Os fatores etiológicos da deficiência intelectual podem ser de origem genética, ambiental, multifatorial e de causa desconhecida. A de origem genética pode ser subdivididos em fatores pré-natais (de origem genética, ambiental e multifatorial), perinatais (ambiental) e pós-natais (ambiental). A ocorrência da deficiência intelectual de etiologia desconhecida apresenta uma prevalência de 28 a 30% dos casos. (SANTOS, 2002)

Os principais tipos de Deficiência Intelectual são: Síndrome de Down; Síndrome do X; Síndrome de Prader-Willi; Síndrome de Angelman; Síndrome Williams; Erros Inatos de Metabolismo (Fenilcetonúria, Hipotireoidismo congênito etc. (SMITH, 2001)

É necessário ter claro que a psicologia comportamental demonstra que as crianças com deficiência intelectual pertencem a um grupo heterogêneo, com características comportamentais distintas e, por vezes, quase "específica" de cada patologia.

Para diagnosticar a deficiência intelectual em caso grave, os exames clínicos devem ser realizados com foco nos exames neurológicos, tomografia computadorizada, além de audiometria, triagem para erros inatos do metabolismo, exame cito genético e/ou de biologia molecular além de outros exames complementares.

Para o diagnóstico do Retardo Mental ou deficiência Intelectual não é considerado somente o funcionamento intelectual abaixo da média, mas também a capacidade adaptativa da criança e suas habilidades sociais (BEE, 2003, apud SCHOEN-FERREIRA, 2010)

Schoen-Ferreira (2010) coloca que o Retardo Mental ou Deficiência intelectual só é percebida na escola, visto que muitas habilidades são desenvolvidas na escola e por isso é ela que percebe a dificuldade do

desempenho da criança. "Por vezes, inclusive, são dificuldades de relacionamento e/ou aprendizagem que evocam a suspeita de uma patologia subjacente" Schoen-Ferreira (2010, p. 2).

É necessário ter claro que a psicologia comportamental demonstra que as crianças com deficiência intelectual pertencem a um grupo heterogêneo, com características comportamentais distintas e, por vezes, quase "específica" de cada patologia.

Pode-se verificar uma característica comportamental para cada patologia causadora de deficiência mental, permitindo uma assistência mais especializada e melhor orientada. As causas da doença mental podem ser: genética, complicações perinatais, má-formação fetal ou problemas durante a gravidez, a mais comum delas é as genéticas. "A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual". (SMITH, 2001)

Segundo Smith (2001) á quatro áreas em que os indivíduos com deficiência intelectual podem apresentar diferenças entre si:

> Área motora: algumas crianças com deficiência intelectual leve não apresentam diferenças significativas em relação ás crianças consideradas "normais", porém podem apresentar alterações na motricidade fina. Em casos mais severos podem-se perceber incapacidades motoras mais acentuadas, como dificuldades de coordenação e manipulação, podendo começar a andar mais tarde que as outras crianças.
>
> Área cognitiva: Já na área cognitiva os alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratas, em focar a atenção, na capacidade de memorização e resolução de problemas, na generalização. Podendo atingir os mesmos objetivos escolares considerados "normais", porém em alguns casos com um ritmo mais lento.
>
> Área da comunicação: em algumas crianças com deficiência intelectual é encontrada dificuldade de comunicação, acarretando uma maior dificuldade em suas relações.
>
> Área sócia educacional: a deficiência intelectual ocorre uma discrepância entre a idade mental e a idade mental cronológica do indivíduo, porem temos de ter bem claro que a melhor forma de promover a interação social é colocando as crianças em contato com seus pares da mesma idade cronológica, para participarem das mesmas atividades propostas, aprendendo os valores, comportamentos e atitudes apropriadas da sua faixa etária. O fato de a criança ser inserida numa turma que tenha sua "idade mental", ao invés de contribuir para seu desenvolvimento, poderá infantiliza-lo e dificultar seu desenvolvimento psíquico-social. (Smith,2001, p. 134-136)

Por não existir uma receita pronta para se trabalhar com crianças que possuem a deficiência intelectual, ou com qualquer outra deficiência, devemos ter em mente que cada criança é única, e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experienciais previas devem ser levadas em conta, sempre. Mas para trabalhar com as crianças com necessidades educativas especiais é necessário que a formação do

professor seja permeada pela ética e pela competência profissional.
Desta forma analisamos que os alunos com deficiência intelectual são únicos, e cada um deles apresenta uma dificuldade, para que se possa trabalhar com estes alunos é necessário conhecer as dificuldades de cada um, para que se possa desenvolver um trabalho de qualidade, buscando o desenvolvimento cognitivo desta criança.
No próximo capitulo será analisado a formação do professor para trabalhar com estas crianças.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Neste capítulo será abordado a questão da formação do professor no processo de inclusão, como trabalhar com o aluno com deficiência mental no contexto escolar.
A formação de professores deve ser permeada pela ética e pela competência profissional, capazes de prover respostas educativas de qualidade às necessidades educacionais especiais.
Segundo Santos (2011) desenvolver uma educação inclusiva necessita de uma mudança em toda a organização educacional, iniciando-se pela estrutura organizacional da escola, pela forma de gerir a escola, na proposta pedagógica e etc. Neste contexto o professor é o responsável pela aprendizagem dos alunos, e, ainda, enfrenta a mudança de paradigma da educação.
Mas para que o professor consiga trabalhar com a educação inclusiva é necessário que ele esteja capacitado para isso. Porém o que se vê, é que os professores não estão preparados para a educação inclusiva, pois os mesmos não foram e não estão sendo formados para isso, foram e são formados em um modelo excludente e tendem a reproduzir este modelo em suas práticas pedagógicas. (SANTOS, 2011)
Para que se quebre este ciclo é necessário que se desenvolva a formação continuada, o que requer uma profunda mudança no enfoque da formação acadêmica.
Ainda, segundo Santos (2011), os professores não tem a capacitação necessária para trabalhar com alunos com necessidades especiais, para estes professores o que falta para eles trabalharem com as crianças são conceitos, etiologia, aos prognósticos das deficiências que só precisam aplicar métodos e técnicas prontas para auxiliar o alunos, porém isso não é correto, não existe uma receita pronto, é necessário que o professor conheça as especificidades de cada deficiência e assim proporcione um ensino de qualidade a este.
Para que ocorra à inclusão de fato é necessário professores especializados para trabalhar com todos os alunos. Para isso os professores precisarão voltar a "estudar, pesquisar, refletir sobre suas práticas e buscar metodologias inovadoras de ensino". (MELLI apud MANTOAN, 2001, p. 5).
Mantoan (2002, p.2) expressa que os professores costumam adaptar uma situação nova às anteriores. E o que é normal, no caso dos cursos de formação inicial e na educação continuada, diz a autora, é a separação entre teoria e prática. Os professores esperam aprender uma prática inclusiva, que os prepare para prática voltada às suas salas de aulas, proporcionado

a eles a resolução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas.

> Em uma palavra, os professores acreditam que a formação em serviço lhes assegurará o preparo de que necessitam para se especializarem em todos os alunos, mas concebem essa formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização com uma terminalidade e com um certificado que lhes convalida a capacidade de efetivar a inclusão escolar. Eles introjetaram o papel de praticantes e esperam que os formadores lhes ensinem o que é preciso fazer, para trabalhar com níveis diferentes de desempenho escolar, transmitindo-lhes os novos conhecimentos, conduzindo-lhes da mesma maneira como geralmente trabalham com seus próprios alunos. Acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos. (MANTOAN, 2002, p.2).

E ainda, segundo Mantoan (2002):

> Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, não se pode descuidar da realização dessa formação e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como reagem às novidades (...) (MANTOAN, 2002, p.2).

Em suas colocações, Mantoan (2002) coloca a insegurança dos professores em relação ao trabalho com estas crianças com necessidades educativas especiais, pois eles não se sentem preparados, as formações que lhes são proporcionadas permanecem somente na teoria não levando o professor a reflexão da prática, a autora coloca também a importância de se estar sempre atento ao conhecimento que o professor adquiriu com a formação continuada e como ele está reagindo as novidades, é importante que isso ocorra, não adianta somente passar conhecimento aos professores é necessário que este possam experimentar na prática o que aprendeu e perceber o quanto este conhecimento o auxilia.

Os professores capacitados devem ter uma formação que contemple as discussões sobre a educação de alunos com necessidades especiais. Esta formação deve desenvolver nos professores habilidades que os ajudem a promover atividades diretamente com os alunos com estas necessidades e, ao mesmo tempo, aprender a trabalhar em equipe.

Os especializados são os professores que propõe ações pedagógicas que podem ser desenvolvidas pelos professores capacitados. As formações dos mesmos devem ser realizadas em nível superior ou em nível de especialização.

> (...) se é verdade que, para a democratização de escolarização de alunos com deficiência por meio de sua inclusão no ensino regular, terão que ser superadas as barreiras impostas pelos educadores não-especializados e modificadas as práticas escolares na perspectiva da absorção, com qualidade, das mais diversas

> culturais, linguísticas, éticas, sociais e físicas, é também verdadeiro que a contribuição da área de Educação Especial não se fará presente enquanto permanecer hegemônico o modelo médico-pedagógico. (MICHELS, 2004, p. 158-159)

Pode-se refletir então que a formação proposta, hoje, pela política educacional brasileira não possibilita a superação da exclusão. Muito pelo contrário, esta proposta consolida a exclusão dos alunos das classes populares.

Neste contexto é necessária uma nova política de formação dos professores que possibilite a este, o trabalho com os alunos com necessidades especiais, possibilitando aos mesmos um ensino de qualidade, buscando a formação de cidadãos.

Para que o professor possa desenvolver atividades significativas aos alunos com deficiência ou não, este precisa, segundo Rios (1995, p. 2) dominar os conteúdos que devem ser estudados e algumas técnicas de ensino, mas, segundo a autora, "este conteúdo perde significado se não está ligado a uma vontade política, a um querer que determina a intencionalidade do gesto educativo."

Para Rios (1995, p.2), o professor tendo uma "visão clara, competente e profunda do seu papel este poderá ter uma atuação mais competente".

Pode-se perceber que o professor, mesmo sem a formação adequada para o trabalho com o aluno com deficiência, ele poderá adequar os estudos às necessidades dos alunos e, desta forma, atingir uma competencia profissional, desde que ele tenha um profundo conhecimento dos conteúdos que devem ser trabalhados e as técnicas que possibilitem este aprendizado.

Freire (1996) coloca a responsabilidade do professor em sua prática de ensino e a importancia de um trabalho com compromisso e ética, o mesmo trabalho que deve ser desenvolvido com a criança com necessidade educativa especial, a seguir analisar-se-a a colocação de Freire em relação a formação do professor. Para Freire o professor precisa ter em sua prática educativa: compromisso e responsabilidade, uma prática educativa que precisa de decisões, avaliações e que educa para a liberdade, tendo sempre em uma responsabilidade social, proporcionando uma consciência crítica do mundo e do conhecimento.

"Não há docência sem discência", Freire (1996) coloca que não se pode haver uma prática educativa sem o aluno, que o processo de ensino-aprendizagem é realizado pelas duas partes, ou seja, os dois aprendem e ensinam em um processo ético (FREIRE, 1996).

A capacitação do professor, segundo Perrenoud (2001, p.117) "[...] é constituída por um processo de racionalização dos conhecimentos postos em ação e por práticas eficazes em uma determinada situação. O professor é o homem de situação, capaz de refletir em ação e adaptar-se frente à nova situação." Sendo esta adaptabilidade docente uma construção e deve estar implementada nas práticas de sua formação. Desfazer a lógica da exclusão passa por analisar os processos escolares com a lógica das potencialidades, probabilidades, facilidades e equiparação de

oportunidades, elaborando novos planos e processos. Neste sentido Mantoan (2001) complementa que:

> [...] mudar a escola é uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes; tendo como eixo das escolas a aprendizagem, pois as escolas existem para que todos os alunos aprendam; garantir tempo para que todos os alunos possam aprender; abrir espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimular a formação contínua do professor, pois é o responsável pela aprendizagem dos alunos; e promover uma política de valorização do professor. (MANTOAN, 2001, p. 87).

Assim pela colocação de Freire e Perrenoud é importante que o professor tenha uma formação integral, onde possa tratar o aluno com responsabilidade, compromisso e ética, esta colocação não deve ser somente para os alunos tidos normais, mas também para os alunos com necessidades educativas especiais, pois estes devem ser vistos como os demais alunos, sendo tratados com respeito as suas especificidades, como completa Mantoan ao colocar que mudar a escola é uma tarefa que exige muitos esforços, não somente em relação a formação do professor, mas também em relação a toda equipe, para que possa promover ao aluno uma aprendizagem significativa.

Em relação ao trabalho com alunos com Deficiência Intelectual, Mazzillo (2010) coloca que é necessário:

> Dirigir a atenção, priorizando aos objetivos que queremos ensinar;
> Partir de contextos reais;
> Desenvolver situações de aprendizagem positivas e significativas em ambientes naturais aos alunos;
> Usar situações e formas as mais concretas possíveis;
> Motivar, elogiar o sucesso e valorizar a autoestima;
> Transferir comportamentos e aprendizados adquiridos para novas situações;
> Atender os conhecimentos acadêmicos e também os aprendizados que melhorem a qualidade de vida de todos os alunos;
> Desenvolver as atividades em partes de modo a dificultar as aquisições aos poucos, respeitando o ritmo da criança.
> Vivenciar situações do cotidiano no campo do conhecimento acadêmico;
> Utilizar em seu trabalho diferentes tipos de linguagens, como musica, artes, expressões corporais, entre muitas outras.
> Acreditar, primeiramente, que a criança com deficiência intelectual pode aprender como outra criança só precisou acreditar e utilizar as ferramentas próprias e adequadas;
> Fazer o acompanhamento continuamente do processo de aprendizagem do aluno, registrando suas observações e seus avanços, observando sempre a melhor forma que cada aluno em especial apresenta para aprender, sabendo-se que não há um perfil único para os alunos com deficiência intelectual; (MAZZILLO, 2010, p. 35)

Segundo Sassaki (1997) dá algumas sugestões ao professor para a melhor

adaptação dos estudantes com deficiência intelectual:

> Usar um sistema de companheirismo (trabalhos em duplas ou pequenos grupos);
> Formar grupos de aprendizagem cooperativa;
> Contar histórias para ensinar conceitos abstratos;
> Prepara versões simplificadas do material didático;
> Posicionar o aluno nas primeiras carteiras, de forma a que o professor possa sempre estar atento ao aluno cm deficiência intelectual;
> Estimular o desenvolvimento de habilidades interpessoais e ensina-lo a pedir ajuda instruções sempre que não consiga desenvolver uma atividade;
> Fazer adaptações de conteúdos quando necessário;
> Avaliar o aluno pelo seu progresso individual. (SASSAKI, 1997, p. 15)

É importante saber que muitos dos alunos que são recebidos nas escolas fazem tratamentos clínicos e, muitas vezes, tratamentos psicológicos, sendo do tratamento a avaliação psicológica, é comum vermos que os psicólogos se interessam pela vida educacional de seus pacientes e isso pode resultar em momentos de trocas valiosas, nas quais serão desenvolvidas entrevistas com os professores do aluno. O aluno com deficiência intelectual precisa desenvolver a criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência Mental é caracterizada pelo funcionamento intelectual da criança, abaixo da média, esta criança também apresenta algumas limitações, como socialização, comunicação, cuidados pessoais e outros, estas características são observadas nas escolas, quando o aluno convive com outras crianças.

Cada criança é única e por isso é necessário que se desenvolva junto com esta criança um diagnóstico adequado para que ela possa se desenvolver integralmente. Para isso, este artigo, traz alguns diagnósticos que auxiliaram o psicopedagogo a detectar qual o grau de dificuldade apresentada pelo aluno.

Segundo os autores estudados os professores não tem a capacitação necessária para trabalhar com alunos com necessidades especiais, para estes professores o que falta para eles trabalharem com as crianças são conceitos, etiologia, aos prognósticos das deficiências que só precisam aplicar métodos e técnicas prontas para auxiliar o alunos, porém isso não é correto, não existe uma receita pronta, é necessário que o professor conheça as especificidades de cada deficiência e assim proporcione um ensino de qualidade a este.

Nos estudos vimos que é importante que o professor tenha uma formação integral, onde possa tratar o aluno com responsabilidade, compromisso e ética, esta colocação não deve ser somente para os alunos tidos normais, mas também para os alunos com necessidades educativas especiais, pois

estes devem ser vistos como os demais alunos, sendo tratados com respeito as suas especificidades, como completa Mantoan ao colocar que mudar a escola é uma tarefa que exige muitos esforços, não somente em relação a formação do professor, mas também em relação a toda equipe, para que possa promover ao aluno uma aprendizagem significativa.
Assim entende-se que é importante que o professor conheça a deficiência intelectual e entenda como trabalhar com estes alunos para proporcionar um ensino de qualidade, mas para que o professor possa trabalhar com este aluno é necessário que tenha uma formação continuada, buscando estar sempre pesquisando, estudando e refletindo sobre elas, buscando sempre renovar a sua prática propiciando a estes alunos um ensino de qualidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARANHA, M. S. F**. Integração Social do Deficiente**: Análise Conceitual e Metodológica. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática Educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

MAZZILLO, I. B. C. V. – **Fundamentos Teóricos e metodológicos da Inclusão**, Curitiba, IESDE Brasil A. S., 2008, Revista Ciranda da Inclusão, 2010.

MELLI, R. – Verdadeira e simplesmente uma questão de vontade – in Mantoan, Maria Teresa Egler - **Caminhos pedagógicos da inclusão - Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo: Memnon, 2001

MICHELS, M. H. **A formação de professores na Educação Especial na UFSC** (1998~2001), ambiguidades estruturais e a reiteração do modelo médico-psicológico. 2004. Tese (Doutorado em educação) – Programa de pós-graduação em Educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MANTOAN, M. T. E**. Igualdade e diferença na escola:** como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006.

_____ **Como avaliar a criança com Deficiência Intelectual**. Disponível em: < http://inclusaoall.wordpress.com//2010/08/28.

_____ **A integração de pessoas com deficiência:** Contribuições para uma reflexão sobre o tema**.** São Paulo: Ed. Mennon, 1997.

_____**A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar, 2002. Disponível em http://lerparaver/bancodeescola.com. Acesso em junho/2018.

_____ **Caminhos pedagógicos da inclusão -** Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001

MORATO, P. J. **Deficiência Mental e Aprendizagem:** Estudos dos Efeitos de Diferentes Ambientes da Aprendizagem na Aquisição de Conceitos Espaciais em Crianças com Trissomia 21. Lisboa: Morato, P. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Motricidade Humana - Universidade Técnica de Lisboa, 1993.

PERRENOUD, **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza, Trad. Cláudia schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental:** da Superstição à Ciência. São Paulo: Queiroz/EDUSP, 1984.

RIOS, T. A. **Ética e Competências**. São Paulo. Cortez, 1995.

SANTOS, K. A**. Inclusão x formação de professores**, Universidade de Goias, 2011, www.trabalhosfeitos.com/ensaios/incluos%3a30nobrasilrefletindo/76247.html, acesso em junho de 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão/Construindo uma sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____ONU-Convenção Internacional das Nações Unidas. **A deficiência Intelectual.** 2006

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena et. Al. Dificuldade de aprendizagem e Retardo Mental: Estudo de caso, **Revista de Psicologia**, Volume 1 / número 1, Janeiro-Junho 2010, http://www.revistapsicologia.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24%3Adificuldades-de-aprendizagem-e-retardo-mental-estudo-de-caso&catid=29%3Aano-i-edicao-i&Itemid=54&lang=pt, acesso em junho de 2018

SMITH,C.; STRICK,L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. 1ª ed. Ed. Artes Médicas, 2001

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMATICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

Santos, Antônio Firmino dos[7]

RESUMO
O presente estudo se configura numa pesquisa bibliográfica e de campo que teve como objetivo investigar o processo de ensino e aprendizagem da matemática nos anos finais do ensino fundamental na educação de jovens e adultos segundo a opinião de professores e alunos desta modalidade de ensino. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à observação e aplicação de questionários a alunos e professores da Escola Municipal José de Messias Barros no município de Girau do Ponciano-AL. Relacionando a pesquisa bibliográfica e as constatações dos resultados dos questionários aplicados, foi possível a observação e levantamento de algumas considerações relevantes, tanto na área do ensino como na aprendizagem, que nos levam a compreender como se da o processo de ensino e aprendizagem da matemática nesta modalidade.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino. Aprendizagem. EJA. Matemática.

INTRODUÇÃO

Os alunos da educação de Jovens e Adultos (EJA) vivem em uma realidade em que a exclusão do conhecimento e no ensino, os limita na busca pela aprendizagem. Para se trabalhar a matemática nessa modalidade, antes de qualquer coisa devemos levar em consideração um bom currículo, em que seja valorizada a pluralidade e a valorização sócio cultural de cada aluno, ao mesmo tempo permitir que ele seja agente próprio da busca de sua instrução e aprendizagem. Quando refere-se ao ensino da matemática na EJA sabemos que se trata de um trabalho no qual consiste várias limitações e contratempos, além dos professorem em sua maioria não apresentar uma formação específica para este fim.

Usou-se como referencias autores como Fonseca 2002, Ausubel 1982, Paulo Freire, e D´Ambrósio 1993, que são referencias no tema em estudo, além dos PCN´s e das legislações educacionais. O objetivo do trabalho foi analisar o processo de ensino e aprendizagem da Matemática na Educação de Jovens e Adultos buscando compreender suas especificidades, pesquisando sobre as práticas mais comuns utilizada na EJA.

A escolha do tema foi feita a partir do interesse em sabermos como se dava o processo de ensino e aprendizagem da matemática nesta modalidade, inicialmente percebida em um dos estágios supervisionado, nos levando a discutir sobre o que é ensinado, e como se ensina.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Dom Avelar Brandão Vilela no município de Teotônio Vilela-AL. A escola foi escolhida por possuir a oferta

[7] Graduado em licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e Pós-graduando em Metodologia de Ensino de Matemática e Física pelo Instituto Souza

desta modalidade de ensino. O processo de pesquisa aconteceu de forma investigativa e diagnóstica, referente aos processos de ensino e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos, principalmente na área matemática no qual é objeto de estudo.

Ao questionar os alunos sobre o que eles acham da matemática, é claro que não vamos ficar surpresos com as respostas, é notório que a maioria vai afirmar que se trata de uma disciplina "difícil" de ser aprendida e com isso atribuem a ela o fracasso escolar de muitos alunos que abandonaram seus estudos. Para o aprendizado dos alunos deve-se ter em mente que o mesmo já traz uma bagagem de conhecimentos adquiridos e que de forma alguma deve ser desconsiderado, pois novos saberes nascem em cima dos saberes previamente adquiridos pelos alunos. Muitos jovens e adultos até dizem que gostam da matemática, porém muitos aprenderam de forma informal e intuitiva em suas experiências vividas, além disso, o ensino da matemática possui um caráter prático, pois vai permitir aos alunos a resolução de problemas e desafios no seu dia a dia, diferentemente de uma matemática regrada e com várias fórmulas no qual empobrece o seu ensino, tendo em vista que deixa de lado sua potencialidade de raciocínio e as experiências dos alunos, contudo a aprendizagem só é possível com a troca de ideias e a mediação do professor que se apresenta como mediador e orientador nesse processo.

Assim, o trabalho está dividido em 3 capítulos, em que o 1° aborda de forma geral o ensino da matemática e as dificuldades enfrentadas pelos alunos, já o 2° trata-se do contexto histórico da educação de jovens e adultos, a formação dos profissionais para atuarem em salas de EJA e os conteúdos propostos pelos PCN´s, e por fim o 3° capitulo trata-se dos processos usados na pesquisa e os resultados.

Portanto, a partir do referido trabalho constata-se a necessidade de mudanças de métodos e práticas de ensino, formação e trabalho do professor e hábitos de estudo e interesse dos alunos, de modo que o aluno perceba sua importância e utilidade no seu cotidiano e assim, comece a adquirir interesse por tal disciplina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino da matemática tem sido tema de muitas análises, pois com o grande avanço da tecnologia e os novos paradigmas, faz-se necessário adequar as práticas pedagógicas com a realidade dos alunos para se atingir o objetivo de transmissão do saber e proporcionar situações em que os alunos realmente aprendam.

Com uma forma de ensino que não é voltada para o dia a dia do aluno, não há motivação, pois os mesmos não veem aplicabilidade do que é posto em sala de aula, e assim não conseguem fazer a apropriação do saber, não conseguindo aplicar o que estudam em outras situações do seu cotidiano.

> Por isso a ênfase na importância de se administrar aulas bem planejadas, pois promover uma matemática significativa não é promover apenas a habilidade de desenvolver cálculos, treinar a memória ou memorizar fórmulas e conceitos. Significa desenvolver uma matemática que seja capaz de levar o aluno a pensar, analisar,

> estabelecer relações, justificar e produzir seu próprio significado, isto é, criar (Marasini, 2000, p.126).

É fato que cada indivíduo apresenta um ritmo e uma forma própria de aprender. Desse modo, revela-se importante que a instituição de ensino considere essa realidade. Segundo Oliveira (2011, p. 9), "a escola tem que assumir uma postura de escola inclusiva, respeitando essas particularidades".

Segundo Almeida (2006), alguns aspectos tendem a interferir mais negativamente no desempenho dos alunos em Matemática, tais como:

> dificuldade de raciocinar de maneira coerente na interpretação de conceitos e problemas do cotidiano, dificuldade de leitura e de escrita de símbolos matemáticos e, principalmente dificuldade nas operações mentais, juntamente com a falta de curiosidade e de interesse. Os professores [...] identificaram também fatores externos, entre eles, a maneira de se ensinar a Matemática e a influência da família nos hábitos de estudo dos alunos (p. 10).

Desta forma, diante dos resultados negativos obtidos na tentativa de aprendizado dessa disciplina, vários discentes cultivam sentimentos de frustração, acarretando, na maioria das vezes, na abdicação dos estudos. Dessa forma, D'Ambrósio (1989) destaca que ainda é pequena a parcela dos alunos matriculados na Educação Básica que consegue terminar sua escolaridade de oito anos (atualmente, o Ensino Fundamental se distribui em nove anos), em consequência aos descasos na educação.

É inegável que o processo de ensino-aprendizagem consiste, na maior parte das escolas, numa atividade basicamente mecânica, já que o conhecimento e o saber matemático continuam a ser vistos como concluídos e finalizados, geralmente tendo por base uma orientação de racionalidade técnica e instrumental.

Dessa maneira, o ensinar dessa disciplina constitui-se numa rotina de enunciar, decorar e aplicar um grupo de regras associado a alguns símbolos especiais, que pouco ou quase nada colaboram para o desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos dos alunos.

Nesse contexto, busca-se salientar que é necessário que os sujeitos envolvidos no processo de ensinar tenham consciência do que é a Matemática e, também, a sua função formadora e transformadora. É essencial que se adote, logo de início, que essa disciplina possui conceitos, artifícios, preceitos e uma linguagem própria.

A partir dessas considerações, torna-se compreensível que o ensino desta disciplina deve ir além do uso de regras e artifícios para a resolução de exercícios padronizados. Torna-se cobrança a qualquer educador a compreensão e o desenvolvimento de uma postura reflexiva sobre o que ensinar e como ensinar, provocando a conscientização de que tal ação deve emergir de sua própria consciência a respeito desses aspectos e, não, de "modismos ou tendências pedagógicas".

Em relação à organização dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula, considera-se uma forma hierarquizada. É uma organização dominada

pela ideia de pré-requisito, cujo critério é a estrutura lógica da Matemática. Nesse contexto, a aprendizagem advém do estudo de conteúdos excessivamente "articulados na forma de uma corrente, cada conteúdo sendo um pré-requisito para o que vai sucedê-lo" (BRASIL, 1998, p. 22).
O que se observa é que alguns saberes antecedem outros e que os modos de organização sempre sugerem certo caminho a ser seguido. Não se observa de outra maneira, ligas tão forte como as que podem ser notadas habitualmente como, por exemplo, apresentar frações para posteriormente introduzir números decimais, trabalhar conceitos e definições de semelhança de triângulos para depois apresentar o teorema de Pitágoras.
Segundo Pasdiora (2008), muitas vezes os conteúdos ensinados não fazem sentido para o aluno. Criou-se um "saber escolar" distante do "mundo real" em que os alunos vivem e trabalham. Além disso, a forma como os conteúdos são ministrados em sala de aula não atrai e muito menos chama a atenção e aguça a curiosidade do aluno. Não obstante, provoca nele uma verdadeira aversão pelo estudo de Matemática.

Dificuldades na Aprendizagem de Matemática

Uma grande quantidade de estudantes demonstra dificuldade na aprendizagem da matemática e, uma porcentagem considerável julga essa área de aprendizagem como um tormento. As dificuldades envolvidas no seu ensino e aprendizagem e os maus resultados escolares transformam a matemática numa área de preocupação. Provocando um questionamento do ensino e da aprendizagem da matemática.
Quando falam de dificuldades de aprendizagem, o tema remete a vários fatores que podem estar relacionados ou aparecerem de maneira isolada. Desatenção, inquietude e impulsividade podem caracterizar TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade). A ABDA (Associação Brasileira de Déficit de Atenção) caracteriza o TDAH como "um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Com relação à matemática esse transtorno pode prejudicar e muito o aprendizado, pois é uma disciplina que exige atenção e concentração, mesmo quando são utilizados jogos ou outros recursos de aprendizagem.
A dificuldade com relação ao ensino e aprendizagem matemática pode ainda estar relacionada com a discalculia, que segundo Louredo (BRASIL ESCOLA) "é um problema causado por má formação neurológica que se manifesta como uma dificuldade no aprendizado dos números". Tal distúrbio faz com que a pessoa se confunda em operações matemáticas, conceitos matemáticos, fórmulas, sequência numéricas, ao realizar contagens, sinais numéricos e até na utilização da matemática no dia-a-dia.
A discalculia pode ocorrer como resultado de distúrbios na memória auditiva, quando a pessoa não consegue entender o que é falado e consequentemente não entende o que é proposto. Também pode ser oriunda de um distúrbio de leitura quando o problema está ligado à dislexia e distúrbio de escrita quando a pessoa tem dificuldade em escrever o que é pedido (disgrafia).

É difícil de estabelecer a ocorrência do Transtorno da Matemática, uma vez que muitos estudos se concentram na prevalência dos Transtornos da Aprendizagem, sem o cuidado de separar transtornos específicos da Leitura, Matemática ou Expressão Escrita.
A percentagem da população com discalculia no desenvolvimento é estimada entre 3 a 6 por cento, ou um em cada vinte pessoas. Ao contrário de algumas outras deficiências de aprendizagem, a discalculia é tão suscetível de afetar as meninas quanto os meninos.
A discalculia é classificada em seis tipos:

- Discalculia Verbal – Dificuldades para nomear as quantidades matemáticas, os números, os termos, os símbolos e as relações.
- Discalculia Practognóstica – Dificuldade para enumerar, comparar e manipular objetos reais ou em imagens matemáticas.
- Discalculia Léxica – Dificuldades na leitura de símbolos matemáticos.
- Discalculia Gráfica – Dificuldades na escrita de símbolos matemáticos.
- DiscalculiaI deagnóstica – Dificuldades em fazer operações mentais e na compreensão de conceitos matemáticos.
- Discalculia Operacional – Dificuldades na execução de operações e cálculos numéricos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A preocupação de se ensinar os jovens e adultos já perpassam os tempos de hoje, haja visto de ser um termo moderno, o processo começou com a chegada dos portugueses nas terras brasileiras, ao chegar viram a necessidade da escolarização dos índios, primeiros habitantes destas terras, pois os mesmos recebiam apenas instruções religiosas.
A preocupação desta modalidade de ensino ascendeu a partir da segunda guerra mundial, quando passa para o estado a responsabilidade da oferta, porém na década de 70 surge no Brasil o tão conhecido MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) o qual contradizia as ideias de Paulo Freire, no ano seguinte o estado promulga uma lei no qual reserva um capítulo para o ensino supletivo e faz a recomendação aos estados em atender aos jovens e adultos que não foram escolarizados.

Segundo a LDB de 1974 temos:

> Do ensino supletivo – Cap. IV da LDB
>
> Art. 24 – O ensino supletivo terá por finalidade:
> a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
>
> b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.
>
> Parágrafo único – O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25 – O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.
§1 – Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.
§2 – Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art.26 – Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1 – Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se: Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos; Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;

§2 – Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3 – Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27 – Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único – Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art.28 – Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.

Com os artigos destacados acima se deu pela primeira vez na história da educação um capitulo ao ensino supletivo e foi possível uma reestruturação ao ensino supletivo, pois a nova LDB propõe que deveria haver a escolarização regular daqueles que não obtiveram a oportunidade anteriormente de fazê-la na idade certa.

Historicamente Paiva (apud godotti 1995 p. 31) dividiu o processo da educação de jovens e adultos em três âmbitos, descritos a seguir:

> •1º – de 1946 a 1958, foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;
>
> •2º – de 1958 a 1964, foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as porta para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964;
>
> •3º – O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Sendo Assim, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República".

Posteriormente o Plano Nacional de Educação menciona a modalidade destacando assim objetivos e prioridades entre eles a garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos (BRASIL. PNE, out. 2006).

Apesar de tantos anseios por essa modalidade, Freire nos afirma que o fracasso ocorre por vários motivos, principalmente pela concepção pedagógica e as praticas metodológicas utilizadas ao longo do tempo. Antes de tudo ao trabalharmos com alunos desta modalidade temos que considerar a própria realidade existente do educando, só assim o professor mediador conseguira instigar o desejo pela aprendizagem, despertando assim o interesse e o gosto em aprender, fazendo com que os mesmos se sintam prazerosos e busquem por si métodos para atingir o conhecimento. Os jovens são pessoas que querem logo ver pra que aquele tal conteúdo serve, onde vai usar no dia a dia, e isso só é capaz se o educador for companheiro e conhecedor de sua realidade, permitindo que o aluno se ache capaz e não se sinta inferior diante as pessoas, sabemos que nunca é tarde e que essas pessoas são capazes como qualquer outro ser, porém exigindo dos educadores mais técnicas e prática pedagógicas mais eficientes capazes de levar os alunos a compreensão.

Quando falamos em Educação de jovens e adultos não podemos deixar de citar Paulo Freire que foi um grande estudioso da área, ao propor o ensino popular e comunitário, se preocupando com as pessoas sem instrução e que não estaria na faixa etária prevista.

O professor alfabetizador da EJA deve levar os educandos a construir um pensamento crítico voltado para a realidade em que vive. Por isso ao

elaborarmos as estratégias de ensino devemos pensar numa finalidade capaz de instigar o gosto em aprender por parte dos alunos, fazendo com que o professor alfabetize de maneira mais eficaz, e isso só será possível se houver o planejamento de todos os envolvidos no processo, iniciando pela escolha de temas que estejam relacionados com a realidade cotidiana dos alunos, facilitando no processo de ensino e aprendizagem. Ao trabalhar com essa classe deve-se romper com todos os preconceitos existentes principalmente relacionados à atividade escolar, somos os responsáveis pela reorganização e reformulação das praticas que integramos no processo de ensino.

Nos dias de hoje não existe um formação especifica para o ensino da EJA, a não ser em cursos de especialização, muitos profissionais resume o ensino desta modalidade a mesma pratica que ensinar crianças, a educação de jovens e adultos vem a desafiar, pois precisa-se estar capacitado e ser um profissional comprometido com a formação desses indivíduos, muitas vezes esses alunos são tratados como uma classe sem competência para aprender, estão na escola apenas para o cumprimento de uma etapa em sua vida. O método no qual essa modalidade de ensino vem sendo trabalhada precisa ser modificada desde as estratégias de escolarização a produção do conhecimento, permitindo a criação de políticas publicas que valorizem o ensino para este publico.

A educação de jovens e adultos para se concretizar de maneira mais eficaz deve passar por mudanças e é convidada a rever sua identidade, refazendo assim suas praticas e objetivos além dos conteúdos para a formação desses alunos.

Conteúdos e Práticas Docentes da Matemática na EJA

Um dos problemas enfrentado pela EJA é sua infantilização, ou seja, adotar práticas e metodologias de crianças a esse público, não importando a idade dos alunos, pois muitos querem ensinar e limitar os saberes como se fossem para crianças.

Quando se refere ao currículo, vários fatores interferem no ensino da matemática para o público dos jovens e adultos, uma modalidade que vem sendo estudada e causando ao longo dos anos varias discussões, por se tratar de um público considerado especial e que não possuem muito tempo para aprender, além da falta de formação dos profissionais no qual atua na área. Quando tratamos da matemática muitos alunos trazem apenas noções básicas e informais que conseguiram aprender no seu dia a dia.

Outro fator que marca o ensino nas salas de EJA é a constante falta de materiais adequados e apropriados para os determinados segmentos, o que acontece em sua maioria é uma readaptação dos materiais destinados à educação infantil e excluindo assim a bagagem de conhecimento e saberes que o aluno traz consigo. Vários são os problemas existentes e que precisam ser vistos e analisados para que se concretize o ensino e aprendizagem nesta modalidade. O educador precisar resgatar junto aos alunos os valores e sua autoestima para facilitar no processo de ensino.

> Naturalmente, alunos e alunas da EJA percebem-se pressionados pelas demandas do mercado de trabalho e pelos critérios de uma

> sociedade onde o saber letrado é altamente valorizado. Mas trazem em seu discurso não apenas as referências à necessidade: reafirmam o investimento na realização de um desejo e a consciência (em formação) da conquista de um direito. Diante de nós, educadores da EJA, e conosco, estarão, pois mulheres e homens que precisam, que querem e que reivindicam a Escola. (FONSECA, 2002, p.49)

Os alunos e alunas da EJA procuram a escola em sua maioria apenas por se sentirem pressionados pela sociedade na qual estão inseridos e precisam no mínimo ser alfabetizados e letrados. Essa exigência fez com que muitos jovens e adultos procurassem as escolas para assim não ser excluídos de vez do mercado de trabalho no qual a cada dia se fecha para aqueles que não possuem formação.

Segundo os PCNs a proposta curricular para esta modalidade é a formação para o exercício da cidadania, levando em consideração as características e os valores dos alunos, reconhecendo que o educador assume um importante papel frente ao aluno, muitas vezes sentido fracassado e excluído dos ambientes escolares.

Os conteúdos a serem trabalhados no segundo segmento da EJA, no qual foi objeto de estudo dessa pesquisa deve atender e relevar os conceitos e os blocos de dados de informação necessários para estimular o conhecimento e o raciocínio, pondo em pratica as resoluções de problemas matemáticos e problemas externos ao ambiente escolar. No entanto que o ensino da EJA não seja confundido com o mesmo modo de se trabalhar na educação infantil.

Para a aprendizagem da matemática fatores como trocas de ideias e interações entre os envolvidos, facilita assim a criação de saberes mútuos levando o aluno ao conhecimento.

> Em linhas gerais, o trabalho da matemática no segundo segmento de EJA deve visar o desenvolvimento de conceitos e procedimentos relativos ao pensamento numérico, geométrico, algébrico, á competência métrica, ao raciocínio que envolva proporcionalidade, assim como o raciocínio combinatório, estatístico e probabilístico. (PNC da matemática).

Diante dos blocos de conteúdos considerados importantes para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, segundo os PCNs, sabe-se que a matemática tem um papel de grande importância na formação dos alunos. Descreveremos a seguir os principais conteúdos trabalhados na modalidade de ensino e como o mesmo é visto na realidade das escolas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola no município de Girau do Ponciano-AL. A escola foi escolhida por possuir a oferta desta modalidade de ensino. O processo de pesquisa aconteceu de forma investigativa e diagnóstica, referente aos processos de ensino e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos, principalmente na área matemática no qual é objeto de estudo.

Inicialmente, fizemos visita à escola, onde tivemos a oportunidade de ouvirmos a direção, professores e alunos. Na realização do presente trabalho, foi feito a utilização de questionários, aplicados aos alunos de 2

turmas do 8°/9° anos do ensino fundamental, turno noturno, e a 2 professores de matemática. O questionário aplicado aos alunos era composto de 8 questões, sendo 3 abertas e 5 fechadas. O do professor compunha-se de 10 questões, sendo 5 fechadas e 5 abertas.

Destarte, percebe-se que boa parte dos dados coletados, foram adquiridos através da utilização de questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionadas a alunos e professores, mas também por meio das observações em sala de aula. O objetivo da entrevista com os professores foi reconhecer um pouco do ponto de vista deles a respeito da aprendizagem dos alunos e o interesse desses pelas aulas de matemática.

A pesquisa iniciou-se através de investigações acerca da EJA e da formação dos profissionais atuantes em sala de aula, além de verificar o modo a qual os alunos aprendiam a matemática nos interiores das salas de aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatou-se que a matemática estudada na educação de jovens e adultos é descontextualizada da realidade do aluno, comprometendo assim sua aprendizagem, a realização de um processo de ensino e aprendizagem com qualidade. Ao compararmos os resultados da pesquisa efetuada com os professores e alunos observamos que 60% dos alunos apresentam dificuldades na disciplina, mas que conseguem até compreenderem alguns conceitos, quando o assunto envolve o conteúdo mais fácil de aprender. Os alunos mostraram em sua maioria, duvidas em suas respostas dando a entender que viram poucos conteúdos, nos apresentando com mais convicção apenas as quatro operações.

A concepção de aprendizagem a ser desenvolvida na EJA está diretamente ligada a uma prática educativa que tenha como pilar norteador a formação de um cidadão autônomo e crítico. Essa prática propõe que os alunos sejam participantes de seu processo de aprendizagem e que construam significados para o que aprendem e o relacionem com seu cotidiano, fazendo com que o gosto pela disciplina aumente.

Para que a aprendizagem em relação ao ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos seja obtida com êxito, propomos o envolvimento de todos que compõe a comunidade escolar, e também mudanças de métodos e práticas de ensino, formação e trabalho do professor e hábitos de estudo e interesse dos alunos. Portanto, a partir do referido trabalho constata-se a necessidade de uma nova visão diante do modelo atual do ensinar na EJA sob o qual acontece o ensino da Matemática, de modo que o aluno perceba sua importância e utilidade no seu cotidiano e assim, comece a adquirir interesse por tal disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: **A teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. SECAD/COEJA. **Proposta curricular para o segundo segmento da educação de jovens e adultos**. Brasília: MEC, 2002 a. p. 146, v. 1.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: **Um programa a educação matemática**. Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, v. 1,1993.

FONSECA, M. C. F. R. (2002). **Educação matemática de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação Matemática de Jovens e adultos**: especificidades, desafios e contribuições. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996. p. 148.

JESUS, Danielle Souza de. **Laboratório como Recurso Pedagógico no Ensino da Matemática**. 2010. Disponível em:<http://www.pedagogia.com.br/artigos/laboratoriomatematico/index.php?pagina 1>.Acesso em: 03 nov. 2017.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394.1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein 9394. pdf> Acesso em: 02 ago. 2017.

MAIA,Carine de Fátima. **O Ensino Da Matemática Na Atualidade**. 2011. Disponível em:<https://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-da-matematica-na-atualidade/65024>. Acesso em: 09 ago. 2017.

MARASINI, Sandra Mara. Contribuições da didática da matemática para a educação matemática. In: RAYS, Oswaldo Alonso. Educação e ensino: **constatações, inquietações e proposições**. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 126-130.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Introdução. 3 ed**. Brasília, DF: 2001 horizonte, 2002.

PAIVA, V. 1973. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, v. 1.368 p

SOUSA, Crisley Vieira de. **Dificuldades no Ensino-Aprendizagem da Matemática no 9º Ano do Ensino Fundamental a Eeef Coriolano De Medeiros** (Patos-Pb). Patos-PB, UEPB, 2014.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE CIMENTO [8]

D'Aquino, Antonio Francisco Michael Anderson Gomes[9]

RESUMO

Impacto ambiental pode ser buscado na terminologia da palavra, a qual se origina do latim: *impactu* e significa choque ou colisão de substâncias nos três estados físicos da matéria (sólido, líquido e gasoso) de radiações ou formas variadas de energia, vindas de obras ou atividades realizadas com danosas alterações do ambiente natural, artificial, cultural ou social. Estas mudanças podem ser provocadas por diversas formas de energia ou matéria resultante de atividades antrópicas que afetam direta ou indiretamente a saúde, segurança da população, atividades econômicas e sociais, a biota e a disposição dos recursos do ambiente. Com o objetivo de identificar e avaliar os impactos ambientais gerados e/ou previsíveis na área de influência funcional da implantação de uma fábrica de cimento será realizado o levantamento, através da metodologia de *check list*, as ações potencialmente impactantes decorrentes do projeto de implantação e operação do empreendimento, bem como o levantamento dos componentes do sistema ambiental, da área de influência funcional. No prognóstico da evolução da área diante da implantação e operação do empreendimento considerou-se que serão adotadas medidas de controle e monitoramento ambiental, bem como a ações do empreendimento serão desenvolvidas obedecendo às normas técnicas, o que já minimiza as adversidades ambientes.

PALAVRAS-CHAVES: Impacto ambiental. Fábrica. Cimento.

INTRODUÇÃO

Para o presente estudo, iremos avaliar o impacto ambiental da construção e operação de uma fábrica de cimento, no qual, iremos avaliar as alterações das características do sistema ambiental, seja esta física, química, biológica, social ou econômica, causada pelas ações do empreendimento, ações estas que possam afetar direta ou indiretamente no comportamento dos parâmetros que compõem os meios físicos, bióticos e/ou socioeconômico do sistema ambiental da área de influência do empreendimento.

A definição de impacto ambiental é feita por vários autores e dentre eles,

[8] Artigo apresentado ao Instituto Souza como parte dos requisitos para a conclusão do curso de MBA em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

[9] Engenheiro Agrônomo; Especialista em Engenharia de Segurança no Trabalho - antonio_fma@hotmail.com

Plantenberg (2002) busca a terminologia na origem e significado da palavra e ressalta que impacto vem do latim *impactu* e significa choque ou colisão. O conceito de impacto ambiental pode ser buscada na terminologia da palavra, a qual se origina do latim: *impactu* e significa choque ou colisão de substâncias nos três estados físicos da matéria (sólido, líquido e gasoso) de radiações ou formas variadas de energia, vindas de obras ou atividades realizadas com danosas alterações do ambiente natural, artificial, cultural ou social.

Estas mudanças podem ser provocadas por diversas formas de energia ou matéria resultante de atividades antrópicas que afetam direta ou indiretamente a saúde, segurança da população, atividades econômicas e sociais, a biota e a disposição dos recursos do ambiente. (PLANTENBERG, 2002; CUSTÓDIO, 1995; SPADOTTO 2002)

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) artigo 1, definindo impacto ambiental como sendo:

> Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:
> I. A saúde, a segurança e o bem estar da população,
> II. As atividades sociais e econômicas
> III. A biota
> IV. As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente
> V. A qualidade dos recursos ambientais.

O Conceito de Derani (2001) é bem prático e diz que impacto ambiental é simplesmente a interferência do homem no meio ambiente. E para que seja visto os dois lados possíveis do impacto (positivo e negativo), com intuito de ampliação do lado positivo e mitigação dos efeitos contrários, atingindo assim a homeostase dos reflexos das ações humanas no meio natural, no meio social e também no meio econômico, a Avaliação de Impacto Ambiental então foi idealizada e inserida pelos governos como um forte instrumento de política ambiental.

Para identificação e avaliação dos impactos ambientais gerados e/ou previsíveis na área de influência funcional da implantação de uma fábrica de cimento**,** o presente estudo segue basicamente em duas fases. A primeira fase é desenvolvida nas seguintes etapas:

a) Levantamento das ações potencialmente impactantes decorrentes do projeto de implantação e operação do empreendimento, envolvendo as fases de estudos e projetos, implantação, e operação, constantes do projeto básico, além das ações dos planos de monitoramento e controle ambiental.

b) Levantamento dos componentes do sistema ambiental, da área de influência funcional (área de influência direta e área de influência indireta) do empreendimento aqui descrito, susceptível de alterações, levando-se em consideração os meios físico, biológico e socioeconômico.

Estes componentes foram selecionados tomando - se como base o diagnóstico do sistema ambiental apresentado neste estudo, e, principalmente, as conclusões das visitas técnicas à área do empreendimento e do entorno, realizadas para a elaboração dessa avaliação dos impactos ambientais.

A segunda fase se desenvolve com a identificação dos efeitos gerados pelo empreendimento sobre os fatores ambientais da área do estudo. Essa fase compreende as seguintes etapas:

a) Identificação dos efeitos gerados pelo empreendimento.
b) Descrição dos impactos ambientais identificados ou previsíveis.
c) Avaliação dos impactos ambientais.

A avaliação dos impactos ambientais decorrentes da instalação e operação de uma fábrica de cimento na cidade de Baraúna - RN será feita utilizando-se o método "*Check list*". Este método permite traçar uma sequência de impactos gerados ou previsíveis por cada ação do empreendimento e paralelamente identificar o meio mais afetado, ficando explícita a relação "Causa X Efeito".

A descrição dos impactos ambientais norteará a proposição das medidas mitigadoras e os planos de monitoramento e controle ambiental, no sentido de propor soluções direcionadas a mitigar as adversidades geradas ou previsíveis.

Para composição do "*Check list*" será utilizada a listagem das ações de cada fase do empreendimento, segundo o projeto proposto. A partir desta sequência de ações, será feita a avaliação dos impactos ambientais, de modo que para cada ação serão citados e caracterizados os efeitos benéficos ou adversos gerados e/ou prognosticados e identificado o meio do sistema ambiental impactado.

A avaliação dos impactos ambientais será feita com base na mensuração de valores atribuídos aos efeitos gerados, sendo utilizados os atributos Caráter, Magnitude, Importância, Duração, Temporalidade, Ordem, Reversibilidade e Escala.

O Quadro 1 apresenta a conceituação dos atributos utilizados para a caracterização dos impactos, assim como a definição dos parâmetros usados para valoração destes atributos, os quais serão utilizados para mensuração dos efeitos como decorrentes de cada ação.

4 Quadro 1 – Conceituação dos Atributos e Definição dos Parâmetros de Valoração

Atributos	Parâmetros de Avaliação	Símbolo
CARÁTER Expressa a alteração ou modificação gerada por uma ação do empreendimento sobre um dado componente ou fator ambiental por ela afetado.	**BENÉFICO** Quando o efeito gerado for positivo para o fator ambiental considerado.	+
	ADVERSO Quando o efeito gerado for negativo para o fator ambiental considerado.	-
MAGNITUDE	**PEQUENA** Quando a variação no valor dos indicadores for inexpressiva, inalterado o fator ambiental	**MP**

Expressa a extensão do impacto, na medida em que se atribui uma valoração gradual às variações que as ações poderão produzir num dado componente ou fator ambiental por ela afetado.	considerado.	
	MÉDIA Quando a variação no valor dos indicadores for expressiva, porém sem alcance para descaracterizar o fator ambiental considerado.	**MM**
	GRANDE Quando a variações no valor dos indicadores for de tal ordem que possa levar à descaracterização do fato ambiental considerado.	**MG**
IMPORTÂNCIA Estabelece a significância ou o quanto cada impacto é importante na sua relação de interferência com o meio ambiente, e quando comparado a outros impactos.	**NÃO SIGNIFICATIVA** A intensidade da interferência do impacto sobre o meio ambiente e em relação aos demais impactos, não implica na alteração da qualidade de vida.	**IN**
	MODERADA A intensidade do impacto sobre o meio ambiente e em relação aos outros impactos, assume dimensões recuperáveis, quando adverso, para a queda da qualidade de vida, ou assume melhoria da qualidade de vida, quando benéfico.	**IM**
	SIGNIFICATIVA A intensidade da interferência do impacto sobre o meio ambiente e junto aos demais impactos, acarreta como resposta social, perda quando adverso, ou ganho quando benéfico, da qualidade de vida.	**IS**
DURAÇÃO É o registro de tempo de permanência do impacto depois de concluída a ação que o gerou.	**CURTA** Existe a possibilidade da reversão das condições ambientais anteriores à ação, num breve período de tempo, ou seja, que imediatamente após a conclusão da ação, haja a neutralização do impacto por ela gerado.	**DC**
	MÉDIA É necessário decorrer um certo período de tempo para que o impacto gerado pela ação seja neutralizado.	**DM**
	LONGA Se registra um longo período de tempo para a permanência do impacto. Neste grau são também incluídos aqueles impactos cujo o tempo de permanência, após a conclusão da ação geradora, de caráter definitivo.	**DL**

Continuação do Quadro 1

Atributos	Parâmetros de Avaliação	Símbolo
TEMPORALIDADE Expressa o tempo de permanecia do impacto gerado por determinada ação	**TEMPORÁRIO** Quando o efeito permanece por tempo indeterminado depois de executada a ação que o gerou.	**TT**
	PERMANENTE Quando uma vez executada a ação, os efeitos gerados não deixam de manifestar-se, ou seja, assumem caráter definitivo.	**TP**
	CÍCLICO Quando o efeito permanece por períodos sazonais depois que executada a ação que o gerou.	**TC**
ORDEM Estabelece o grau de relação entre a ação impactante e o impacto gerado ao meio ambiente.	**DIRETO** Resulta de uma simples relação de causa e efeito, também denominado impacto primário ou de primeira ordem.	**OD**
	INDIRETO Quando gera uma reação secundária em relação à ação ou, quando é parte de uma cadeia de reações também denominada de impacto secundário ou de enésima ordem, de acordo com a situação na cadeia de reações.	**OI**
REVERSIBILIDADE Expressa a capacidade do fator ambiental afetado por uma dada ação de retornar as condições ambientais anteriores.	**REVERSÍVEL** Quando o fator ambiental impactado por uma ação retorna a sua condição ambiental existente antes da execução da ação, podendo a reversão ocorrer naturalmente ou por interferência antrópica.	**RR**
	IRREVERSÍVEL Quando o fator ambiental impactado por uma ação torna-se impossibilitado de retornar as condições ambientais existentes antes da execução da ação, mesmo que sejam feitas intervenções neste sentido	**RI**
ESCALA Estabelece a referência espacial entre a ação geradora do impacto e área afetada, ou seja, estabelece a extensão da interferência considerando-se a relação causa e efeito.	**LOCAL** Quando o efeito gerado fica restrito a área de interferência da ação e ao seu entorno mais próximo.	**EL**
	REGIONAL Quando o efeito gerado pela ação se propaga para além da área de influência direta ou entorno mais próximo da ação impactante.	**ER**

No sentido de propiciar uma melhor visualização da dominância do caráter dos impactos serão utilizadas as cores verde e vermelha, para os impactos que foram identificados, respectivamente, como impactos de caráter benéfico, e de caráter adverso. No "*Check list*" a representação da caracterização de um impacto de caráter adverso, de grande magnitude, importância moderada, de longa duração, temporário, ordem direta, danos reversíveis e escala local é dada pela configuração:

-	G	2	6	T	D	R	L

5 IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS

O Quadro 2 apresenta o "*Check list*" dos impactos ambientais gerados e/ou previsíveis pelas ações do projeto da Fábrica de Cimento.

6 Quadro 2 - "*Check List*" dos Impactos Ambientais Benéficos e Adversos

Ações Impactantes do Projeto – Efeito Prognosticado	Sistema Ambiental Impactado			Caracterização do Impacto							
	MF	MB	MA	C	M	I	D	R	O	T	E
FASE DE ESTUDOS E PROJETOS											
ESTUDOS E LEVANTAMENTOS BÁSICOS											
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO											
Definição morfológica local				+	MP	IM	DL	RI	OD	TP	EL
Prejuízo à flora				-	MP	IM	DL	RI	OD	TP	EL
Constituição de acervo técnico				+	MP	IN	DL	RI	OD	TP	EL
Elevação dos índices de ocupação e renda				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Arrecadação de tributária				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Estudos Geotécnicos / Hidrogeológicos											
Caracterização das condições físicas do terreno				+	MP	IN	DC	RI	OD	TP	EL
Caracterização dos aspectos hidrológicos da área				+	MP	IN	DC	RI	OD	TP	EL
Estudo Ambiental											
Caracterização do sistema ambiental				+	MP	IN	DL	RI	OD	TP	EL
Integração ambiental do projeto				+	MP	IN	DL	RI	OD	TP	EL
Aquisição de serviços especializados				+	MP	IN	DC	RR	OD	TP	ER
Definição de medidas de mitigação dos impactos adversos				+	MM	IS	DL	RI	OD	TP	ER
Definição dos planos de controle e monitoramento ambiental				+	MM	IS	DL	RI	OD	TP	ER
Aumento da arrecadação de impostos				+	MP	IN	DL	RI	OI	TP	ER
PROJETO BÁSICO											
LAY OUT DA PLANTA INDUSTRIAL											
Compartimentação planejada e adequada do terreno				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Dimensionamento adequado da indústria				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Estabilidade estrutural				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Segurança contra riscos de acidentes operacionais				+	MG	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Proposta de controle ambiental				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL

Legenda: MF – Meio Físico; MB – Meio Biótico; MA – Meio Antrópico C – Caráter;

M – Magnitude; I – Importância; D – Duração; R – Reversibilidade; O – Ordem; T – Temporalidade; E – Escala

Continuação do quadro 2

Ações Impactantes do Projeto – Efeito Prognosticado	Sistema Ambiental Impactado			Caracterização do Impacto							
	MF	MB	MA	C	M	I	D	R	O	T	E
FASE DE ESTUDOS E PROJETOS											
PROJETO BÁSICO											
LAY OUT DA PLANTA INDUSTRIAL											
Contratação de serviços técnicos/renda				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	ER
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	ER
Maior crescimento da economia local				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	ER
FASE DE IMPLANTAÇÃO											
LIMPEZA DA ÁREA											
Alteração nos ecossistemas locais				-	MP	IM	DL	RI	OD	TP	EL
Perda de potencial florístico				-	MM	IS	DL	RI	OD	TP	EL
Fuga da fauna				-	MP	IN	DM	RI	OI	TP	EL
Degradação da paisagem				-	MM	IM	DM	RR	OI	TT	EL
Desconforto ambiental				-	MM	IM	DM	RR	OI	TT	EL
Formação de processos erosivos				-	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Lançamento de poeiras fugitivas				-	MM	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Emissão de ruídos e gases				-	MM	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Aumento localizado de claridade-luminosidade				-	MP	IN	DM	RI	OI	TT	EL
Aumento localizado da temperatura				-	MP	IN	DM	RI	OI	TP	EL
Alteração da circulação dos ventos				-	MP	IN	DM	RI	OI	TP	EL
Alteração da taxa de evapotranspiração				-	MP	IN	DM	RI	OI	TP	EL
Riscos de acidentes no trabalho				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Ocupação e renda				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	ER
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Maior arrecadação de impostos				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
TERRAPLANAGEM – DRENAGEM											
Alteração morfológica				-	MM	IS	DL	RI	OD	TP	EL
Emissão de ruídos e gases				-	MM	IM	DC	RR	OD	TT	EL
Lançamento de poeiras fugitivas				-	MM	IN	DC	RI	OD	TT	EL
Alteração do escoamento superficial				-	MP	IN	DL	RI	OI	TP	EL
Menor infiltração das águas pluviais				-	MP	IM	DL	RI	OI	TP	EL
Degradação ambiental				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Diminuição da recarga dos aquíferos				-	MP	IN	DL	RI	OI	TP	EL
Riscos de acidentes no trabalho				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL

Legenda: MF – Meio Físico; MB – Meio Biótico; MA – Meio Antrópico C – Caráter; M – Magnitude; I – Importância; D – Duração; R – Reversibilidade; O –

Ordem; T – Temporalidade; E – Escala

Continuação do quadro 2

Ações Impactantes do Projeto – Efeito Prognosticado	Sistema Ambiental Impactado			Caracterização do Impacto							
	MF	MB	MA	C	M	I	D	R	O	T	E
FASE DE IMPLANTAÇÃO											
TERRAPLANAGEM – DRENAGEM											
Melhoria das condições de ocupação pelo empreendimento				+	MP	IN	DL	RR	OI	TP	EL
Estabilidade geotécnica do terreno				+	MP	IM	DL	RI	OI	TP	EL
Aquisição de produtos / serviços				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	ER
Oferta de ocupação / renda				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Maior arrecadação tributária				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
INSTALAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS											
Impacto visual				-	MP	IM	DC	RR	OD	TT	EL
Alteração paisagística				-	MM	IM	DC	RR	OD	TT	EL
Desconforto ambiental				-	MP	IS	DC	RR	OI	TT	EL
Lançamento de poeiras e gases				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Riscos de acidentes viários				-	MP	IS	DC	RR	OI	TT	ER
Produção dos resíduos sólidos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Geração de efluentes domésticos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Risco de contaminação dos aquíferos				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Emissão de ruídos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Alteração da qualidade superficial dos solos				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Risco de disseminação de doenças				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Geração de empregos/ocupação e renda				+	MM	IM	DC	RR	OI	TT	ER
Crescimento do comércio				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	ER
Maior arrecadação tributária				+	MP	IM	DM	RR	OI	TT	ER
OBRAS CIVIS AUXILIARES											
Alteração da paisagem				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Alteração do solo				-	MP	IN	DL	RI	OI	TP	EL
Lançamento de poeira				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Emissão de ruídos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Riscos de acidentes operacionais				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Desconforto ambiental				-	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Oferta de ocupação/ renda				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Aquisição de materiais				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL

Legenda: MF – Meio Físico; MB – Meio Biótico; MA – Meio Antrópico C – Caráter; M – Magnitude; I – Importância; D – Duração; R – Reversibilidade; O – Ordem; T – Temporalidade; E – Escala

Continuação do quadro 2

Ações Impactantes do Projeto – Efeito Prognosticado	Sistema Ambiental Impactado			Caracterização do Impacto							
	MF	MB	MA	C	M	I	D	R	O	T	E
FASE DE IMPLANTAÇÃO											
OBRAS CIVIS AUXILIARES											
Maior arrecadação tributária				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Incremento da infraestrutura				+	MP	IM	DL	RR	OI	TP	ER
Edificações											
Alteração paisagística				-	MP	IM	DL	RI	OD	TP	EL
Lançamento de poeira				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Alteração do substrato				-	MP	IN	DC	RI	OD	TP	EL
Instabilidade geotécnica				-	MP	IN	DC	RI	OD	TP	EL
Alteração do fluxo hidro geológico				-	MP	IN	DC	RI	OD	TP	EL
Emissão de ruídos e gases				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Riscos de acidentes operacionais				-	MP	IN	DC	RR	OI	TT	EL
Desconforto ambiental				-	MM	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Aquisição de materiais				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Emprego de mão-de-obra				+	MP	IM	DC	RR	OD	TT	ER
Circulação de moeda no mercado local				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Maior arrecadação tributária				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS											
Alteração da paisagem				-	MM	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Impacto visual				-	MM	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Transtornos nas vias de circulação				-	MP	IM	DC	RR	OI	TT	ER
Lançamento de particulados e gases				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Vibrações				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Emissão de ruídos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Geração de resíduos				-	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Aumento da claridade				-	MP	IN	DL	RR	OI	TP	EL
Riscos de acidentes ambientais				-	MM	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Riscos de acidentes operacionais				-	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Aquisição de serviços				+	MP	IS	DC	RR	OI	TT	ER
Oferta de ocupação e renda				+	MP	IS	DC	RR	OI	TT	ER
Consumo de materiais e produtos				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	ER
Incremento do setor industrial da região				+	MM	IM	DL	RR	OI	TP	ER

Legenda: MF – Meio Físico; MB – Meio Biótico; MA – Meio Antrópico C – Caráter; M – Magnitude; I – Importância; D – Duração; R – Reversibilidade; O – Ordem; T – Temporalidade; E – Escala

Continuação do quadro 2

Ações Impactantes do Projeto – Efeito Prognosticado	Sistema Ambiental Impactado			Caracterização do Impacto							
	MF	MB	MA	C	M	I	D	R	O	T	E
FASE DE IMPLANTAÇÃO											

MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS											
Crescimento do setor de comércio e serviços				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	ER
Geração de tributos e encargos				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Testes Pré-Operacionais											
Atenuação dos riscos de acidentes				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Minimização dos prejuízos operacionais				+	MP	IN	DC	RR	OD	TT	EL
Otimização da produtividade				+	MM	IM	DC	RR	OD	TT	EL
DESMOBILIZAÇÃO / LIMPEZA GERAL DA OBRA											
Melhoria dos aspectos ambientais				+	MP	IM	DL	RI	OI	TP	EL
Melhoria da qualidade dos solos				+	MP	IM	DL	RI	OI	TP	EL
Conforto ambiental				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Compensação paisagística				+	MP	IM	DC	RR	OD	TT	EL
Diminuição da oferta ocupação / renda				-	MP	IS	DM	RR	OI	TT	ER
Perdas sociais e econômicas				-	MP	IS	DM	RR	OI	TT	ER
Paisagismo e Ambientação											
Valorização ambiental da área				+	MP	IM	DL	RR	OD	TT	EL
Aquisição de produtos e serviços				+	MP	IN	DM	RR	OI	TT	ER
Melhoramento da qualidade ambiental				+	MP	IM	DL	RR	OD	TP	EL
Conforto ambiental				+	MP	IM	DL	RR	OD	TT	EL
Crescimento do comércio				+	MP	IN	DM	RR	OI	TT	ER
Maior recolhimento de impostos				+	MP	IN	DM	RR	OI	TT	ER
QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA											
Menor índice de acidentes no trabalho				+	MP	IM	DC	RR	OI	TC	EL
Mitigação de riscos ambientais				+	MP	IM	DC	RR	OI	TC	EL
Minimização de riscos operacionais				+	MP	IM	DC	RR	OI	TC	EL
Otimização da produção				+	MP	IM	DC	RR	OI	TC	EL
Melhoria da qualidade ambiental				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Melhoria da ambiência industrial				+	MP	IM	DC	RR	OI	TT	EL
Capacitação profissional				+	MP	IM	DC	RR	OD	TT	ER
Melhoria do nível técnico				+	MP	IM	DM	RR	OD	TT	ER
Melhoria do nível socioeconômico				+	MP	IM	DM	RR	OD	TT	ER
Aquisição de serviços especializados				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER
Geração de ocupação e renda				+	MP	IN	DC	RR	OI	TT	ER

Legenda: MF – Meio Físico; MB – Meio Biótico; MA – Meio Antrópico C – Caráter; M – Magnitude; I – Importância; D – Duração; R – Reversibilidade; O – Ordem; T – Temporalidade; E – Escala

7 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Para avaliação dos impactos ambientais gerados e/ou previsíveis no empreendimento são utilizados os valores atribuídos a cada impacto identificado no "*Check list*".

O "*Check list*" empregado para a área de influencia funcional do projeto de implantação e operação da fábrica de cimento aqui descrita contempla 168 impactos ambientais.

Dos 168 impactos ambientais identificados ou previsíveis para a área de influência funcional do empreendimento, 93 são impactos de caráter benéfico e 75 são impactos de caráter adverso, correspondendo a 55,36% e 44,64% respectivamente.
Quanto ao atributo magnitude, os impactos se distribuem em 132 (ou 78,57%) de pequena magnitude, 34 impactos (ou 20,24%) de média magnitude e 2 impactos (ou 1,19%) de grande magnitude.
Quanto ao atributo importância, os impactos se distribuem em 89 (ou 52,98%) de impactos de importância não significativa, 66 (ou 39,29%) de importância moderada e 13 (ou 7,74%) impactos de importância significativa.
Com relação ao atributo duração, foram identificados 99 (ou 58,93%) impactos de curta duração, 35 (ou 20,83%) de média duração e 34 (ou 20,24%) de longa duração.
Relativamente ao atributo temporalidade, foram prognosticados 106 (63,10%) impactos de permanentes, 55 (32,72%) temporários e 7 (4,17%) cíclicos.
Considerando-se o atributo ordem, foram prognosticados 69 (ou 41,07%) impactos de direta e 99 (58,93%) de ordem indireta. Quanto ao atributo reversibilidade, foram prognosticados 109 (ou 64,88%) impactos reversíveis e 59 (35,12%) irreversíveis.
Do total de impactos foram identificados ou previsíveis 103 (61,31%) de alcance local e 65 (38,69%) de alcance regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, podemos concluir que dos 93 impactos benéficos, quanto à magnitude, 74 (ou 79,57%) são de pequena magnitude; 17 (ou 18,28%) de média magnitude e 2 (2,15%) de grande magnitude. Com relação ao atributo importância, 46 (ou 49,46%) são de importância não significativa; 41 (ou 44,09%) de importância moderada e 6 (ou 6,45%) são impactos de importância significativa. Já em relação ao atributo duração, 52 (ou 55,91%) são impactos de curta duração, 17 (ou 18,28%) de média duração e 24 (ou 25,81%) de longa duração.
Com relação à condição ou reversibilidade, 62 (66,67%) impactos benéficos são reversíveis e 33 (ou 33,33%) são impactos benéficos irreversíveis. Já em relação ao atributo ordem, tem-se que 39 (ou 41,94%) são impactos de ordem direta e 54 (ou 58,06%) são impactos de ordem indireta. Relativamente à temporalidade dos impactos benéficos 53 (ou 56,99%) são temporários, 34 (ou 36,56%) são permanentes e 6 (6,45%) são cíclicos. Por fim tem-se que 44 (47,31%) dos impactos benéficos são de escala local e 49 (52,69%) de escala regional. Dos 75 impactos adversos, 58 (ou 77,33%) são de pequena magnitude; 17 (22,67%) de média magnitude e nenhum de grande magnitude. Com relação ao atributo importância, 43 (57,33%) são de importância não significativa; 25 (33,33%) de importância moderada e 7 (9,33%) de importância significativa.

Já em relação ao atributo duração, 47 (ou 62,67%) são impactos adversos de curta duração, 18 (24,00%) de média e 10 (13,33%) de longa duração. Ainda, do total de adversos, 47 (62,67%) são de condição reversível e 28 (37,33%) irreversíveis. Relativamente à ordem dos impactos adversos, tem-se que 30 (ou 40,00%) são impactos de ordem direta e 45 (ou 60,00%) são impactos de ordem indireta.
Quanto à temporalidade, 53 (ou 70,67%) caracterizam-se como impactos temporários, 21 (ou 28,00%) como permanentes e 1 (1,33%) são cíclicos. Por fim tem-se que 59 (ou 78,67%) dos impactos adversos são de escala local e 16 (ou 21,33%) de escala regional. No prognóstico da evolução da área diante da implantação e operação do empreendimento considerou-se que serão adotadas medidas de controle e monitoramento ambiental, bem como a ações do empreendimento serão desenvolvidas obedecendo às normas técnicas, o que já minimiza as adversidades ambientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITAR, O. Y. et al. O meio físico em estudos de impactos ambientais. São Paulo: IPT, 1990. 25 p. (publicação IPT); Nº. 1823.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental

BURSZTYN, M. A. A. Gestão ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: ed. IBAMA, 1994. 165 p.

CABRAL, N. R. A.; SOUZA, M. P. Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Paulo: RIMA, 2002. 154 p.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. Avaliação de Impacto Ambiental no Direito Brasileiro. Revista do direito civil. São Paulo, 1995.

DOTE SÁ, T. Estudo de impacto ambiental, mecanismos e implementação. IBAMA- NURH/SUPES/CE: Fortaleza, 1998, 176 p. (apost.).

DOTE SÁ, T. Mecanismos e implementação do estudo de impacto ambiental na área da engenharia. Recife: Clube de Engenharia de Pernambuco, 1999. 198 p. (apost.).

DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

PLANTENBERG, Clarita M. AB'SABER, Aziz Nacib. Previsão de Impactos O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e Alemanha. 2 ed. Universidade de São Paulo, 2002.

SPADOTTO, C.A. Classificação de Impacto Ambiental. Comitê de Meio Ambiente, Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas. 2002.

VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. (orgs). RIMA, Relatório de Impacto Ambiental: legislação, elaboração e resultados. 4ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIADORA NA QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE

COLDEBELLA, Fábio

RESUMO

O eixo temático na qual compreende este trabalho é a inserção da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC como ferramenta auxiliadora na qualidade da Gestão Pública na área da Saúde. O objetivo geral deste escrito é destacar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta auxiliar na promoção da Gestão Pública na área da Saúde. Objetiva-se também especificamente, conceituar a Tecnologia da Informação e Comunicação, definir a Gestão Pública, além de pontuar importantes considerações sobre a aplicação das TIC's na Gestão Pública na área da saúde. Este artigo justifica-se sob a extrema relevância da temática, principalmente no que tange a gestão pública no setor da saúde, uma área prioritária na qual envolve todo cidadão. A problemática norteadora a este trabalho pode ser expressa por meio da seguinte indagação: a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação no setor da saúde tem auxiliado na promoção de uma administração pública de qualidade? Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica onde foram selecionados estudiosos e escritores como Nascimento, Freire e Dias (2012), Fernandes e Barbot (2005), Martins (2005), Bonezzi e Pedraça (2008), Luciano e Carniello (2014), Azevedo (2015) e tantos outros, contribuem de modo a fundamentar esta pesquisa a enriquecendo e qualificando. Entretanto, as Tecnologias da Informação e Comunicação inseridas na Gestão Pública no setor da Saúde, tem buscado garantir qualidade e agilidade no atendimento dos indivíduos além de auxiliar na administração de recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Informação. Comunicação. Gestão. Saúde.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna vivencia um momento único em toda história: a era digital, onde a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC vem exercendo um importante papel auxiliador nas ações humanas. Sua essência baseia-se na promoção de um legado de funcionalidades, nas quais aplicáveis aos mais variados setores sociais tem sido alicerce para todas as atividades humanas, inclusive na Gestão Pública na Saúde.

A temática na qual o presente trabalho destaca é a inserção da Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta auxiliadora na qualidade da Gestão Pública na área da Saúde. O objetivo geral deste escrito é destacar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta auxiliar na promoção da Gestão Pública na área da Saúde. Os objetivos específicos compreendem um legado de ações como, conceituar a Tecnologia da Informação e Comunicação, definir a Gestão Pública, além de pontuar importantes considerações sobre a aplicação das TIC's na Gestão Pública na área da saúde.

A justificativa na qual se baseia é fundamentada na extrema relevância do assunto, principalmente no que tange a gestão pública no setor da saúde, uma área prioritária na qual envolve todo cidadão. Ainda como justificativa é fundamental considerar que em meio à sociedade moderna, é urgente e necessário à implantação de recursos tecnológicos nos setores públicos, principalmente na gestão, de modo a garantir agilidade, precisão nas informações e dados, além de auxílio na tomada de decisões vinculadas a administração de recursos.

A problemática norteadora a este trabalho pode ser expressa por meio da seguinte indagação: a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação no setor da saúde tem auxiliado na promoção de uma administração pública de qualidade?

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica onde foram selecionados estudiosos e escritores nas quais trazem uma bagagem teórica vinculada ao eixo temático aqui vigente. Como recurso de pesquisa foram utilizados livros, revistas, páginas web nas quais trabalhos científicos são divulgados. Teóricos como Nascimento, Freire e Dias (2012), Fernandes e Barbot (2005), Martins (2005), Bonezzi e Pedraça (2008), Luciano e Carniello (2014), Azevedo (2015) e tantos outros, contribuem de modo a fundamentar esta pesquisa a enriquecendo e qualificando. Entretanto, de modo a fundamentar e aprimorar o trabalho científico há a estruturação do tema, o planejamento de objetivos e a ordenação de referenciais teóricos visando à apresentação e defesa de ideias.

Portanto, as Tecnologias da Informação e Comunicação vem ao longo deste feito, ser ponto de referência para apresentação de ideias, nas quais sua relevância social está essencialmente voltada a efetivação da Gestão Pública na Saúde, de modo a garantir qualidade e agilidade no atendimento dos indivíduos e uma boa administração dos recursos.

A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIADORA NA QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE- UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

É imprescindível pontuar importantes aspectos conceituais por meio do embasamento teórico, na qual se busca definir sob diferentes óticas concepções em torno das Tecnologias da Informação e Comunicação –

TIC's. Com os avanços tecnológicos, muitas mudanças emergem nos mais variados setores sociais. Essas mudanças surgem visando acompanhar o ritmo na qual a sociedade demanda, seja ele como cobranças destinadas ao trabalho das pessoas por meio de suas atribuições, além de essencialmente aos recursos auxiliares na atividade humana.

Para Cardoso (1999, p. 218) "As invenções da ciência e da tecnologia em geral, e especialmente a da comunicação, têm estimulado e ao mesmo tempo causado um processo de transformação amplo na sociedade". Na realidade, as transformações sociais têm exigido cada vez mais da tecnologia da informação e comunicação, principalmente como ferramentas auxiliadores em todo o processo de planejamento, organização e produção do trabalho humano.

Muito além, inúmeros autores tem pontuado a importância da informática no meio social. Dentre eles, pontua-se Lévy (1998), um defensor da informática, que vê na mesma como detentora de um saber inédito, aplicável a formalização de registro e a gestão do conhecimento.. Lévy (1998, p. 36) destaca ainda que, as tecnologias da informação e comunicação tem atuado "diretamente sobre os principais motores da evolução social, ou seja, a administração dos homens e dos bens e a pesquisa científica.".

É imprescindível decodificar os termos referentes à tecnologia da informação e comunicação, de modo a ampliar o conhecimento dessa importante ferramenta tecnológica. Segundo Fernandes e Barbot (2005), o termo tecnologia é originária das palavras gregas *techné* e *logia.* Ainda de acordo com Fernandes e Barbot (2005, p. 02) "*techné* significa saber fazer, e *logia*, que significa conhecimento organizado. Entretanto, trata-se do conhecimento adquirido e organizado referente a uma determinada área de intervenção." Nesse sentido, trata-se de um conhecimento organizado de modo a ser adquirido independente da área a ser explorada.

A palavra informação, conforme menciona Fernandes e Barbot (2005) é derivada da palavra latina *informatióne.* Destaca-se como "Ato ou efeito de informar. Conjunto de dados articulados de forma a terem significado" (FERNANDES E BARBOT, 2005, p. 02). A informação, portanto, refere-se a dados dispostos de forma organizada cujo propósito destina-se a informar e conduzir o conhecimento.

De acordo com Blanco e Silva (1993, p. 07) o termo tecnologia refere-se à "[...] fixação dos termos técnicos, designando os utensílios, as máquinas, suas partes e as operações dos ofícios". Trata-se de um complexo meio na quais são compreendidos por aspectos físicos e estruturais capazes de organizar e sistematizar seu próprio funcionamento. Blanco e Silva (1993) afirmam complementando,

> Estaríamos perante uma tecnologia descritiva e enumerativa que apesar do auxílio que prestou na conquista da natureza, propiciando processos desmitológicos, de racionalização da economia e avanços da ciência em geral, foi desconsiderada em importância e prestígio

> social durante muitos milênios em favor do saber intelectual (BLANCO E SILVA, 1993, p. 08).

O embasamento expresso por Blanco e Silva (1993) evidenciam uma tecnologia regada de significados para o meio social, onde designa avanços significativos quanto à ciência, visando auxiliar os mais diversos segmentos do meio social. A tecnologia por si só não apresenta funcionalidade e objetivos nenhum, porém seus propósitos são válidos quando aplicáveis a ação humana.

Rocio (2010) pontua a existência de componentes norteadores à informação. Sendo assim, nos sistemas informáticos os tipos de informação mais comuns são: texto, imagem e som. O autor esclarece,

> • **Texto:** uma sequência de caracteres (símbolos) que codificam um sistema de escrita de uma língua humana.
> • **Imagem:** um padrão bidimensional de luz e cor, que reflete o que a nossa visão capta. Esse padrão pode ser estático, quando não se altera com o tempo, ou dinâmico, quando depende do passar do tempo – este caso designa-se vídeo.
> • **Som:** um padrão de vibração do ar que reflete o que é captado pelo nosso sentido da audição (ROCIO, 2010, p. 02).

O conjunto de componentes nas quais compreende a tecnologia da informação e comunicação, certamente evidenciam uma forma concreta e prática de transmissão de dados. O texto por meio dos símbolos, a imagem através de uma figura, foto, vídeo e o som são suficientes para transmitir qualquer tipo de mensagem.

De acordo com Pereira e Silva (2010) as TIC's podem oferecer uma gama de contribuições, dentre as quais destaca-se:

> ● viabilizam o crescimento econômico, mediante investimentos em tecnologias, crescimento do setor de TICs e impacto em outros setores;
> ● proporcionam bem-estar social, por meio do aumento da competitividade, melhores oportunidades de negócio e maiores possibilidades de emprego;
> ● oferecem qualidade de vida, por intermédio da aplicação das TICs na educação e na saúde;
> ● promovem a melhoria dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos e o aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisão (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 159-160).

Conforme evidencia Pereira e Silva (2010) muito além de benefícios para o crescimento econômico, social e estrutural de todos os setores nos quais utilizam as TIC's, os serviços públicos também são beneficiados, gerando assim, garantias de qualidade nos atendimentos aos cidadãos. Portanto, esse fato se dá mediante a gama de ferramentas tecnológicas e disposição de acesso à informação que se dispõem nos dias atuais, de maneira a facilitar o processo de tomada de decisão e organização da gestão pública.

DEFININDO GESTÃO PÚBLICA

A busca por conceitos e definições que expressam o real sentido da gestão pública, revela uma escassez quanto à presença de literatura destinada a esse fim. Falar em Gestão Pública requer muito mais do que compreender sobre gestão, mais refletir sobre um emaranhado de setores que juntos promovem e executam ações que visam atender o público. Para Martins (2005) o conceito da Gestão Pública caracteriza-se como:

> Gestão pública é o termo que designa um campo de conhecimento (ou que integra um campo de conhecimento) e de trabalho relacionados às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este. Abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras (MARTINS, 2005, p. 01).

De acordo com os apontamentos de Martins (2005) a Gestão Pública apresenta um caráter de interesse público ou que esteja direcionado às pessoas. Nesse sentido, o termo público, aplica-se a todos os indivíduos, indistintamente de etnia, raça, classe social ou qualquer outra forma de classificação que exclua todo e qualquer cidadão de seus direitos e deveres. Martins (2005) deixa claro ainda que, na Gestão Pública destacam-se as áreas de Recursos Humanos, Finanças Públicas, Políticas Públicas e tantas outras áreas que desempenham atividades de cunho público.

O termo Gestão Pública é destacada por Santos (2006) como "refere-se às funções de gerência pública dos negócios do governo". O governo apresenta inúmeras atribuições e competência nas quais devem zelar pelo patrimônio público ainda contemplar os indivíduos inseridos na sociedade geral, porém, de modo a apresentar clareza mediante suas ações.

Para Silva (2007) a ação do administrador público classifica-se em três níveis:

> a) atos de governo, que se situam na órbita política;
> b) atos de administração, atividade neutra, vinculada à lei;
> c) atos de gestão, que compreendem os seguintes parâmetros básicos:
> I- tradução da missão;
> II- realização de planejamento e controle;
> III- administração de R. H., materiais, tecnológicos e financeiros;
> IV- inserção de cada unidade organizacional no foco da organização;
> V- tomada de decisão diante de conflitos internos e externos (SILVA, 2007, p. 35).

Os três níveis destacados por Silva (2007) nas quais se pontua os atos de governo, atos administrativos e os atos de gestão, demonstram em si particularidades únicas nas quais destaca-se a política, execução das leis mediante suas atividades, além da execução de parâmetros que visam organizar a gestão como um todo, respectivamente.

Outro autor que vem apresentando importantes considerações sobre a Gestão Pública é Garde (2001), onde mediante suas palavras esclarece:

> A nova Gestão Pública trata de renovar e inovar o funcionamento da Administração, incorporando técnicas do setor privado, adaptadas às suas características próprias, assim como desenvolver novas iniciativas para o logro da eficiência econômica e a eficácia social, subjaz nela a filosofia de que a administração pública oferece oportunidades singulares, para melhorar as condições econômicas e sociais dos povos (GARDE, 2001, p. 16).

É inevitável a realização de comparações entre a Gestão Pública e a Gestão Privada, de modo que, reciprocamente, haja troca de informações, dados e estratégias que viabilizem garantir melhorias para o processo de gestão. As ideias de Garde (2001) revelam uma Gestão Pública renovada, incorporando a sua funcionalidade técnicas nas quais o setor privado tem desenvolvido com resultados positivos. O principal objetivo desse processo de inovação é viabilizar qualidade na prestação de serviços, além de, favorecer nos avanços quanto ao setor econômico e social.

Muito além do que estabelecer avanços significativos para a sociedade, Bonezzi e Pedraça (2008) veem na Gestão Pública a necessidade de implantação de processo avaliativo visando levar o cidadão a conhecer e pontuar a eficácia, aspectos econômicos e o desenvolvimento de ações de modo geral. A avaliação também deve pontuar aspectos que englobam os recursos públicos, destacando as metas organizacionais mediante planejamento orçamentar.

Bonezzi e Pedraça (2008) destacam ainda como responsabilidade da Gestão Pública,

> O exercício do controle, em qualquer atividade, está sempre associado ao ato de fiscalização, para que não ocorram desvios em relação ao padrão anteriormente definido. Caso ocorram, os controles, portanto, devem detectá-los e divulgá-los, para proporcionar condições de realizações de ações corretivas (BONEZZI E PEDRAÇA, 2008, p. 23).

A afirmação realizada por Bonezzi e Pedraça (2008) destaca um importante ponto da Gestão Pública: o processo de fiscalização. Tudo que é de interesse público deve ser devidamente controlado e divulgado. A presença de gestores corruptos tem gerado ainda mais incertezas nos indivíduos da sociedade, de modo que há a necessidade de maior transparência mediante prestações de conta. Ao que se sabe, na Gestão Pública todo tipo de recurso deve ser aplicado subsidiando atender ao setor público, evitando qualquer forma de benefício particular ou de uma única classe de pessoas.

A inserção da tecnologia da informação e comunicação como ferramenta auxiliadora no processo de gestão pública tem subsidiado benefícios inúmeros para os cidadãos. Além de agilização dos atendimentos, tem dado suporte para transparência de dados, consultas eletrônicas e muitos outros aspectos. Portanto, a implantação das TIC’s possibilita maior integração da sociedade à administração pública, principalmente na área de saúde.

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICÁVEL À GESTÃO PÚBLICA DA ÁREA DE SAÚDE

A disposição de recursos tecnológicos tem favorecido na implantação de tecnologias de modo a garantir apoio ao acesso de toda e qualquer informação. O avanço social, como previamente mencionado, vem exigindo e agregando a sociedade moderna variados tipos de tecnologia da informação e comunicação. Eis um clique, e uma bagagem de informações e dados são apresentados ao cidadão consultor.

As tecnologias da informação e comunicação vêm sendo inseridas nos variados setores sociais, incluindo na Gestão Pública na área de saúde. Complementando os apontamentos expressos sobre as TIC's, Padoveze (2004, p. 49) afirma que "[...] informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para as decisões correntes ou prospectivas". O acervo de dados decorrentes da Gestão Pública é qualitativamente grande, apresentando reais questões cotidianas nas quais possibilitam tomadas de decisões, estabelecimento de metas e previsões futuras.

Para Macedo e Foltran (2007) a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação resulta em algumas exigências, nas quais se destaca:

> Com todo este avanço tecnológico surgem exigências em todos os setores do trabalho: hoje em dia é preciso ter liderança, versatilidade, flexibilidade, rapidez nas decisões, saber trabalhar em equipe, ter equilíbrio emocional e físico, ser comunicativo e solidário. O conhecimento das tecnologias favorece a interação do cidadão com o meio social, pois o mesmo não pode estar alheio ao novo contexto socioeconômico-tecnológico, novo ambiente comunicacional-cultural que surge com a interconexão mundial de computadores em forte expansão (MACEDO; FOLTRAN, 2007, p. 07).

Conforme destaca Macedo e Foltran (2007) o avanço tecnológico tem exigido ainda mais responsabilidade, flexibilidade, organização, espírito de liderança, e tantos outros aspectos. Tais fatos levam o gestor, por meio da Gestão Pública, tomar decisões e estabelecer objetivos, detendo-se de total autonomia e auxilio midiático. Para Prado, Neves e Ricco (2010) a tecnologia da informação apresenta ainda como objetivo "criar soluções organizacionais e vantagem competitiva na tomada de decisão" (PRADO, NEVES E RICCO, 2010, p. 01). É fundamental destacar que na Gestão Pública, a tomada de decisão é um fator essencialmente importante, principalmente quando apontado no setor da saúde pública, sendo esta uma das áreas de maior importância social.

Para Nascimento, Freire e Dias (2012) com a redução dos custos dos recursos tecnológicos, houve uma disseminação e popularização, em especial do computador, empregando assim, maior numero de pessoas habilitadas à sua operação. Este fato revela que "essa realidade tem fomentado o paradigma da informatização de tal maneira que a tecnologia

da informação tem se tornado cada vez mais necessária ao funcionamento da sociedade e da Administração Pública" (NASCIMENTO, FREIRE E DIAS, 2012, p. 175). Na Gestão Pública, especialmente na área da saúde, isso é fato, pois a tecnologia da informação tem favorecido no compartilhamento, acesso, inclusão e análise de informações.

Falar sobre a área de saúde é necessário, pois sua relevância social demonstra sua real efetivação sobre a vida de todos os indivíduos. Para Pereira (2012, p. 23) "A saúde é um direito fundamental do indivíduo. Prover ferramentas que auxiliem a tomada de decisões estratégicas para a melhor gestão hospitalar contribui para assegurar esse direito". As Tecnologias da Informação e Comunicação tem auxiliado de maneira significativa na tomada de decisões, pois considera essencialmente as informações verídicas, relativas as atividades cotidianas presentes nos setores destinadas ao serviço de saúde.

Segundo Nascimento, Freire e Dias (2012) o atendimento público de vários setores sociais, especialmente na área da saúde e principalmente nos centros urbanos estão exercendo a finalidade de ouvidorias, emissão de documentos e consultas à informações por meio de postos digitais de atendimentos. Os autores enfatizam ainda que as TIC's tem possibilitado maior oferta de serviços de modo a auxiliar na administração pública, levando os cidadãos a aproximarem-se mais das ofertas do Estado.

Todo tipo de tecnologia apresenta muito além de benefícios, riscos às pessoas, portanto, é imprescindível total cautela sobre sua utilização de sistemas de informação. Nascimento, Freire e Dias (2012) alertam que:

> Como o contexto tecnológico é muito propício à criação e circulações de informações digitais, deve-se haver um cuidadoso gerenciamento dessas informações para que sua apresentação evite omissões ou sobrecarga de informações que irão apenas distanciar o usuário do alcance de seus objetivos, podendo inclusive desestimular sua busca futura pela ferramenta (NASCIMENTO, FREIRE E DIAS, 2012, p. 177).

Principalmente se tratando de uma área tão séria como a gestão pública na área da saúde, os direcionamentos expressos por Nascimento, Freire e Dias (2012) demonstram a presença de informações cujo caráter de seu conteúdo esteja embasado em excesso ou omissão de dados. É fundamental ainda promover ações que visam inibir ou dificultar a má conduta dos hackers, indivíduos estes que atuam a fim de prejudicar diretamente o funcionamento das tecnologias e consequentemente o cidadão.

Muito além do que ser cautelosa contra a invasão de hackers, a busca por sucesso na implantação da Tecnologia da Informação e Comunicação deve ser constante. Pereira (2012, p. 28) menciona que "para o sucesso na implantação de um sistema informatizado, há a necessidade do comprometimento com o caso de todos os níveis de colaboradores, do

estratégico ao operacional". Muito além do que possuir estrutura física por meio de computadores, operadoras de internet, entre outros a mão de obra especializada é tão quão importante aos demais recursos.

Considerando os avanços quanto as TIC's no setor da saúde, pode-se destacar o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – SUS, denominado como DATASUS. De acordo com Martins (2009):

> Apesar dos avanços alcançados nos sistemas de informação em saúde nos últimos anos pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e a colaboração da Rede Inter Gerencial de Informações para Saúde (RIPSA) na padronização das informações em saúde, ainda existe um longo caminho a ser percorrido objetivando maior sistematização dos dados e informações e maior utilização e integração das bases de dados disponíveis para apoiar as ações do SUS. Hoje o país ainda não dispõe de um sistema nacional de informação em saúde eficaz, estruturado, no sentido de um sistema articulado, com base de dados que se comuniquem e com responsabilidades definidas quanto à coleta, analise e disseminação das informações (MARTINS, 2009).

Nos últimos anos houve um aumento dos canais de comunicação disposto para acesso livre. O DATASUS tem possibilitado o acesso de algumas informações livremente, enquanto outras precisam de chave de acesso. Pode-se afirmar que houve um grande avanço quando a implantação de TIC's na gestão pública na área de saúde, porém sua incorporação das unidades básicas de atendimentos, hospitais e postos de saúde ainda se limitam. Assim como enfatiza Martins (2009) o sistema de informação ainda não é totalmente eficaz, sendo urgente a reorganização, estruturação e busca por um sistema de qualidade que atenda as exigências da demanda social.

Embora haja muito que melhorar, a implantação da Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão da área de saúde, reafirma o compromisso de efetivar a legislação brasileira, que mediante a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/903, define as ações de: "planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde" (GERHARDT, 2011). Muito além, os autores Luciano e Carniello (2014) destacam que os recursos midiáticos, contribuem na ampliação e fortalecimento da comunicação governamental e os municípios, além de favorecer na redução da distância entre informação e cidadão. Ainda, de acordo com Luciano e Carniello (2014):

> Com a aprovação da Lei de Acesso à Informação, qualquer cidadão pode solicitar cópia de documentos ou informações de domínio de órgãos públicos e, também, ter acesso à gestão pública pelo acesso aos sites oficiais governamentais. Ainda que exista uma construção cultural para adaptação a esses preceitos, especialmente em relação à desconstrução do modelo burocrático da máquina pública característico do modelo brasileiro, possuir um marco legal de tal natureza é um avanço para que a comunicação governamental se

> consolide, também, como comunicação pública (LUCIANO; CARNIELLO, 2014, p. 121).

Falar em gestão pública é também, referenciar-se a uma gestão participativa. Conforme apresenta Luciano e Carniello (2014) com a implantação da Lei de Acesso à Informação todo e qualquer cidadão tem o direito de acesso à gestão pública mediante sites governamentais. No setor da saúde, muito se tem cobrado por melhorias por parte da população, porém, é imprescindível que todos participem democraticamente do processo de gestão, de modo a contribuir e compreender os fatos decorrentes das ações administrativas.

Luciano e Carniello (2014) enfatizam ainda que as ações de fiscalização, acompanhamento e conhecimento das atividades desenvolvidas pelos administradores públicos é um dos maiores atos de cidadania. A democracia digital é o maior fenômeno na qual pode-se ocorrer no meio social, de modo a levar todo individuo a indagar, propor e investigar diversos aspectos ligados à Gestão Pública na área da saúde.

Muito além de aspectos ligados a democracia digital, a conectividade tem favorecido de acordo com o documento Política Nacional de Informação e Informática em Saúde - PNIIS (2004):

> O uso das TIC nos serviços de saúde possibilita o diálogo e a intercessão de conhecimentos, metodologias e competências que, mediante seus produtos, processos e funções, contribuem na formulação das Políticas de Saúde, gestão, promoção e atenção à saúde da população, bem como no exercício da cidadania ativa, mediante a adoção de mecanismos de transparência, accountability e participação social (BRASIL, 2004).

Subsidiando as ações destacadas pelo PNIIS (BRASIL, 2004), criou-se o Governo Eletrônico (GE), na qual de acordo com Paludo (2012, p. 157) define-se como, "um instrumento para melhorar os serviços públicos e o relacionamento com a sociedade, mediante a utilização das tecnologias da informação e comunicação". É uma poderosa ferramenta que visa aproximar governo e cidadão, juntos na promoção de uma administração pública democrática.

O Governo Eletrônico de acordo com Azevedo (2015) constitui e objetiva:

> O GE constitui uma vasta quantidade de portais de comunicação acessíveis através de interface virtual eletrônica cujo objetivo principal é aproximar cidadãos e órgãos públicos, contribuindo na construção de uma sociedade justa e participativa pautada numa gestão mais transparente que proporcione combater a corrupção, otimizar os gastos públicos, reduzir custos, exercer a cidadania, opinar nas decisões de interesse coletivo, disseminar o controle social, entre outros benefícios (AZEVEDO, 2015, p. 27).

As ideias de Azevedo (2015) destaca o Governo Eletrônico como uma ferramenta que busca divulgar mediante transparência e legitimidade

informações diversas sobre a administração pública, além de otimizar e reduzir os gastos e custos empregados aos recursos financeiros público.
Embora haja inúmeros benefícios vinculados a implantação das tecnologias da informação e comunicação na administração pública, muitos desafios ainda perduram na sociedade atual. Conceição (2012) enfatiza que, embora haja numerosas instituições públicas que utilizam as TIC's como ferramenta auxiliadora no processo de registros, consultas entre outras atribuições, ainda perpetua-se a utilização do método manual, de modo a limitar o acesso a informações, além de ser um método insatisfatório e dificultoso na organização de dados.
Desta forma, quando se trata em gestão pública no setor da saúde, um dos maiores desafios apresentado por parte dos gestores é mensurar o investimento adequado em TIC's, subentendendo que a tecnologia deve ser incorporada as entidades e organizações públicas como uma ferramenta complementar, e não um substituto de mão-de-obra humana, porém de caráter extremamente útil. Trata-se de uma ferramenta importante, mas que não pode solucionar por si só os problemas das entidades públicas. Com isso, o papel dos gestores é maior compreensão e manuseio das tecnologias, seus custos-benefícios e sua implantação. (NASCIMENTO, DIAS; FREIRE, 2012).
Para Aguiar e Mendes (2016) as Tecnologias da Informação e Comunicação nos serviços de saúde são ainda maiores. Não se limitando unicamente à gestão, os autores enfatizam que em um ambiente hospitalar as TIC's contribuem para a qualidade da assistência e segurança dos cidadãos usuários, de modo que, há menor risco de erros além de favorecer na integração entre equipe de trabalho multiprofissional.
Segundo Silva (2015) as TIC'S exercem uma importante funcionalidade, de modo a agilizar e facilitar o acesso a informações, além de:

> Os Sistemas de Informações em Saúde são instrumentos importantes para construção de uma ferramenta que facilita o acesso e o compartilhamento das informações que subsidiam o gestor nos processos de tomada de decisão. Porém mais importante que implantar um ambiente com informações que permitam a tomada de decisões gerenciais, a saúde no Brasil ainda necessita "criar a cultura" de utilizá-las e, como consequência, deve-se esperar um melhor aproveitamento das informações disponíveis. (SILVA, 2015, p. 60)

Muito além do que defender a ideia de implantação das Tecnologias da Informação e Comunicação nas entidades gestoras públicas, especialmente no setor da saúde, é primordial conforme destaca Silva (2015) "criar a cultura" de utilização, manuseio e aprimoramento de serviços mediante o uso consciência das ferramentas tecnológicas. Portanto, a inserção de tecnologias deve subsidiar benefícios e somar as ações humanas, de modo

que o principal beneficiado seja o cidadão, usufruindo de um atendimento de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade em que vivencia-se a era digital, o avanço tecnológico tem fomentado a implantação das tecnologias da informação e comunicação a serviço de todos, beneficiando e desafiando gestores e toda comunidade a manusear e utilizar tais ferramentas de modo a garantir melhorias em todos os setores sociais.

A inserção de ferramentas tecnológicas nos diversos setores públicos tem garantido praticidade e agilidade na busca por informações, gerando maior aproveitamento de tempo, minimização de espaços onde destina-se ao armazenamento de arquivos impressos, além de garantir maior segurança das informações.

Na Gestão Pública no setor da saúde a Tecnologia da Informação e Comunicação têm desempenhado uma função de extrema importância auxiliando nas áreas de recursos humanos, ouvidoria, transparência de dados vinculados aos recursos públicos monetários, além de auxiliar na prestação de serviços assistencialistas, na qual são emitidos e consultados documentos de interesse pessoal ou social.

A inserção das TIC's no setor da saúde tem significativamente demonstrado qualidade no desempenho da Gestão Pública, levando gestores a desempenharem suas funções sob melhorias, praticidade, agilidade e qualidade na prestação de serviços públicos. Não se trata de uma implantação pronta e acabada, porém o primeiro passo já foi dado. O aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos precisa ser constante, visando tanto melhorias tecnológicas quanto aperfeiçoamento da mão-de-obra humana, capacitando e qualificando gestores e utilitários desses recursos.

Contudo, as Tecnologias da Informação e Comunicação inserida na Gestão Pública da Saúde tem se mostrado uma ferramenta poderosa, promovendo maior democratização da gestão, onde se prioriza a participação popular em conjunto à administração pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, F. C.; MENDES, V. L. P. S. **Comunicação organizacional e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na gestão hospitalar.** Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, n. 4, 2016.

AZEVEDO, Fábio Cunha. **Tecnologia da Informação na Gestão Pública.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó – RN, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS):** proposta versão 2.0, inclui deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília, DF, 2004.

BLANCO, E.; SILVA, B. **Tecnologia Educativa em Portugal: conceito. Origens, evolução, áreas de intervenção e investigação.** 1993. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/521. Acesso em: outubro de 2018.

BONEZZI, Carlos Alberto; PEDRAÇA, Luci Léia de Oliveira. **A nova administração pública: reflexão sobre o papel do servidor público do Estado do Paraná.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2008.

CONCEIÇÃO, V.M. et. al. **A gestão da qualidade e a sistematização da assistência de enfermagem: uma revisão sobre sistemas de informações**. **R. Enferm. Cent. O. Min**., v. 2, n. 1, p. 124-133, 2012.

CARDOSO, T. F. L. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica. IN: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). **Educação Tecnológica – Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, Maria C.; BARBOT, Maria J. **Planeta das TIC.** UFPR, 2005.

GARDE, Antônio Juan. **Gerencia e administração financeira.** Madrid: Instituto de Estudos Fiscais, 2001.

GERHARDT, T.E. et al. **Utilização de serviços de saúde de atenção básica em municípios da metade sul do Rio Grande do Sul:** análise baseada em sistemas de informação. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, supl. 1, p. 1221-1232, 2011.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

LUCIANO, Reuber da Cunha; CARNIELLO, Monica Franchi. **Tecnologia da Informação e Comunicação na Gestão Pública nos Municípios do Sudoeste Goiano.** Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, 2014.

MACEDO, T. E.; FOLTRAN, E. P. **As Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramenta de enriquecimento para a educação.** UFRJ, 2017.

MARTINS, Manoel Henrique. **Gestão Pública.** 2005. Disponível em: http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/ Acesso em: Outubro de 2018.

MARTINS, C.H.F. **Ambiente de informações para apoio à decisão dos gestores do controle do câncer de mama.** Rio de janeiro: Fiocruz, 2009.

NASCIMENTO, Stefanie Giulyane Vilela; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; DIAS, Guilherme Ataíde. **A Tecnologia da Informação e a Gestão Pública.** MPGOA, João Pessoa, v. 1, nº 1, p. 167 – 182, 2002.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Sistema de Informações Contábeis**: **Fundamentos e Análise**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista – BA. 2010.

PEREIRA, S.R. et al. **Sistemas de Informação para Gestão Hospitalar.** J. Health Inform., v. 4, n. 4, p. 170-5, 2012.

PRADO, C. N.; NEVES, S.S. RICCO, A. S. **A qualidade nos serviços prestados pela tecnologia da informação: a avaliação dos Usuários internos**. 2010.

ROCIO, Vitor. **Tecnologias da Informação e Comunicação.** 2010. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1586/1/Rocio,%20Vitor.pdf Acesso em: Novembro de 2018.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da. **Gestão Pública.** 2007. Disponível em: <http://www.rzoconsultoria.com.br/noticias>. Acesso em: Novembro de 2018.

SILVA, Luciana Bezerra. **Sistemas de informações em saúde como ferramenta para gestão do SUS.** Caderno Saúde e Desenvolvimento. Vol. 7, n. 4. Pós-graduação e Expansão (IBPEX). 2015.

A TEOLOGIA PASTORAL NA VIDA PAROQUIAL

Santos, Givaldo Dantas dos[10]

RESUMO

A Igreja, em sua ação, sempre buscou de forma diversa anunciar o Evangelho, sendo esta a ordem do Senhor Jesus. A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja entendeu que sua missão primordial é ser luz para todo o gênero. A partir dessa reflexão, a Igreja entende que sua missão é um serviço a toda a humanidade. Todas as ações da Igreja, *ad intra e ad extra*, são essencialmente ações de comunicação do Evangelho. O presente artigo aborda o tema sobre a Teologia Pastoral na Vida Paroquial. A metodologia utilizada na realização deste artigo será essencialmente por meio de referências bibliográficas, recorrendo a vários autores da Teologia, entre eles Floristán, Szentmártoni, Bruno Forte, João Batista Libânio, da Instrução sobre O presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial-Congregação para o Clero e da Instrução *Redemptionis Sacramentum*, uma vez que todos tratam do mesmo assunto. A discursão que pretendemos oferecer com este estudo visa esclarecer o significado do que seja a Teologia Pastoral. Este trabalho é de extrema importância no crescimento pastoral do pároco e pastor paroquial, porque, possibilitará há um trabalho pastoral mais fecundo e espiritual em seu múnus sacerdotal. A revisão teórica para a fundamentação desse trabalho se fará por meio da instrução sobre O Presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial da Congregação para o clero; destacando a segunda parte da instrução que aborda a Paróquia e o Pároco e da Instrução *Redemptionis Sacramentum*: Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos. Visando atingir os objetivos, este trabalho desenvolverá os seguintes assuntos: Aspectos históricos da teologia pastoral, o Concilio Vaticano II e seus desdobramentos pastorais, a teologia pastoral, princípios da ação pastoral, a paróquia e o pároco. O objetivo geral deste trabalho é de tentar oferecer uma compreensão do que seja a Teologia Pastoral Paroquial.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia. Pastoral. Pároco. Paróquia. Evangelização.

INTRODUÇÃO

[10] Sacerdote católico pertencente Arquidiocese de Brasília- DF. Pároco na Paróquia São João Evangelista-DF. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí-FAERPI.

A Igreja, em sua ação, sempre buscou de forma diversa anunciar o Evangelho, sendo esta a ordem do Senhor Jesus, pois essa é por sua vez a essência de sua missão no mundo. No Concilio Vaticano II, A Igreja entendeu que sua missão primordial é ser luz para todo o gênero humano e conseguiu dar um grande impulso para Teologia Pastoral a partir de um novo modelo eclesiológico. A partir dessa reflexão, a Igreja entende que sua missão é um serviço a toda a humanidade, onde todos os batizados são responsáveis pela missão de anunciar o Evangelho da salvação. Todas as ações da Igreja, *ad intra e ad extra*, são essencialmente ações de comunicação do Evangelho, pela Palavra ou pelo testemunho, compondo o vasto leque de reflexões teológico-pastorais da Teologia Pastoral.

O presente estudo aborda o tema sobre a Teologia Pastoral na Vida Paroquial. Uma vez que é na vida paroquial que o padre exerce a teologia pastoral. Sendo assim, a Teologia Pastoral pode ser definida como a ciência teológica da reflexão e da ação pastoral sobre o conjunto das atividades com as quais a Igreja continua e realiza o plano da salvação no mundo e na história e especificamente a comunidade paroquial.

Olhando, pois, a realidade pastoral nas paróquias somos interpelados com a seguinte questão: o que de fato se entende por teologia pastoral em nossos dias hodiernos? A discursão que pretendemos oferecer com este estudo em primeiro lugar tenta esclarecer o significado do que seja a Teologia Pastoral enquanto tal. Assim, compreendo que este trabalho é de extrema valia e importância em meu crescimento pastoral na qualidade de pároco e pastor paroquial, pois, possibilitará um trabalho pastoral mais fecundo e espiritual em meu múnus sacerdotal. Entretanto, há, pois, em nossas paróquias uma necessidade urgente onde à ação pastoral seja teológica, isto é, que toda ação pastoral seja realmente uma teologia pastoral e não uma pastoral numeral ou uma ação meramente social. Sendo a Teologia Pastoral o modo como a Igreja continua a ação salvadora de Cristo no tempo e na história, se faz urgente uma reflexão em relação aos pastores de alma quanto a sua pastoral paroquial. A Teologia Pastoral é um campo relativamente novo no âmbito da teologia católica. A reflexão teológico-pastoral comtempla um vasto campo de ações *ad intra e ad extra* no intuito de contribuir na edificação da Igreja e ajudá-la a ser presença significativa na sociedade. Isso ela consegue somente se tiver a perspicácia de reconhecer os apelos próprios da sociedade moderna/pós-moderna. Algumas atividades são ações de pastoral organizada, outras, de participação dos agentes pastorais em projetos e ações da sociedade em campos que se alinham aos propósitos das comunidades ou reconhecidamente relevantes para a sua missão. Muitas das ações eclesiais implicam aspectos legais, outras ainda se propõem a oferecer formação especifica para atuação efetiva e coerentes no mundo da política, da economia e de outros setores da sociedade relevantes para a promoção e garantia do bem comum.

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

O objetivo geral deste trabalho é de tentar oferecer uma verdadeira compreensão do que seja de fato uma Teologia Pastoral Paroquial a partir da ação do Espirito Santo que assiste e acompanha a Igreja em sua ação salvadora. A importância deste trabalho se destina e visa conscientizar a todos aqueles que de um modo ou de outro age como um agente pastoral paroquial, uma vez que para fazer pastoral não bastará apenas ter competência dos conceitos teológicos, mas será necessária, também, a análise da conjuntiva eclesial, das perspectivas latino-americanos e do Caribe, desde Medellín (1968) até Aparecida (2008). Este trabalho pretende-se ainda reservar particular e afetuosa atenção aos presbíteros que desempenham o precioso oficio de pároco.

A metodologia utilizada na realização deste artigo será essencialmente por meio de referências bibliográficas, recorrendo a vários autores da Teologia, entre eles Floristán, Szentmártoni, Bruno Forte, João Batista Libânio, da Instrução sobre O presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial- Congregação para o Clero e da Instrução *Redemptionis Sacramentum*, uma vez que todos tratam do mesmo assunto.

A revisão teórica para a fundamentação desse trabalho se fará por meio da instrução sobre O Presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial da Congregação para o clero; destacando a segunda parte da instrução que aborda a Paróquia e o Pároco e da Instrução *Redemptionis Sacramentum*: Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos. Visando atingir os objetivos, este trabalho desenvolverá os seguintes assuntos: Aspectos históricos da teologia pastoral, o Concilio Vaticano II e seus desdobramentos pastorais, a teologia pastoral, princípios da ação pastoral, a paróquia e o pároco.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA TEOLOGIA PASTORAL

Desde suas origens, a Igreja entendeu que sua principal missão era o anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo, conforme o relato evangélico: "Ide por todo mundo e pregai o Evangelho a toda criatura" (cf.Mc 16, 15). Essa missão foi desenvolvida desde os primórdios do cristianismo e podemos dizer que ela é exercida em comunidades, podendo assim denominá-la como ações eclesiais que, segundo Floristán são: "as formas de agir da Igreja. Tradicionalmente são derivadas das funções messiânicas de Jesus, isto é, profética, sacerdotal e régia, ou dos três poderes da Igreja, a saber: do ensino, da santificação e do governo" (FLORISTÁN, 1990, p. 20). Em uma concepção muito parecida com das ações eclesiais, Bruno Forte se refere às ações pastorais como as ações da Igreja e dos cristãos a partir da práxis de Jesus, que voltou para a implantação do Reino de Deus na sociedade: "Essa ação possui sempre dois aspectos no seu desenrolar, o primeiro seria *ad intra*, que busca, como o próprio nome supõe, uma ação voltada para a construção da comunidade cristã, e a segunda dimensão *ad extra*, sendo assim, uma ação voltada para a libertação da sociedade" (FORTE, 2005, p. 11).

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

Depois de Pentecostes (cf. At 2, 1-4), os Apóstolos começaram a anunciar a boa nova do Evangelho com o anúncio convicto da ressurreição do Senhor, sendo estes os primeiros atos pastorais. A Igreja, enquanto instituição divina e humana é também fator cultural. Consequentemente, a ação pastoral, ainda que permeada pela graça e sob o dinamismo do Espirito Santo não deixa de ser ação também humana sujeita às contingências de qualquer ação e tempo. Na tentativa de apresentar o desenvolvimento histórico da ação eclesial, não podemos deixar de mencionar como a ação eclesial foi entendida já pelos primeiros cristãos segundo Libânio "Para eles, a Igreja, sendo Apostólica, era ao mesmo tempo Uma, pois Deus é Um apenas e a unidade da Igreja seria ícone da unicidade divina" (LIBÂNIO, 2005, p. 9).

A Igreja é, no entanto, entendida como uma realidade escatológica vivendo a tensão entre o já e o ainda não, estando no mundo, sendo uma comunidade de convertidos, ou seja, daqueles que abraçavam a fé pelo batismo, na compreensão paulina, como um morrer e ressuscitar para uma nova vida (cf. Rm 6, 3-14), e agora buscam viver na prática do amor a Deus e aos irmãos (cf. 1Jo 4, 8-20). Na Idade Antiga entre os séculos II e meados do século VI, o modelo de ação eclesial é baseado em três ações que norteiam a vida dos primeiros cristãos que são: a *Martyrian*[11], o *Kerigma*[12], e a *Didaskalia*[13], porém, toda prática cristã está centrada no culto, com orações em comunidades e nas celebrações Eucarísticas, sendo junto com o batismo, a mais importante prática da Igreja antiga que se perpetua até os dias atuais. Se antes desse período o pensamento na ação dos *protocristãos*[14] não era um pensamento histórico, mas viviam na tensão da *parúsia*[15] imediata, agora o cristianismo é um fator histórico e consolidado afirmava STOCKMEIR: "É nesse período que a consciência histórica começa a ser desenvolvida na prática cristã, isso gerou uma preocupação mais acentuada com a consolidação da Igreja, a hierarquia e a constituição de normas e contribuiu para a união Igreja-Estado no século VI" (STOCKMEIR, 2006, p.43).

A doutrina eclesiástica está sendo também definida e classificada, e nisso o movimento das heresias contribuiu, pois, na busca de salvar a sã doutrina das heresias, os cristãos buscam, além dos escritos sagrados, também na filosofia, fundamentos para clarificar o entendimento da doutrina cristã.

Assim, os primeiros cristãos viviam em uma sociedade pagã, mas com muita seriedade e caridade, como descreveu Teófilo no século IV: "A continência é praticada, a monogamia observada, a castidade guardada, a

[11] *Martyrian* é uma palavra de origem grega, que significa testemunho ou testemunhar. É um cristão que sofre perseguição e morte por defender a fé em Cristo e na Igreja.

[12] *Kerigma* é uma palavra de origem grega, que significa proclamação ou anúncio. É o mensageiro, o que traz a boa notícia.

[13] *Didaskalia* palavra de origem grega que significa ato de ensinar. Ensino.

[14] Se refere aos primeiros cristãos. Período dos primórdios do Cristianismo.

[15] Se refere a segunda vinda de Cristo no fim dos tempos.

injustiça eliminada, o pecado erradicado, a justiça praticada, a lei respeitada, a piedade é atestada pela ação, Deus é louvado, e a verdade é estimada como supremo bem" (BRIGHENTI, 2006, p.25).

Pelo fim da antiguidade, a Igreja, que lança raízes em outras culturas, apresentava diferenças em sua prática. A Igreja apresentava-se ainda mais plural diante da interferência de outras culturas, como por exemplo, o distanciamento da prática ocidental e oriental e com essas peculiaridades a Igreja se lança na Idade Média. Se antes ela tinha conquistado aos poucos a sua cidadania, agora ela mesma cria essa cidadania do seguinte modo:

> "Agora a ação eclesial é regida pelo império, o geográfico e as concepções agostinianas de Civitatis Dei, que deram suporte para que as duas dimensões da ação eclesial, *ad intra* e *ad extra*, fossem reformuladas, configurando um modelo de cristandade medieval, no qual a Igreja recebia intervenções internas do Estado e ao mesmo tempo servia de suporte ideológico para o mundo" (STOCKMEIER, 2006, p.123).

A ação eclesial nesse período era desenvolvida sobre tudo em paróquias, porém, eram comuns a fundação e a construção de conventos e mosteiros. Esses lugares se apresentavam como principais agentes da ação pastoral: o clero, os religiosos e também os missionários. Neste contexto, a ação dos leigos ficou mais restrita a ouvir as pregações, participar dos cultos, receber os sacramentos e praticar as devoções populares, como por exemplo: " Peregrinações, devoção à paixão do Senhor, adoração ao Santíssimo Sacramento, culto mariano e a veneração dos santos e suas relíquias. Não podemos deixar de mencionar que todos eram exortados à pratica da caridade" (CAHALAN, 2010, p.99). Diante do protestantismo em formação e da modernidade, a Igreja é lançada para a Idade Moderna, e nesse período dos concílios vão desenvolver a ação eclesial, são eles: o Concilio de Trento e o Concilio Vaticano I, ajudando a favorecer certo retorno à escolástica, porém, a uma escolástica reformada.

A ação da Igreja nesse período, orientada por concepções eclesiológicas, vai novamente afirmar o valor do sacramento e da devoção popular, porém, agora de uma forma evoluída como por exemplo: em relação à Eucaristia, desdobra-se a devoção do Sagrado Coração de Jesus e de Cristo rei e a devoção à Virgem Maria desenvolve-se consideravelmente. Apesar de a ação eclesial, nesse contexto, ser quase uma repetição da ação eclesial durante a Idade Média, aqui inicia uma vontade de renovação. Essa vontade se concentrava em pequenos círculos sociais de leigos cultos, proporcionando muitas conversões para uma fé consciente. Surge, assim, leigos participando da imprensa e do ensino, enfim, inicia-se uma autentica e forte participação dos leigos católicos, originando até um movimento bíblico católico e litúrgico, que ajudou o desenvolvimento da consciência laica no Concilio Vaticano II.

NASCIMENTO DA TEOLOGIA PASTORAL

A Teologia Pastoral como disciplina teológica nasceu nos países da Língua alemã; Áustria, Suíça. Alemanha foram aqueles que melhor desenvolveram esta disciplina. O vocábulo "teologia pastoral" foi utilizado em primeiro lugar por São Pedro Canísio. O primeiro livro que se escreveu sobre teologia pastoral foi o "Encheieidion Theologiae Pastoraliz", escrito pelo bispo auxiliar de Tréveris (Alemanha), Pedro Binsfel, no ano 1591, segundo o espirito do Concilio Tridentino. Como nova disciplina, a teologia pastoral nasceu em 3 de outubro de 1774 por um decreto real da Imperatriz Maria Terza da Áustria, depois de duas tentativas de reforma dos estudos eclesiásticos feitos em 1752 e 1772. De todos os planos de estudo propostos, se aceitou em 1774 o plano do Abade Benetitino Stephan Rautenstrauch. A teologia Pastoral como ciência teológica autônoma teve início no eixo Alemanha-Áustria. O contexto do seu nascimento foi dentro do febronianismo, a partir do decreto da Imperatriz Maria Tereza de Áustria, em 1774, que confiara ao Beneditino Rautenstrauch a reforma dos estudos teológicos. Em seu projeto para uma melhor ordenação das escolas teológicas, ele define a teologia Pastoral como: "O ensino sistemático dos deveres do ministério pastoral que era um pressuposto para alguém ser cura de almas" (SZENTMÁRTONI, 1992, p.85).

NATUREZA DA TEOLOGIA PASTORAL

A Teologia Pastoral é a Ciência teológica que analisa a situação concreta na qual a Igreja se edifica mediante suas ações próprias. Segundo Aluízio: "A teologia pastoral está subordinada a dois fatores, no qual a Igreja serve como mediadora: Deus e a sua revelação e o homem na sua situação concreta" (LORSCHEITER, 2005, p.27). Libânio considera a teologia pastoral do seguinte modo: "A reflexão sistemática sobre as diferentes mediações que a Igreja realiza para a edificação do Corpo de Cristo" (LIBÂNIO, 2005, p.10). Posteriormente ele vai definir a teologia pastoral como a: "Ciência teológica da ação eclesial" (LIBÂNIO, 2005, p. 19). As ações pastorais pressupõem um conhecimento bíblico, histórico e dogmático da Igreja. É necessário conhecer a atividade da Igreja em seu ministério profético, evangelizador, catequético, litúrgico, sacramental e o ministério da caridade. O objeto instrumental da teologia pastoral é a Igreja inteira: a responsabilidade do trabalho pastoral recai sobre todos os membros do povo de Deus por meio dos ministérios fundamentais: a instituição hierárquica e a instituição batismal.

O CONCÍLIO VATICANO II E SEUS DESDOBRAMENTOS PASTORAIS

Até o Concílio Vaticano II, podemos falar de uma ação eclesial, mas não propriamente de um pensamento sistematizado sobre a teologia pastoral. Entretanto, o marco e a referência da Teologia Pastoral, no âmbito católico, é a obra Handbuch der Pastoraltheologie (Manual da Teologia Pastoral, 1964-1972), composta de cinco tomos, que tem como autores: Karl Rahner, Franz Xaver Arnold, Ferdinand Klostermann, Viktor Schurr, Leonhard M. Weber. Uma obra que vislumbra a nova Igreja em perpectiva na época. De especial relevância, nesse contexto, foi o livro de Karl Rahner

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

Selbstvollzug der Kirche (Autorrealização da Igreja, 1972), no qual o autor apresenta o fundamento eclesiológico para a Teologia Pastoral. Rahner não faz referências a documentos específicos do Concílio Vaticano II uma vez que, segundo ele, esses já estariam suficientemente contemplados. Nessa obra, ele também reconhece a importância do desenvolvimento da teologia Prática na Igreja luterana para a atual reflexão teológico-pastoral na Igreja Católica. Depois dessa relevante obra dos autores alemães, surgiram outros expoentes da área como Casiano Floristán, Mário Midali, Kathleen A. Cahalan, João Batista Libânio, entre tantos outros. Todo tem como referência a eclesiologia do Concílio Vaticano II e suas implicações na ação eclesial e reconhecem o Manual de Teologia Pastoral como marco e principal obra no desenvolvimento da Teologia Pastoral no âmbito da Igreja Católica. Autores católicos, especialmente em países europeus e EUA, adotam a terminologia Teologia Prática no intuito de facilitar o diálogo entre as diferentes Igrejas cristãs e ao mesmo tempo afirmar a ação eclesial como ação de todos os batizados tendo como horizonte de ação todas as realidades. Grande defensora dessa nomenclatura é a Dra. Kathleen Cahalan. Documentos oficiais e alguns outros teólogos preferem a dupla terminologia: "Teologia Pastoral ou Prática" (LIBÂNIO, 2005, p.22). Em respeito ao desenvolvimento nos diferentes contextos e regiões. O Concílio Ecumênico Vaticano II, com razão, pode ser definido como um concilio pastoral-eclesiológico, conforme defendeu entre outros Dom Aloisio Lorscheiter. Portanto, o Concilio Vaticano II deu um grande impulso para a Teologia Pastoral na medida em que afirmou um novo modelo eclesiológico: a Igreja povo de Deus.

OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO NA IGREJA

Fundamentalmente, os "fins pastorais" que o Vaticano II se impôs na sua missão são estes: a "renovação interna da Igreja", a "difusão do Evangelho pelo mundo inteiro" e o "diálogo com o mundo atual". Os movimentos de renovação se caracterizam principalmente pelo retorno às fontes; é o movimento bíblico, que se centra na palavra de Deus; o litúrgico, que fomenta a celebração do culto cristão, cuja essência é aquela mesma palavra; o eclesiológico, que descobre a natureza e missão da Igreja, comunidade da palavra e do culto em serviço da caridade da palavra e do culto em serviço da caridade; e o ecumênico, que tenta restaurar a unidade de todos os cristãos. Todos estes movimentos mostram uma preocupação fundamental: a conjunção entre cristianismo e mundo, entre revelação cristã e situação humana, por este motivo são todos eles de caráter pastoral. Uma vez que a Igreja é a realização histórica da verdade e do amor de Deus em Cristo por meio da comunidade cristã, a ação caritativa é essencial na edificação do Corpo de Cristo. Por isso, a mensagem cristã transmitida pelo ministério profético da palavra é, na realidade, uma mensagem de amor e de misericórdia. É tradicional na Igreja a afirmação segundo a qual o significado último da Eucaristia é a unidade e a caridade:

> "A celebração da missa, como ação de Cristo e da Igreja, é o centro de toda a vida cristã para a qual a Igreja tanto universal quanto particular, e para cada um dos fiéis, interessado a cada um dos membros de maneira diversas, segundo a variedade das ordens, das funções e da participação efetiva. Desse modo, o povo cristão, gente escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo que Deus conquistou, manifesta a própria coerente e hierárquica ordem" (REDEMPTIONIS, 2005, p.27).

A liturgia é uma das funções de base da Igreja e está orientada para Cristo e sua permanente realidade na Igreja. A pastoral litúrgica traçada pelo Vaticano II é caracterizada por algumas passagens fundamentais: das rubricas ao conteúdo, de um texto imutável a um texto sujeito a revisões, de uma uniformidade absoluta a uma certa diversidade, de uma liturgia complicada a uma celebração mais simples, de uma língua única às línguas comuns, de um uso limitado da Bíblia a um uso muito mais amplo e de uma presença passiva a uma participação plena, consciente e ativa do povo.

A TEOLOGIA PASTORAL

A Teologia Pastoral (Teologia Prática), como disciplina afirmava Libânio: "não conseguiu muita clareza quanto ao seu objeto. Ora tratava de determinadas práticas pastorais, ora convertia-se em um resumo de toda a teologia, sobretudo da eclesiologia, com um toque pastoral, ora se subdividia em inúmeras disciplinas auxiliares" (LIBÂNIO, 2005, p. 10). Se, de um lado, a práxis da Igreja se tornou mais complexa, de outro, procurou-se uma definição mais precisa para a Teologia Pastoral de forma a não se perder o foco e a razão de ser da própria reflexão científica sobre a prática. A Teologia Pastoral, na opinião de Libânio, é: "conjunto de disciplinas teológicas que buscam avaliação crítica, fundamentação teórica e planejamento da prática cristã, como uma disciplina temática especial" (LIBÂNIO, 2005, p.19).

Para fazer pastoral não bastará apenas ter competências dos conceitos teológicos, mas será necessária, também, a análise de conjuntiva eclesial, das perspectivas latino-americanos e do Caribe, desde Medellín (1968) até Aparecida (2008). Também se faz necessário dar atenção aos documentos pastorais emitidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e, por fim, é essencial conhecer um pouco do planejamento pastoral, percebendo os seus fundamentos bíblicos-pedagógicos, as diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja do Brasil, os planejamentos diocesanos e paroquiais, bem como a própria gestão do planejamento pastoral.

Pastoral é um serviço realizado na Igreja e pela Igreja, que procura assemelhar-se ao Cristo Bom Pastor (Jo 10,21). Pastoral é o exercício da função de Cristo Pastor, que conduz seu povo, e, portanto, toda pastoral deve inspirar-se em Cristo Bom Pastor, tendo como referência o cuidado, o amor, a dedicação prestada a alguém ou a uma atividade na Igreja. Assim, entende-se por "pastoral" "a ação teórica e prática que procura colocar em

operação a relação entre a verdade mesma e a verdade articulada em meio à relatividade da vida humana e da história" (FOWLER, 1992, p. 15).
A pastoral é sempre um trabalho em equipe e nunca um trabalho individual, bem como não pode ficar restrita apenas a esse grupo, pois ela é chamada a testemunhar seus princípios com as demais equipes pastorais da Igreja. Foi devido, principalmente, à exortação *Evangelii Nuntiandi* (EN), fruto do trabalho do Sínodo dos Bispos de 1974, aprovado pelo Papa Paulo VI, que a mudança de paradigma aconteceu na Igreja, porque evangelizar tornou-se "sem dúvida alguma um serviço prestado à comunidade dos cristãos, como Boa Nova que impressiona "profundamente a consciência dos homens", que "transforma verdadeiramente o homem desde nosso século" e que faz que "a sua potência seja eficaz" (EN n. 1). Para a *Evangelii Nuntiandi,* a evangelização dirige-se à Igreja toda, inclusive aos já batizados e aos clérigos, e não se limita apenas a anunciar o evangelho aos não batizados. Fazendo eco a esse documento pontifício, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 1987, p. 27).

NA AÇÃO PASTORAL INTRAECLESIAL

A Igreja sempre desenvolveu de algum modo à ação pastoral, tendo como objetivo comunicar o Evangelho. Atualmente a Igreja não pode ser diferente, continua sua ação buscando levar a todos o conhecimento do Evangelho de Cristo, pois, como afirmou o papa João Paulo II, "a ação pastoral se destina por sua natureza a animar a Igreja que é essencialmente mistério, comunhão e missão" (JOÃO PAULO II, 1992, n. 57). Entende hoje que sua prática seja refletida e planejada em vista da sua missão. Ao referir-se à formação dos sacerdotes, ele explica:

> "Exige-se, portanto, o estudo de uma verdadeira e autêntica disciplina teológica: a teologia pastoral ou prática, que é uma reflexão científica sobre a Igreja no seu edificar-se quotidiano, com a força do Espírito, dentro da história; sobre a Igreja, portanto, como sacramento universal da salvação, como sinal e instrumento vivo da salvação de Jesus Cristo na Palavra, nos Sacramentos e no serviço da Caridade. A pastoral não é apenas uma arte nem um complexo de exortações, de experiências ou de métodos; possui uma plena dignidade teológica, porque recebe da fé os princípios e critérios de ação pastoral da Igreja na história, de uma Igreja que se "gera" em cada dia a si mesma" (JOÃO PAULO II, 1992, n. 57).

Hoje a Igreja continua com um grande desafio: transformar as paróquias em verdadeiras comunidades, onde todos os batizados são responsáveis. O protagonismo dos leigos acontece efetivamente na igreja local, por isso os párocos, além de possuírem uma autêntica sensibilidade de pastor, precisam estar prontos, diz o Concílio, a escutar o parecer dos leigos, considerando com interesse fraterno as suas aspirações e aproveitando a sua experiência e competência nos diversos campos da atividade humana, de modo a poder juntamente com eles reconhecer os sinais dos tempos.

Dessa maneira podemos ressaltar, entre outros, como engajamento comum na edificação da igreja: a catequese, a liturgia, a missão.

NA CATEQUESE

Seja para crianças, jovens ou adultos a Teologia Pastoral, tem por finalidade ensinar a doutrina cristã de uma maneira orgânica e sistemática, iniciando-os assim à plenitude da vida cristã. Está anda ligada com toda a vida da Igreja, participando assim das duas dinâmicas próprias da ação eclesial *ad intra* e *ad extra.* Seu conteúdo parte da comunicação do Evangelho para suscitar a fé, ao mesmo tempo em que busca razões para crer e proporcionar assim a experiência da vida cristã com a celebração dos sacramentos, integração na comunidade eclesial e um testemunho missionário. Para que as comunidades sejam renovadas, a catequese deve ser uma prioridade. A catequese, como iniciação à vida cristã, ainda é desconhecida em muitas comunidades. Assim, pois, trata-se de pensar a catequese como instrução a adotar a metodologia catecumenal, conforme a orientação do Ritual da iniciação cristã de adultos e do Diretório Nacional de Catequese. Isso implica em rever os processos de catequese das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos. É, pois, indispensável seguir as etapas do Rica[16].

Precisamos então, empreender uma reflexão sobre a identidade e as tarefas da Catequese hoje, partindo da observação atenta da situação concreta, para não ficarmos distantes dos problemas e dos desafios que são lançados constantemente. Em outras palavras, ao percebermos as sombras, podemos lançar luzes, desenhando um futuro para a Catequese, e não correndo o risco de falar uma linguagem incompreensível daquela que nossos catequizandos usam no dia a dia. Com o vaticano II, a história da Catequese ficou marcada com o fim do período dos catecismos e da memorização para a transmissão cristã, que tanto impulsionou a educação da fé desde as determinações do Concilio de Trento. A Catequese foi reduzida à sua fonte inicial, que é a palavra de Deus, da qual parte toda educação da fé, toda atitude existencial e global do ser humano, posicionando-se dentro do projeto trinitário de uma Igreja em comunhão e participação.

NA LITURGIA

A Igreja celebra principalmente o mistério pascal pelo qual Cristo realizou a obra da nossa salvação. É esse mistério de Cristo que a Igreja anuncia e celebra em sua liturgia, a fim de que os fiéis vivam e deem testemunho dele no mundo exprimindo e manifestando aos outros o mistério de Cristo e da salvação. Com a celebração litúrgica a Igreja não esgota como sabemos toda a sua ação. Essa, além de ser o ápice para o qual tende a ação da Igreja, precisa ser precedida, ou ainda, "completada", se é que podemos afirmar isso, pela evangelização, ou seja, pelo testemunho diário, uma vez que todos são chamados a anunciar o Cristo ressuscitado aos

[16] Ritual da Iniciação Cristã de Adultos.

irmãos. O ser missionário é inerente à adesão a Cristo. O Papa Francisco exorta aos cristãos: "A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa ocorrer pelo mundo sem direção nem sentindo" (FRANCISCO, 2013, n. 46). Portanto o caráter missionário implica ir ao encontro do outro, comunicando o Evangelho, em primeiro lugar, pelo testemunho e celebrando os Sacramentos, entre eles a Eucaristia. Assim, pois, os sacerdotes deve ainda ter o devido cuidado com a Santíssima Eucaristia do seguinte modo:

> "Cuide o pároco para que a Santíssima Eucaristia seja o centro da comunidade paroquial dos fiéis, empenhe-se para que os fiéis se alimentem com a devota celebração dos sacramentos e, de modo especial, que se aproximem frequentemente do Sacramento da Santíssima Eucaristia e da penitencia. Esforce-se também para que sejam levados a fazer oração em família, e participem consciente e ativamente da Sagrada liturgia. Sob a autoridade do bispo diocesano, o pároco deve dirigir a liturgia em sua paroquia e é obrigado a cuidar para que nela não se introduza abusos" (REDEMPTIONIS, 2005, p.24).

A Liturgia é a vida da Igreja. Ela nos faz experimentar e vivenciar o amor de Deus Pai, revelado por Jesus Cristo, alimentado pela ação do Espírito Santo e cultivado na comunidade eclesial. Na Liturgia vemos e encontramos Jesus Cristo. Celebramos a sua morte e ressurreição e nela mergulhamos sempre mais no mistério de Cristo. O Vaticano II, ensinou que a liturgia é o culto público integral, exercício pelo Corpo Místico de Jesus Cristo, ou seja, pela cabeça e por seus membros, na qual os sinais sensíveis significam e, cada um a seu modo, realizam a santificação do homem.

PRINCÍPIOS DA AÇÃO PASTORAL

Em sua obra Introdução à Teologia Pastoral Szentmórtoni afirma que uma das ocupações da pastoral fundamental é estabelecer critérios para avaliar a ação pastoral. A este processo ele denomina criteriologia. São quatro critérios, identificados pelo autor como princípios, a saber: "Teocêntrico, Cristocêntrico, pneumatológico e eclesiológico" (SZENTMÁRTONI, 1992, p.19-20). Estes princípios precisam ser considerados em todo empreendimento pastoral. Seja na ação do pastor em si, seja na ação da Igreja como comunidade pastoral. Segue, pois abaixo uma reflexão em torno de cada princípio.

PRINCÍPIO TEOCÊNTRICO[17]

O primeiro pressuposto de qualquer ação pastoral consiste em saber que lugar ocupa Deus na ação pastoral. A religião cristã não consiste radicalmente numa elevação do homem a Deus, mas sim em uma descida de Deus ao homem. É, então, fundamental o conceito de Deus em todo pensamento e obra pastoral. O Deus de Jesus Cristo é um Deus libertador

[17] É um termo usado na filosofia medieval para definir Deus como começo, meio e fim, sendo Deus o centro de tudo. Tudo se explicava pela ação divina.

dos homens, Pai de todos, que dá a vida e conduz o seu povo, como pastor, para a plenitude.

PRINCÍPIO CRISTROCÊNTRICO[18]

Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, são o protótipo de toda mediação cristã. Isto exige que toda ação pastoral, por ser cristã, seja teândrica (divino-humana). Na ação pastoral se deve dar uma simbiose (associação) entre a participação de Deus e a do homem, cujo modelo está em Jesus Cristo. Em Jesus Cristo se identificam sua pessoa e sua obra. Seu ser pessoal, que aparece na encarnação, está em função do seu agir pascal, que se manifesta na sua morte e ressurreição. O princípio cristocêntrico nos mostra a perfeita colaboração teândrica entre o agir de Deus e o agir do homem. A ação da Igreja deverá contemplar-se sempre à luz da ação pascal de Cristo.

PRINCÍPIO PNEUMATÓLOGICO[19]

A ação pascal do Senhor é comunicada pelo Espírito. O Espírito de Deus é o fundamento do novo povo. O povo de Deus, encabeçado pelo corpo apostólico e o Espírito, constituem os dois agentes da obra de Cristo na história. Embora estejam unidos, o Espírito conserva sua autonomia ou liberdade dentro da vida da Igreja. O Espírito difunde o evangelho entre os povos através da pregação e santifica os cristãos, o Espírito Santo guia a Igreja à verdade.

PRINCÍPIO ECLESIOLÓGICO[20]

A comunidade cristã primitiva se reconheceu como *ecclesia*[10] ou povo de Deus em analogia com a sinagoga judaica. Assim como Israel só reconheceu como "povo de Deus", a comunidade cristã se reconhece como "corpo de Cristo" e "templo do Espírito Santo". A Igreja é o povo que vive do corpo de Cristo e que na celebração eucarística se faz corpo de Cristo. O princípio de unidade da Igreja é a fé, a sua existência reside na sua entrega, em correspondência com o ato de entrega de Cristo. O centro da Igreja é o Cristo Pascal. Deus se dá ao homem através de Cristo na Igreja, em unidade com o Espírito Santo. A Igreja é mediadora, porque é instrumento de salvação.

PRINCÍPIO HISTÓRICO-SALVÍCO[21]

[18] A base deste princípio é o fato que Cristo é a pessoa central da Bíblia. Toda a palavra escrita gira em torno Dele, que é a Palavra Viva. Sua pessoa e obra são o tema da revelação escrita de Deus, na roda da revelação divina, Ele é o eixo central e todas as verdades são como raios que se relacionam com Ele, que é a Verdade.

[19] Pneumonia é uma palavra em grego antigo que significa "respiração" que, num contexto religioso, significa "espírito" ou "alma.

[20] Ecclesia é uma palavra grega, que quer dizer "igreja", atualmente, mas que significou, originalmente, "curral" ou "abrigo de ovelhas". Trata-se de uma palavra muito difundida no Cristianismo, em que os fiéis são chamados de "ovelhas", que são cuidados pelos "pastores". O conjunto dos cristãos que se reúnem regularmente em uma igreja.

[21] Significa que a história é necessária para realizar a salvação, e isso exige que a Igreja não se desinteresse pela história e pelos acontecimentos humanos, pois o nível-evangélico é de grande interesse em sua obra de cristianização, mas também uma fonte de desenvolvimento teológico. A

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

Alguns exegetas, afirmam que entre história de salvação e história profana há uma analogia, ambas são paralelas e seus acontecimentos formam parte da história total, quer dizer, se tocam. Hoje existe a tendência de considerar a história de uma maneira global. Os "sinais dos tempos" não são unicamente um fato sociológico. Esses critérios inspiram a ação pastoral que pode se definir em alguns imperativos.

A PARÓQUIA E O PÁROCO

O Concílio Vaticano II não tem um documento ou uma parte específica sobre a paróquia, contudo, apresenta uma chave de leitura muito importante: a Igreja Particular (Diocese). A Igreja, que prolonga a missão de Jesus, há de ser compreendida primeiramente como comunhão, pois sua raiz última é o mistério insondável do Pai que, por Cristo e no Espírito (experiência comunitária a partir da comunidade perfeita do amor, a Trindade), quer que todos os homens e todas as mulheres participam de sua vida de infinita e eterna comunhão, na liberdade e no amor, vivendo como filhos e filhas, irmãos e irmãs. A Igreja tem sua origem na Santíssima Trindade. Na história ela se espelha na comunhão trinitária, e seu destino é a comunhão definitiva com o Deus Uno e Trino. Para realizar sua missão, no mundo, a Igreja precisa de uma constituição estável, que há de ter por base a "comunhão", característica necessária a todas as formas de organização da vida eclesial. É urgente a renovação das estruturas paroquiais para que sejam redes de comunidades capazes de propiciar aos seus membros uma real experiência de comunhão com Cristo.

A PARÓQUIA E O MÚNUS DE PÁROCO

Os traços eclesiológicos mais significados da noção teológico-canônica de paróquia são pensados pelo Concílio Vaticano II à luz da Tradição e da doutrina católica da eclesiologia de comunhão, traduzidos depois em leis pelo Código de Direito Canônico. Foram desenvolvidos sob diversos pontos de vista no magistério pontifício pós-conciliar, quer de maneira explícita quer implícita, sempre no âmbito do aprofundamento sobre o sacerdócio ordenado. Portanto, é útil resumir as principais características da doutrina teológica e canônica sobre a matéria, principalmente em vista de uma resposta aos desafios pastorais que se apresentam neste início do Terceiro milênio ao ministério paroquial dos presbíteros que: "A paróquia é uma *comunitas christifidelium* concreta, constituída estavelmente no âmbito de uma Igreja particular, cujo cuidado pastoral é confiado a um pároco, como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano" (O presbítero, 2003, p.50). Toda a vida da paróquia assim como o significado das suas tarefas apostólicas ante a sociedade devem ser entendidos e vividos com sentido de comunhão orgânica entre sacerdócio comum e sacerdócio

história savífica devemos relacioná-la com a história atual. A história é necessária para realizar a salvação.

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

ministerial, de colaboração fraterna e dinâmica entre pastores e fiéis no mais absoluto respeito dos direitos, dos deveres e das funções de uns e dos outros, onde cada um tem competências e responsabilidades próprias. O pároco "em íntima comunhão com o Bispo e com os fiéis, evitará introduzir no seu ministério pastoral, seja formas de autoritarismo extemporâneo, seja modalidades de gestão inspiradas ao democratismo, ambas estranhas à realidade mais profunda do ministério" (O presbítero, 2003. p. 63).
A paróquia é uma comunidade de fiéis, constituída de uma maneira estável na Igreja particular e seu cuidado pastoral é confiada ao pároco como o seu pastor próprio, sob a autoridade do bispo diocesano. A paróquia é o lugar onde os fiéis são pela celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo cristão na expressão ordinária da vida litúrgica. Reúne-se nessa celebração, ensina a doutrina salvífica de Cristo, a pratica da caridade do Senhor, as obras boas e a fraternidade.
O pároco é o pastor próprio da paróquia a ele confiada; exerce o cuidado pastoral da comunidade que foi entregue, sob a autoridade do bispo diocesano, em cujo ministério de Cristo é chamado a participar, a fim de exercer em favor dessa comunidade o múnus de ensinar, santificar e governar com a coordenação também de outros presbíteros ou diáconos e com a colaboração dos fiéis leigos, de acordo com o direito. Por outro lado, se afirma:

> "O pároco deve colaborar com o Bispo e com os outros presbíteros da diocese que os fiéis, participando da comunidade paroquial, se sintam também membros da diocese e da Igreja universal. Cada paróquia está fundada sobre uma teológica, pois ela é uma comunidade eucarística" (O presbítero, 2003, p. 61).

A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas para que seja uma rede de comunidades e grupos capazes de se articular, conseguindo que os participantes se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus em comunhão. A comunidade paroquial não pode ser uma superestrutura formal e vazia, mas um todo orgânico que envolve os diversos aspectos da vida. Por isso, independente das inúmeras dificuldades, é urgente que a paróquia se torne, cada vez mais, comunidade de comunidades vivas e dinâmicas de discípulos missionários de Jesus Cristo. A paróquia como casa – Atualmente, há falta de pertença e até de deserto espiritual que reclama uma casa de acolhida em meio às dificuldades. A paróquia pode e deve ser essa casa, local onde se ouve a convocação feita por Deus, em Cristo, para que todos sejam um e vivam com irmãos, a grande família de Deus, a família dos que "ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática" (Lc 8,21). Paróquia compreendida como casa significa a comunidade- igreja, construída por pedras vivas (cf. 1Pd 2,5), e serve de inspiração para viver a unidade cristã. Casa da Palavra – A paróquia é a casa da Palavra (cf. Jo 1,14). Como 'casa da Palavra', deve-se, antes de tudo, dar atenção à Liturgia Sagrada. – Casa do Pão – A Igreja se nutre com o pão do corpo de Cristo.

A Eucaristia é fonte inesgotável da vocação cristã e do seu impulso missionário. A partir da Eucaristia, cada paróquia chegará a concretizar, em sinais solidários, o seu compromisso social pela prática da caridade. Deus fez a sua morada entre nós (cf. Jo 1, 14), nasceu em Belém, a "casa do pão". A comunidade cristã vive da Eucaristia, que une a comunidade pelo Espírito Santo, em Cristo, para chegar ao Pai. Casa da caridade (ágape) – Na Palavra e na Eucaristia, o cristão vive a dimensão do amor como ágape. Biblicamente, o vocábulo amizade se refere ao amor. O próprio Senhor disse que "ninguém tem amor do que aquele que dá a vida por seus amigos" (Jo 15, 13). A amizade torna-se, então, expressão do ágape, o centro da *charitas* cristã. Essa amizade se traduz em compaixão pelos que sofrem; assim, nasce a missão.

A paróquia hoje – A paróquia é um instrumento importante para a construção da identidade cristã. É verdade que a origem da paróquia é marcada por um contexto cultural muito diferente do atual. Por isso a paróquia está desafiada a se renovar diante das mudanças de nosso tempo. Em vista da urgência de uma nova evangelização. Sendo instância de acolhimento, a paróquia é o espaço para receber diferentes pessoas, com suas buscas e vivências, que pretendem seguir o caminho. Enquanto espaço da comunidade o sentido da comunhão é indispensável. De igual modo, é preciso reafirmar que, teologicamente, o fundamento da paróquia é ser uma comunidade eucarística, que celebra a presença de Cristo Palavra e Eucaristia, estabelecendo os vínculos de comunhão entre os seus fiéis e remete todos à missão de testemunhar na caridade a verdade professada.

OS DESAFIOS NA PASTORAL PAROQUIAL

Não se trata de inventar novos programas pastorais, já que o programa cristão, centralizado no próprio Cristo, é sempre o de conhecê-lo, amá-lo e de viver nele a vida trinitária e transformar com ele a história até a sua plenitude. Um programa que não muda com a variação dos tempos e das culturas, embora se tenha em conta o tempo e a cultura para um diálogo verdadeiro e uma comunicação eficaz. Hoje, mais do que nunca, é necessário redescobrir a oração, a vida sacramental, a meditação, o silêncio adorante, o coração com Nosso Senhor, o exercício quotidiano das virtudes que a Ele configuram; tudo isto é muito mais produtivo do que qualquer discussão e é, de qualquer forma, o desafio de nossos tempos. A Congregação para o Clero afirma:

> "Ante as circunstâncias atuais da vida de Igreja, ante as exigências da nova evangelização, considerando a resposta que os sacerdotes são chamados a dar, achou por bem oferecer o presente documento como uma ajuda, um encorajamento e um estímulo ao ministério pastoral dos presbíteros no cuidado paroquial. Com efeito, o contato mais imediato da Igreja com toda a gente se dá normalmente no âmbito das paróquias. Por isto, as nossas considerações limitam-se à pessoa do sacerdote enquanto pároco. Nele faz-se presente Jesus Cristo como Cabeça de seu Corpo Místico, o Bom Pastor que cuida de cada ovelha" (O presbítero, 2003, p. 85).

Artigo: Benefícios da Natação para Portadores de Necessidades Especiais.
Fonseca, Aline Thais Alves da. Págs. 115 - 125

Uma tarefa central da pedagogia da santidade consiste, portanto, em saber ensinar a todos, e em lembrá-lo incansavelmente, que a santidade constitui a meta da existência de cada cristão. "Na Igreja todos quer pertençam à hierarquia, quer sejam por ela apascentados, são chamados à santidade, segundo as palavras do Apóstolo, esta é a vontade de Deus: a vossa santificação" (O presbítero, 2003, p. 80. O anúncio da universalidade da vocação à santidade exige a compreensão da existência cristã como sequela *Christi*, como conformação a Cristo; não se trata de encarnar de modo extrínseco comportamentos éticos, mas de deixar-se pessoalmente abranger no evento da graça de Cristo. Esta conformação a Cristo é a substância da santificação e constitui a meta específica da existência cristã. Para conseguir isto, cada cristão necessita da ajuda da Igreja, *mater et magistra*. A pedagogia da santidade é um desafio, tão exigente quanto atraente, para todos os que na Igreja detêm responsabilidade de guia e de formação; enfim:

> "Cultivem os sacerdotes a ciência e a arte litúrgicas, para que seu ministério junto às comunidades que lhes são confiadas sejam cada dia mais perfeito no louvor a Deus Pai, Filho e Espirito Santo. Sobretudo, sejam embebidos daquela maravilha e admiração que a celebração do mistério pascal na Eucaristia provoca no coração dos fieis" REDEMPTIONIS, 2005, p.25).

O fim de toda pastoral é e sempre foi a salvação dos homens, e todas as estruturas eclesiásticas servem a essa finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAISCONCLUSÃO

Por fim, a Teologia Pastoral estuda à atualização da obra salvífica de Cristo, numa situação concreta através da Igreja. Ela analisa a realização da Igreja de uma maneira teológica e sociológica no mundo e na história. Todas as ações da Igreja, *ad intra* e *ad extra*, são essencialmente ações de comunicação do Evangelho, pela palavra ou pelo testemunho, compondo o vasto leque de reflexões teológico-pastorais da Teologia Pastoral. Ela pressupõe o conhecimento dos resultados que dão as ciências humanas sobre às realidades sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas. Por isso, se precisa estudar o mundo atual, porque a Igreja é universal; as sociedades e grupos humanos, porque a Igreja vive situada em comunidades concretas; e homens em particular, porque o sujeito da responsabilidade é a pessoa. A Igreja, enquanto instituição divina e humana é também fator cultural. Consequentemente, a ação pastoral, ainda que permeada pela graça e sob o dinamismo do Espírito Santo, não deixa de ser ação humana, sujeita às contingências de qualquer ação. A Teologia Pastoral é, pois, a ciência que examina teologicamente a realização da obra salvífica ou eclesial na situação sempre presente e futura. A

responsabilidade da tarefa pastoral compete a todos os membros do povo de Deus através de dois ministérios fundamentais: o institucional e o hierárquico e o institucional batismal. Em primeiro lugar aos bispos, porque Cristo dá aos Apóstolos e a seus sucessores o poder de ensinar a todos os homens, para santificá-los e apascentá-los. Aos presbíteros para servir a Cristo, mestre, sacerdote e rei, de cujo ministério participa; e aos leigos; que também participam neste ministério sacerdotal, profético e real de Cristo. O Concílio Vaticano II deu um grande impulso para a Teologia Pastoral na medida em que afirmou um novo modelo eclesiológico, a Igreja povo de Deus, que acentua o sacerdócio comum de todos, que inclui os leigos como protagonistas, onde a paróquia é o lugar onde os fiéis são consagrados pela celebração dominical da Eucaristia. O pároco é o pastor próprio da paróquia a ele confiada; exerce o cuidado pastoral da comunidade que foi entregue, sob a autoridade do bispo diocesano, em cujo ministério de Cristo é chamado a participar, a fim de exercer em favor dessa comunidade o múnus de ensinar, santificar e governar o povo de Deus.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução Euclides Martins Balancin et. Nova ed. ver. São Paulo: Paulinas, 1991.

BRIGHENTI, Agenor**. A pastoral dá o que pensar**. São Paulo: Paulinas, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1999.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 13 a 31 de maio de 2007. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus, 2007.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **A Comunidade de Comunidades** (CNBB Doc. 100). São Paulo: Paulinas, 2015.

FLORISTÁN, Casiano; TAMAYO-ACOSTA. **Dicionário de Pastoral**. Aparecida: Santuário, 1990.

FORTE, Bruno. **A Igreja, Ícone da Trindade**. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica Evangelii Gaudium**. São Paulo: Paulus, 2013.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia Prática no contexto da América Latina**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

O PRESBÍTERO: **Pastor e guia da comunidade paroquial**. Congregação para o Clero. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

REDEMPTIONIS SACRAMENTUM: **Para o culto divino e a disciplina dos Sacramentos**. São Paulo: Paulinas, 2005.

STOCKMEIER, Peter Bauer. **Da comunhão na fé à formação da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2006.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Revelação e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 1968.

SZENTMÁRTONI, Mihály. **Introdução à Teologia Pastoral**. São Paulo: Loyola, 1999.

BENEFÍCIOS DA NATAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Fonseca, Aline Thays Alves da

RESUMO

O presente artigo tem como tema "Benefícios da Natação para portadores de necessidades especiais". Seu principal objetivo é demonstrar a relevância que esse esporte realizado em ambiente aquático possui em relação ao desenvolvimento motor, cognitivo e social de pessoas com algum tipo de deficiência. Para isso foi realizada uma pesquisa em livros e *sites* relacionados ao assunto, que conta com importantes autores como: Adams (1985); Bellini (2013) e Lépore (1999). A natação é um esporte altamente eficaz quanto ao fortalecimento muscular, relaxamento, conhecimento corporal, amadurecimento do sistema respiratório, bem como forma de socialização e valorização pessoal. Dessa forma, compreende-se que os portadores de necessidades especiais, independente do tipo de déficit apresentado, seja, sensorial, intelectual ou motor, podem, através desse esporte, alcançar uma melhora significativa de condicionamento físico, à medida que descobre mais acerca do funcionamento e habilidades corporais. Pelo fato dessa modalidade esportiva estar, cada dia mais, ganhando um espaço relevante entre os portadores de deficiência, muitas dessas pessoas passaram a competir oficialmente o que também proporciona uma percepção a respeito desse público diante da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Natação, Portadores de necessidades, especiais e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema "Os benefícios da natação para portadores de necessidades especiais". Seu principal objetivo é demonstrar de que forma a natação pode interferir positivamente no desenvolvimento das pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Por muito tempo a situação dos portadores de necessidades especiais era considerada pela sociedade, de maneira geral, como algo extremamente negativo. Esses indivíduos permaneceram durante um longo período histórico, fora do convívio coletivo, sem receber instrução, educação ou qualquer tipo de tratamento terapêutico

adequado. Com o passar dos anos, essa concepção mudou, percebendo-se que os deficientes também poderiam ter o seu valor social reconhecido.
Para isso, além de procedimentos médicos direcionados, é necessária uma educação de qualidade, voltada a real inclusão, bem como atividades diferenciadas que proporcionem ao portador de necessidades especiais a motivação, bem como a realização pessoal, que os permita progredir continuamente. A natação surge nesse cenário como uma importante aliada que pode beneficiar muito esse público em específico.
Além de contribuir significativamente com o condicionamento físico, habilidades motoras, sistema respiratório e conhecimento corporal, a natação proporciona ao atleta, principalmente se esse possuir algum tipo de deficiência, o aumento da socialização e autoestima, tornando-se uma ferramenta que, embora priorize a saúde, traz como consequência bem-estar físico e mental aos adeptos.
Para explorar um pouco do vasto conteúdo que envolve o tema, esse trabalho foi desenvolvido, com fundamentação teórica pesquisada em sites e livros didáticos, utilizando conceitos de autores como: Adams (1985); Bellini (2013) e Lépore (1999).
Primeiramente, apresentou-se o tema "Os benefícios da natação para portadores de necessidades especiais". Em seguida foram levantados alguns relevantes pontos da evolução histórica tanto da visão social dos deficientes, quanto relacionados à natação. Na sequência foi definida a ideia de Necessidades Especiais, bem como seus tipos. Descreveu-se a sequência metodológica para ensino de Natação destinado às pessoas com necessidades especiais e, para finalizar, discutiu-se um pouco acerca do assunto.

BENEFICIOS DA NATAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Segundo Rodrigues (2010) pelo fato da natação ser baseada em exercícios onde o corpo fica imerso na água, é considerado um esporte extremamente apropriado aos portadores de necessidades especiais, afinal alia benefícios de complexidade das ações e movimentos, com a facilidade na coordenação motora, devido ao meio em que está vinculado.
Rodrigues (2010) explica que a natação traz aos portadores de deficiência alguns benefícios cognitivos, afinal proporciona ao indivíduo um maior conhecimento de seu corpo, através das adequações que esse faz em ambiente aquático a fim de realizar os movimentos, tornando-se uma atividade terapêutica e com aspectos motivacionais. Além disso, possibilita o relaxamento muscular, bem como maior segurança de locomoção, equilíbrio e flexibilidade.

A natação adaptada ou os exercícios aquáticos proporcionam as pessoas com deficiência física um momento de liberdade, no qual este consegue movimentar-se livremente, sem o auxílio de bengala, muletas, próteses ou cadeira de rodas. O movimento livre lhe proporciona a possibilidade de experimentar suas potencialidades, de vivenciar suas

limitações, de conhecer a si mesmo e quebrar as barreiras da incapacidade (RODRIGUES, 2010, p.1)

Para Rodrigues (2010) a natação destinada a portadores de necessidades especiais proporciona alívio na dor nas articulações e músculos, diminuindo espasmos, fortalece a respiração e funcionamento cardiovascular, além de relaxar a coluna, e ocasionar resistência muscular. Todos esses fatores citados são importantes a qualquer tipo de pessoa, porém tornam-se cruciais no caso de determinadas deficiências.

De acordo com Bahia (2007) a questão de interação social e autoestima também são relevantes quando se considera a natação para portadores de necessidades especiais, afinal a liberdade do ambiente aquático proporciona uma maior independência em um local que, se adequado às condições corretas, se apresenta mais seguro em termos de movimentos e locomoção.

Adams (1985) explica os principais objetivos da natação voltada aos praticantes com algum tipo de deficiência, destacando: Objetivos Orgânicos- relacionados ao funcionamento, propriamente dito, do organismo; Objetivos Neuromusculares- A exploração e aumento da capacidade perceptivo-motor; Objetivos Interpretativos- Conhecimento das habilidades de movimento ainda não conhecidas pelo indivíduo; Objetivo Social- Visando a interação e relacionamento interpessoal; Objetivo emocional- Relacionado à autoestima individual.

Para Adams (1985), a natação, de maneira geral contribui para o fortalecimento da respiração, afinal por ser realizada em um ambiente úmido reduz os sintomas de asma e bronquite, por exemplo, além de diminuir o impacto nas articulações, que pode prejudicar tanto em casos se excesso de peso quando em algumas debilidades físicas.

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DE NATAÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira de desporto em cadeiras de rodas-ABRADECAR (2006), devido aos inúmeros benefícios que a natação proporciona aos portadores de necessidades especiais, a procura por esse tipo de esporte teve um aumento significativo nos últimos anos e, consequentemente a descoberta de atletas que possuem alguma deficiência, porém apresentam um desempenho significativo, também ocorreu de maneira expressiva.

Dessa forma, segundo a ABRADECAR (2006), foi preciso criar um sistema de classificação funcional de natação, definida por meio de teses que analisam a força muscular, deficiência neurológica e mobilidade dentro da água. Iniciado pela letra "S" de swimming (natação), para nado livre, de costas e borboleta e SM para medley, ocorre da seguinte forma:

- S1 a S10 / SB1 a SB9 / SM1 a SM10 – nadadores com limitações físico-motoras;

- S11, SB11, SM11 S12, SB12, SM12 S13, SB13, SM13 – nadadores com deficiência visual (a classificação neste caso é a mesma do judô e futebol de cinco);

- S14, SB14, SM14 – nadadores com deficiência mental.

Para a ABRADECAR (2006) os testes são realizados por médicos e profissionais que calculam em que categoria o atleta se enquadra. Para isso são atribuídos valores numéricos. Nesse caso, quanto menor a pontuação, maiores são as dificuldades e existe um valor mínimo para poder participar de competições oficiais:

O nadador sem deficiência motora atinge 300 pontos para as modalidades S (Livre, Costas e Borboleta) com 130 pontos para braços, 100 pontos para pernas, 50 pontos para tronco, 10 pontos para saída e 10 pontos para virada. Para as modalidades SB (nado de peito) temos um total de 290, 110 pontos para braços, 120 pontos para pernas, 40 pontos para tronco, 10 pontos para saída e 10 pontos para viradas (ABRADECAR, 2006, p.1).

> Segundo a ABRADECAR (2006) em casos de deficientes visuais, óculos opacos também são utilizados, porem o aviso da proximidade da virada ou da saída do bloco, são permitidos. "Os portadores de deficiência visual competem nas classes B1 (Ausência da percepção de luz em um dos olhos), B2 (Capacidade de reconhecer a forma de uma mão), B3 (Campo visual reduzido, mas com bastante visão)" (ABRADECAR, 2006, P.1)

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Historicamente as pessoas com necessidades especiais, de acordo com Silva (1987), foram vistas sob diferentes perspectivas que variavam de acordo com os valores da sociedade as quais elas pertenciam. Por muitos anos, até o século XVII, os deficientes eram considerados amaldiçoados e sem alma. Na antiguidade, esses indivíduos eram mortos ou abandonados, sem que isso representasse uma atitude reprovável em termos morais.

Para Silva (1987) após a ascensão do Cristianismo, na idade Média, essa concepção passou a mudar e os deficientes começaram a receber um atendimento voltado a suas especificidades, mesmo que de forma assistencialista. O conceito de inclusão efetivamente passou a ser tratado com maior vigor após a conferência mundial de Salamanca, no ano de 1994, que propunha a inserção de alunos portadores de necessidades especiais, dentro do ambiente escolar.

Mesmo com essa visão, analisando o cenário da natação, voltada aos portadores de necessidades especiais, de acordo com Lépore (1999), o uso da água como elemento terapêutico, capaz de curar doenças ou amenizar sintomas, ocorre desde 460 A.C., tempo em que viveu o médico grego Hipócrates, considerado por muitos como o pai da medicina. "Na Antiguidade, a natação chegou a ser considerada um pré-requisito, fundamental, na formação de jovens e dos soldados gregos, ajudando na forma física de toda uma população" (LÉPORE, 1999, p.35).

Para Lépore (1999), nesse período os gregos tinham a visão de que os exercícios físicos, incluindo a natação, eram capazes de auxiliar na manutenção da saúde e, pelo fato dos deficientes ainda serem considerados "doentes", por vezes, dependendo da condição social, tipo de necessidade

ou nível de comprometimento, algumas atividades aquáticas eram aplicadas a esses indivíduos na tentativa de reabilitá-los.
O autor cita ainda o médico Jacques Delpech nascido em 1777, que nesse período recomendava a natação para tratar disfunções da coluna vertebral, não só para deficientes, mas também para pessoas com problemas de postura.

> No final do século XIX e início do século XX, os exercícios aquáticos começaram a ser utilizados como meios corretivos eficientes, e as doenças reumáticas e do aparelho locomotor receberam o tratamento pioneiro nas estâncias termais europeias. Mais tarde, novos métodos surgem ressaltando o valor do exercício terapêutico dentro da água, acima do valor de suas características quimiotérmicas. Em 1924, Lowman organiza uma hidroginástica terapêutica, dentro de tanques ou piscinas, para portadores de poliomielite paraplégicos e portadores de outros problemas ortopédicos (ARAUJO, 2009, p.1).

Segundo Araújo (2009) a história da natação surgiu nos Estados Unidos para servir de terapia para problemas reumáticos. Porém foi após 1914 que os exercícios aquáticos passaram a ser utilizados como tratamento dos soldados feridos e amputados oriundos dos combates da Primeira Guerra Mundial. Dessa forma a natação passa a ser um recurso terapêutico também na assistência de portadores de deficiência.

NECESSIDADES ESPECIAIS

Bellini (2013) utiliza a definição da OMS- Organização Mundial de Saúde que conceitua as pessoas com necessidades especiais, ou deficientes, como os que possuem uma ausência ou disfunção relacionadas à estrutura anatômica, fisiológica ou psíquica.
De acordo com Bellini (2013) as pessoas com Necessidades Especiais possuem algum tipo de deficiência ou carência em suas habilidades motoras, mentais, intelectuais ou sensoriais que traz como consequência dificuldades de locomoção, socialização, adaptação, estado de fadiga e até mesmo sofrimentos intensos. "São incapacidades, do portador, de realizar as atividades próprias do seu nível de desenvolvimento" (BELLINI, 2013, p.1).
Segundo o autor embora o atendimento e disposição de recursos que facilitem a convivência desse tipo de público na sociedade tenham apresentado um aumento significativo nos últimos anos, ainda percebe-se uma clara carência quanto a algumas especificações que permitem ao deficiente maiores condições de autonomia, conforto e independência.
Para Bellini (2013) é crucial a conscientização de que os deficientes, ou portadores de necessidades especiais, podem e devem ser incluídos de maneira integral na sociedade, e que essa deve estar preparada para acolhê-los, independente das características apresentadas, valorizando suas habilidades e competências, oferecendo-lhes, além de estrutura física adaptada, o preparo em relação à comunidade, para que essa não

mantenha somente o assistencialismo, mas sim a efetiva inclusão desses indivíduos, no ambiente coletivo.
Em termos de Lei, o Brasil conta com diversas disposições acerca das pessoas com necessidades especiais, a mais significativa se encontra a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

> Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno (BRASIL, 2015, p.1).

De acordo com a lei 13.146/2015 ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é preciso promover condições de igualdade quanto aos direitos para que as dificuldades impostas pela condição desses indivíduos não o impeçam de exercer suas práticas de cidadania.

TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com o censo do IBGE (2012) o Brasil possui 23,9% da sua população com alguma necessidade especial. Esses números representam a generalização de diferentes tipos e graus de deficiência.
Segundo Carvalho (2012) é crucial destacar que embora façam parte de uma mesma minoria, ao contrário dos outros grupos sociais que possuem homogeneidade, os portadores de necessidades especiais têm uma própria diversidade, relacionada às suas evidentes características.
Dessa forma o autor define os tipos de deficiência em cinco principais conjuntos:

- **Deficiência visual-** Quando o indivíduo possui uma redução, perca parcial ou total das funções básicas do olho. Essa categoria é dividida em cegueira, quando não existe nenhum tipo de possibilidade de enxergar, ou baixa visão, quando as propriedades do olho são extremamente limitadas;

- **Deficiência auditiva-** Quando ocorre uma perca, por doenças ou congênita, bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais. O portador desse tipo de disfunção é denominado surdo ou parcialmente surdo. Sua forma de comunicação é através da língua brasileira de sinais- LIBRAS. Pode ser Condutiva, Sensorioneural, Neural e Mista;

- **Deficiência mental-** Caracterizada pela capacidade intelectual, adaptativa, social ou de autocuidado significativamente inferior à média. Manifestam-se antes dos dezoito anos e pode ter diferentes origens, como genética, complicações no parto ou gestação, uso de medicamentos, traumas, entre outros. Existem quatro níveis de deficiência mental: leve, moderado, severo e profundo;

- **Deficiência Física-** Disfunções motoras que comprometem a mobilidade e coordenação dos movimentos. Ocorrem por más formações (congênitas ou adquiridas), lesões neurológicas, neuromusculares ou ortopédicas. Também se apresentam em diferentes níveis;

- **Deficiência Múltipla-** Quando ocorre a manifestação de duas ou mais deficiências em um mesmo indivíduo.

SEQUÊNCIA METODOLÓGICA DO ENSINO DA NATAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com Araújo (2009) o ensino da Natação voltado às pessoas com necessidades especiais deve seguir a mesma metodologia que o Ministério da Educação- MEC recomenda para as aulas tradicionais.

Segundo Araújo (2009) existe um prosseguimento que direciona, orienta e facilita o processo de ensino da natação, elaborado seguindo uma sequência metodológica. Essa deve ser aplicada independente se o aluno possuir ou não necessidades especiais.

Para Souza (1994) é necessário observar a dinâmica e o cenário em que tais procedimentos serão apresentados, levando em conta o grau de compreensão, comprometimento físico e desenvoltura motora de cada indivíduo de maneira particular. "Antes de iniciar o processo de ensino, é preciso analisar aspectos como: o controle da cabeça, a mobilidade dos membros, o equilíbrio, a respiração e a forma" (SOUZA, 1994, p.27).

Araújo (2009) define a sequência metodológica da seguinte maneira:

- **Adaptação ao meio líquido-** Se trata da base do aprendizado da natação. É uma espécie de familiarização com o ambiente aquático, onde o aluno aprende a entrar e sair da piscina; treina o equilíbrio dentro da água, controla a respiração; mergulha; flutua e inicia saltos em pé de cabeça. Cada etapa requer esforço por parte do aluno, dessa forma é preciso que o professor tenha uma visão se as limitações que esse indivíduo apresenta não estão dificultando o processo. A passagem de níveis de complexidade está ligada ao desempenho apresentado na fase anterior;

- **Ensino dos nados-** Quando o aluno passa a aprender efetivamente os quatro tipos de nados. Nessa fase é crucial relevar o grau de lesão e o nível de comprometimento para, somente a partir disso, determinar o tipo de nado deve ser recomendado. O primeiro é o de Peito, considerado o mais seguro, seguido por Crawl, com uma posição mais hiperdinâmica, (técnica bastante efetiva em paraplégicos ou amputados de membros inferiores); o terceiro é o nado de Costas, que favorece a respiração e por último o nado borboleta (não indicado em casos de lesionados na coluna);

- **Aperfeiçoamento-** É o amadurecimento das técnicas aprendidas no ensino de nados. Nessa fase o aluno aprofunda os conhecimentos

relativos às saídas, viradas e inicia a prática de outras modalidades aquáticas;

- **Treinamento-** É a fase onde os alunos precisam, necessariamente, de um maior condicionamento cardiovascular, resistência física, termorregulação e pré-disposição para participar das sessões de treinamento. É necessário sempre respeitar cada indivíduo para que esse não ultrapasse seus limites e acabe prejudicando sua saúde.

Araújo (2009) comenta ainda que existem outros tipos de metodologias de ensino da natação voltadas ao público com necessidades especiais, como por exemplo o Método Halliwick criado por James McMillian, em 1949 em Londres. Esse se baseia na "hidrostática, hidrodinâmica e mecânica dos corpos, ensinando desde o controle respiratório até os movimentos básicos de um nado, tendo como principal inovação a não utilização de flutuadores" (ARAUJO, 2009, p.1).

DISCUSSÃO

Percebe-se que um novo conceito relacionado à visão comum das diferenças e diversidades individuais surge na sociedade atual. Se antes o deficiente era abandonado e excluído, atualmente busca-se a efetiva inclusão dessas pessoas em todos os ambientes sociais, promovendo acessibilidade aos bens e serviços, para que essas participem da vida comunitária em condições de igualdade.

Entretanto, ainda existem arranjos sociais que, pelos mais diferentes motivos, favorecem o preconceito e afastamento dos portadores de necessidades especiais do convívio coletivo, oriundos tanto intrafamiliar como externamente.

Dessa forma, a cada dia mais, exige-se a ampliação do conhecimento dos profissionais acerca das características peculiares dos tipos de limitação funcional e a repercussão sobre a capacidade de defesa ou o risco de uma pessoa com deficiência, a fim de identificar quais as atividades que proporcionarão algum tipo de benefício para seu tratamento, reabilitação, ou até mesmo desenvolvimento pessoal. Saber lidar com deficientes, em qualquer situação, é derrubar barreiras e trabalhar a favor da inclusão.

Embora, para as pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência, ou contato direto com deficientes, a discussão a respeito de estratégias para melhoria da qualidade de vida desses indivíduos possa parecer algo extremamente distante, é preciso considerar que, nem todas as limitações são determinadas no momento do nascimento. Sendo assim, qualquer pessoa está sujeita a ter alguma necessidade especial sejam elas provisórias ou permanentes.

Pode-se afirmar que a qualidade de vida vai muito além da ausência de doenças, deficiências ou problemas relacionados à saúde física. Encontra-se na superação dos limites pessoais, visando à satisfação em todos os aspectos, sejam físicos, sociais emocionais e de equilíbrio.

A realização de atividades físicas, regular ou sistematicamente, é uma forma de aumentar a busca por benfeitorias na qualidade e vida, garantindo uma melhora significativa nos ganhos psicológicos, saúde física e na capacidade corpórea funcional. No caso de pessoas com deficiência esses benefícios são igualmente alcançados, além de trazer como consequência estímulos específicos que, muitas vezes, são cruciais no tratamento desses indivíduos.

A natação direcionada aos portadores de necessidades especiais serve como uma opção de terapia adicional que, aliada aos outros tipos de tratamentos, sejam médicos educacionais e motivacionais, contribuirão para o desenvolvimento e contínuo progresso do atleta deficiente.

Além de todos os benefícios conhecidos a respeito das melhorias na saúde e bem-estar dos portadores de necessidades especiais que praticam natação, ainda é importante destacar que, a visualização que esse esporte provoca na sociedade, reforçando a ideia de que o deficiente pode obter sucesso em modalidades esportivas diferenciadas. Fator esse que ajuda a diminuir o preconceito.

Uma sociedade onde o portador de necessidades especiais é reconhecido e valorizado, onde suas características não são vistas como limitações, mas sim como uma particularidade, tende a ser mais respeitosa e tolerante com todos os tipos de diversidades. O que reforça valores morais e favorece, constantemente, a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob uma perspectiva histórica a natação pode ser considerada como uma prática tão antiga quanto à existência dos próprios seres humanos. Embora inicialmente a adaptação em um ambiente aquático tenha sido meramente por instintos de sobrevivência, com o passar do tempo, os homens passaram a dominar as técnicas e habilidades necessárias para que se tornasse um esporte com a grande dimensão apresentada no cenário atual.

A Natação se difere dos outros esportes, pois, desde que utilizando as técnicas e estímulos apropriados, pode ser praticada em todas as fases da vida, desde indivíduos da primeira infância, até a idade mais avançada.

O ambiente aquático possui características únicas que favorecem diferentes perspectivas do corpo e mente dos que resolvem praticar exercícios físicos nesse local. A água possui propriedades terapêuticas que proporcionam o relaxamento, menor atrito nas articulações, sensação de bem-estar e liberdade.

Além de fortalecer a musculatura, estimular o sistema respiratório e promover alívio na coluna e outras regiões corporais, desenvolvendo o aeróbio e a coordenação, reduzindo a espasticidade (aumento do tônus muscular, envolvendo hipertonia e hiperreflexia, no momento da contração muscular, causado por uma condição neurológica anormal).

Sob uma visão geral, considerando todos os benefícios, nota-se que a natação proporciona o amadurecimento social, afetivo e cognitivo dos

atletas, sendo um dos esportes mais eficientes para favorecer o desenvolvimento global do indivíduo como um todo.
Dessa forma, a natação surge como uma importante atividade física que pode contribuir grandemente na terapia, reabilitação, inclusão e, até mesmo conhecimento sobre o corpo e suas funcionalidades, para as pessoas que, independente do motivo, apresentam algum tipo de necessidade especial, seja de âmbito sensorial, motor ou intelectual.
A natação adaptada, por assim dizer, deve considerar as limitações e dificuldades apresentadas em cada caso, porém, acima de tudo, deve ter como foco as habilidades de cada atleta, direcionando as práticas esportivas, a fim de promover o estímulo de aprendizagem, e interação social.
O indivíduo portador de necessidades especiais precisa se sentir parte da atividade a autor de suas próprias ações para, a partir disso, alcançar benefícios como melhora na aptidão física, execução psicomotora, desenvolvimento social e psicológico, fortalecimento do tônus muscular, o que terá como consequência uma elevação na autoestima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRADECAR. Associação Brasileira de desporto em cadeiras de rodas. **Natação para portadores de necessidades especiais.** 2006. Disponível em: <http://www.abradecar.gov.br>, Acesso em: 06/ Nov/2018.

ADAMS, R. C. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico.** São Paulo: Manole, 1985.

ARAUJO, Luciana Gassenferth. **Natação para portadores de necessidades especiais.** 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd137/natacao-para-portadores-de-necessidades-especiais.htm>, Acesso em: 02/Nov/2018.

BAHIA, A.L.F. **Aprendizagem da natação por crianças cegas:** desafios e possibilidades. 2007. Bahia, UFB-2007.

BELLINI, Carlo. **Portadores de necessidade especiais:** definição em três pontos. 2013. Disponível em: <https://pt.zenit.org/articles/portadores-de-necessidades-especiais-a-definicao-em-3-pontos/>, Acesso em: 01/Nov/2018.

BRASIL, 2015, ***Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015:*** *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>, Acesso em: 31/Out/2018

CARVALHO, Lucio. **Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência:** da exclusão à inclusão. São Paulo: Revista Internacional de Direito e Cidadania, 2012.

IBGE Censo Demográfico 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas cm deficiência.** IBGE. 2012

LÉPORE, M. **Programas Aquáticos Adaptados.** São Paulo: Atheneu, 1999.

1. RODRIGUES, Dariene. **Quais os benefícios da natação adaptada para as pessoas com deficiência?** 2010. Disponível em: <https://ladobmodainclusiva.com.br/blog/2015/11/10/quais-os-beneficios-da-natacao-adaptada-para-as-pessoas-com-deficiencia/>, Acesso em: 04/ Nov/2018.

SILVA, O. M. **A Epopéia ignorada:** A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SOUZA, P.A. **O esporte na paraplégica e tetraplegia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1994.